



LEANDRA MYRELA PEREIRA BATISTA

**A PARADIPLOMACIA ESTADUAL DA PARAÍBA: CARACTERÍSTICAS DO
AMBIENTE PARADIPLOMÁTICO PERIFÉRICO EM CONSTRUÇÃO**

João Pessoa

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LEANDRA MYRELA PEREIRA BATISTA

**A PARADIPLOMACIA ESTADUAL DA PARAÍBA: CARACTERÍSTICAS DO
AMBIENTE PARADIPLOMÁTICO EM CONSTRUÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para conclusão do Curso de
Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador(a): Dra. Liliana Ramalho Fróio

João Pessoa

2019

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333p Batista, Leandra Myrela Pereira.

A PARADIPLOMACIA ESTADUAL DA PARAÍBA: CARACTERÍSTICAS
DO AMBIENTE PARADIPLOMÁTICO EM CONSTRUÇÃO / Leandra
Myrela Pereira Batista. - João Pessoa, 2019.
149 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Governos subnacionais; Paradiplomacia brasileira. 2.
Paradiplomacia paraibana; Estado da Paraíba. I. Título

UFPB/CCSA

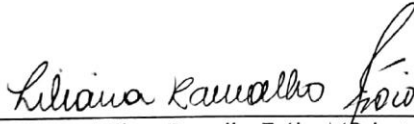
LEANDRA MYRELA PEREIRA BATISTA

**A PARADIPLOMACIA ESTADUAL DA PARAÍBA: CARACTERÍSTICAS DO
AMBIENTE PARADIPLOMÁTICO PERIFÉRICO EM CONSTRUÇÃO**

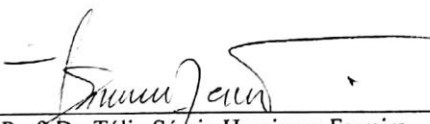
Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel (a) em Relações
Internacionais.

Aprovado (a) em: 26/09/2019

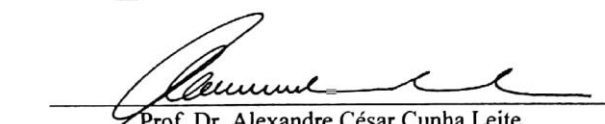
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Liliانا Ramalho Fróio – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*Aos meus queridos pais, Rosa Maria e
Leandro Álvaro. Em memória da minha
estimada avó, Maria de Lourdes.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Liliana Ramalho Fróio, pelas exitosas aulas de História de Relações Internacionais e a oportunidade concedida de pôr em prática meus conhecimentos através de sua Pesquisa de Iniciação Científica. Aprender sobre as características da paradiplomacia ao seu lado foi certamente um divisor de águas para minha formação como ser humano e profissional que se desvincula constantemente das amarras centralizadoras. Obrigada por ser tanto dentro e fora da sala de aula, principalmente em um momento que tentam calar nossas vozes.

Aos Professores Marcos Alan Ferreira e Henry Iure de Paiva, pela experiência proporcionada durante as monitorias das suas respectivas disciplinas, vide Introdução à Ciência Política e Ética nas Relações Internacionais. Um imenso obrigada.

À inspiradora, Professora Mariana Baccarini, por me ensinar o dom da inquietude, fazendo com que eu pudesse acreditar no propósito da minha existência como mulher. Obrigada por lembrar todos os dias que nós podemos ocupar qualquer espaço.

Aos funcionários da Coordenação de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, pela presteza em todos os momentos.

Ao CNPq, por acreditar e financiar a pesquisa de milhões de jovens. Parafraseando Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Nós resistiremos!

Aos gestores e funcionários que aceitaram participar dessa pesquisa.

Aos meus queridos amigos da graduação Luiza, Iale, Latícia, Bianca, Ana Beatriz, Rebeca e Edmilson pelos cinco anos de companheirismo e amizade. Sem vocês esse momento da minha vida não teria graça.

Ao meu perspicaz e inesquecível Lucas (Picos), por me fazer viajar para qualquer lugar sem sair de casa com suas histórias e curiosidades. Espero que você esteja fazendo a revolução onde quer que esteja. Eternas saudades!

À Luana e Aline, pelas conversas tão cheias de ensinamentos, mas, que acima de tudo, de muita leveza, respeito e empatia. Obrigada por me trazer de volta à realidade e me lembrar que às vezes é preciso que caminhemos pela imaginação. É um prazer aprender com vocês.

À Marina e Yuri, por reforçarem a expressão “a união faz a força” em tempos tão individualistas e sombrios.

Meus sinceros agradecimentos à Daniela Prandi, pela incessante dedicação e paciência nesses últimos meses. Nosso reencontro me proporciona todos os dias a possibilidade de reformular meu ato de pensar, bem como de observar as relações internacionais. É muito reconfortante saber que existem pessoas tão brilhantes e genuínas ao meu lado como você. Obrigada por acreditar em mim nos momentos em que eu nem pude imaginar que conseguiria. Esse trabalho não seria nada sem seus puxões de orelha e conversas espirituosas.

Às minhas queridas e estimadas tias Graças, Paula e Fátima, pelo carinho incondicional e ajuda nos momentos mais difíceis. Obrigada por estarem tão perto, mesmo morando tão longe.

À minha querida e amada mãe, pelo amor e companheirismo diário. Viemos como mãe e filha nessa vida para que possamos completar nossa evolução de tantas outras. E cá estamos diante de tantos momentos! Foram tantas perdas, vitórias, mudanças e alegrias. Não tem sido um caminho perfeito, mas prefiro que seja dessa forma. Como as águas de Oxum e Nossa Senhora Aparecida tem o poder de perpassar pelos rios mais doces e agitados, nossa relação vai entrecortando as adversidades e fazendo com que sejamos fortes e apenas uma. Se hoje estou realizado o sonho de ser a primeira da família a pisar em uma Universidade Pública é também por mérito seu. Obrigada por ser o maior exemplo de determinação que eu poderia ter. Te amo incondicionalmente.

Ao meu querido pai, por acreditar no meu potencial em tudo que faço. As madrugadas ficam muito melhores quando estou ao seu lado ouvindo Tim Maia. Obrigada por ser tão forte e me fazer também. Te amo incondicionalmente.

À meu grande amor, vovó Lourdes, por ser a melhor representação de coragem e carinho durante a minha existência. O céu passou a viver em festa e, convenhamos, bem mais organizado (risos) após a sua partida. Carrego em meu sangue e coração a sua essência. Te amarei para sempre.

Axé!

*“O Nordeste brasileiro
Pela seca, castigado
Não se dobra às intempéries
Nem se sente injustiçado
Ao contrário, mantém viva
A riqueza que cultiva
Nos anais de cada estado”
Patativa do Assaré*

RESUMO

O presente trabalho se insere nos estudos da área de Relações Internacionais voltados para a análise da atuação internacional das entidades governamentais subnacionais ou governos não-centrais dos países. A participação desses entes no cenário internacional tem sido vista como questão desafiadora para a disciplina, tanto em termos de definição de um aparato teórico conceitual para lidar com o assunto, quanto em relação ao próprio entendimento sobre o seu funcionamento, motivações e causalidades. A prática de relações internacionais por unidades subnacionais dos países não é recente, sendo identificada desde o século XIX, mas o fenômeno se torna mais intenso nas últimas décadas. Como reflexo dos processos globais, os estados subnacionais passaram a se reorganizar, sendo estes motivados a assumirem novas responsabilidades e atuarem internacionalmente. Nesse sentido, buscou-se compreender as características da estrutura e funcionamento da paradiplomacia paraibana, bem como identificar os atores envolvidos nas relações internacionais do governo, por meio de um levantamento e mapeamento da estrutura organizacional do estado e de entrevistas com gestores públicos. Dessa forma, foi possível entender as formas de inserção internacional e os fatores que impulsionam e/ou dificultam a internacionalização do Estado da Paraíba a partir das condições físicas e materiais encontradas para lidar com essa área. O intuito da pesquisa consistiu em produzir informações até então pouquíssimo conhecidas sobre a paradiplomacia paraibana e contribuir, de forma mais ampla, para as pesquisas sobre as condições da paradiplomacia brasileira.

Palavras-chave: Governos subnacionais; Governos não-centrais; Paradiplomacia paraibana; Estado da Paraíba; Paradiplomacia brasileira.

ABSTRACT

The present paper includes some International Relations studies focused on an analysis of the international performance of governmental entities or non-central governments of the countries. The participation in this international scenario has been seen as a challenging issue for the discipline, both in terms of defining a conceptual theoretical device for dealing with issues and in understanding one's own performance, motivations and causalities. The practice of international relations by subnational units of countries is not recent, being identified since the nineteenth century, but the phenomenon has become more intense in recent decades. Reflecting the global processes, the registered subnational states are reorganized and motivated to take on new responsibilities and act internationally. In this sense, this paper aims to understand the structure and the functioning of paradiplomacy in the State of Paraíba, as well as identifying the actors involved in the government's international relations, through a survey and mapping of the state's organizational structure and interviews with public managers. Thus, it was possible to understand how forms of international insertion and the factors that drive and/or hinder the internationalization of the State of Paraíba from the physical and material conditions used to deal with this area. Moreover, the purpose of the research was to produce hitherto unrecognized information about a paradigm of Paraíba and to contribute, more broadly, to research on the conditions of the Brazilian paradiplomacy.

Keywords: Subnational governments; Non-central governments; State of Paraíba Paradiplomacy; State of Paraíba; Brazilian paradiplomacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de atuação do PROCASE.....	85
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipos de subprojetos aprovados e valores.....	80
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produto Interno Bruto (PIB) dos estados da região nordeste.....	41
Quadro 2 - Projetos de Cooperação Técnica do Governo do Estado da Paraíba.....	68
Quadro 3 - Projetos de Cooperação Financeira do Governo do Estado da Paraíba.....	69
Quadro 4 - Etapas e cronograma do processo de elaboração do Cooperar II.....	78
Quadro 5 - Distribuição da Equipe do Projeto.....	86
Quadro 6 - Projetos produtivos da atividade de caprinocultura.....	87
Quadro 7 - Projetos produtivos da atividade de caprinovicultura.....	90
Quadro 8 - Projetos produtivos da atividade de ovinocultura.....	90
Quadro 9 - Projetos produtivos da atividade de ovinocapricultura.....	91
Quadro 10 - Projetos produtivos da atividade de apicultura.....	91
Quadro 11 - Projetos produtivos da atividade de horticultura.....	92
Quadro 12 - Projetos produtivos da atividade de artesanato.....	92
Quadro 13 - Projetos produtivos da atividade de floricultura.....	92
Quadro 14 - Projetos produtivos da atividade de mineração.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ABES – Associação Brasileira das Empresas de *Software*

ABM – Associação Brasileira de Municípios

AFEPA – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

ARF – Assessoria de Relações Federativas

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

ASA – Articulação do Semiárido

BCE – Banco Central Europeu

BDA – Banco de Desenvolvimento da Angola

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CAF – Comitê de Articulação Federativa

CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina

CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

CDB – Banco de Desenvolvimento da China

CDP – Comitê Diretor de Projeto

CEGIP – Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos

CF – Constituição Federal

CGE-PB – Controladoria Geral do Estado da Paraíba

CIGRESCOR – Consórcio Intermunicipal para a Gestão de Resíduos Sólidos do Cariri Oriental

CINEP – Companhia de Desenvolvimento da Paraíba

CNM – Confederação Nacional de Municípios

COOPERAR PB – Projeto Cooperar da Paraíba

DOCAS – Companhia Docas de Cabedelo

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária

EPASA – Centrais Elétricas da Paraíba S.A

EU – União Europeia

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos

FAPESQ – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

FETAG-PB – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

FETARF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado da Paraíba

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura

FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

FNP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

FUNETEC – Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba

IABs – Institutos de Arquitetos da Paraíba

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano

IFPB – do Instituto Federal da Paraíba

INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola

IPHAEPB – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP);

IS – Internacional Socialista

ITAMARE – Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Itabaiana

IULA - União Internacional de Autoridades Locais

JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão (JIICA),

MAPA – Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDB – Banco de Desenvolvimento de Macau

MIDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MST – Movimento Sem Terra

NAI – Núcleo de Atração de Investimentos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAPP - Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PaqTCPB – Fundação do Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB);

PBTur – Empresa Paraibana de Turismo

PDT – Partido Democrático Trabalhista (PDT)

PGE-PB – Procuradoria Geral do Estado

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

PROFISCO – Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil

PROMO – Centro Internacional de Negócios do Estado

PRR – Programa de Pobreza Rural

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAF – Subchefia de Assuntos Federativos

SEAFDS - Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido

SEBRAE-PB – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca

SEDS – Secretaria de Estado de Segurança e da Defesa Social

SEE – Secretaria de Estado de Educação

SEF – Secretaria de Estado de Finanças

SEIRMACT – Secretaria de Estado da Infraestrutura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, da Ciência e Tecnologia

SENAI-PB – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

SER – Secretaria de Estado de Receitas

SES – Secretaria de Estado de Saúde

SETDE – Secretaria de Turismo e de Desenvolvimento

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SRI – Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República

TCE-PB – Tribunal de Contas Estadual

TCU – Tribunal de Contas Estadual Federal

UGPB – Unidades Centrais

UGRP – Unidades Regionais

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - A paradiplomacia: aspectos teórico-conceituais e as particularidades no Brasil.....	5
1.1 - O lugar da Paradiplomacia nas Relações Internacionais	6
1.2 Definindo o conceito: o que é Paradiplomacia? O que os teóricos estão pensando?	10
1.3 A paradiplomacia brasileira	14
1.3.1 – A paradiplomacia dos estados brasileiros	20
1.4 - O perfil da Paraíba	24
Considerações parciais.....	26
Capítulo 2 - A paradiplomacia estadual paraibana: o ambiente paradiplomático	28
2.1. O ambiente paradiplomático: estrutura institucional e seu funcionamento	29
2.2. Atores domésticos envolvidos	34
2.2.1. Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e de Pesca (SEDAP)	37
2.2.2 - Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba (SETDE)	41
Considerações parciais.....	47
Capítulo 3 - As ações internacionais do estado da Paraíba	49
3.1. Formas de inserção internacional: tipos de ações internacionais desenvolvidas, áreas prioritizadas e principais projetos internacionais e seus parceiros.....	51
3.2 - Captando o que há no externo: o PROFISCO, PRODETUR e os Eixos Integrados da Paraíba	55
3.2.1 - O Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba - PROFISCO	55
3.3.2 - O Programa Eixos Integrados do Desenvolvimento da Paraíba	57
3.3 - Expandindo os horizontes: o caso do Cooperar PB e do Procase	60
3.3.1- O Cooperar e o Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRPR).....	60
3.3.2 - O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procase).....	67
Considerações parciais.....	80

Conclusão	81
Referências Bibliográficas	84
Apêndices.....	91
APÊNDICE A - Entrevista com o ex-diretor geral do Cooperar PB Roberto Vital.....	91
APÊNDICE B - Entrevista com o diretor técnico da Emater Vlaminck Saraiva	97
APÊNDICE C - Entrevista com a presidenta da PBTur Ruth Avelino	102
APÊNDICE D - Entrevista com o Ex-Secretário da Indústria e do Comércio do Estado Marcos Procópio	109
APÊNDICE E - Entrevista com o diretor geral do PROFISCO Jefferson Dantas	115
APÊNDICE F - Entrevista com o presidente do Programa Eixos Integrados de Desenvolvimento Luiz Carlos Rangel Soares.....	119
APÊNDICE G - Entrevista com a diretora do PROCASE Ana Patrícia Almeida.....	126

Introdução

Em uma observação superficial das dimensões do território brasileiro e de suas configurações regionais, é possível perceber a existência de disparidade no nível de desenvolvimento entre as cinco regiões brasileiras, nas quais existe um profundo gargalo que separa as regiões Norte e Nordeste do restante do país. Grosso modo, é possível imaginar a existência de uma relação de causa entre o nível de atenção conferido pelo Governo Federal a tais regiões com a realidade do *status quo* das mesmas. No que diz respeito especificamente ao Nordeste, é possível afirmar a existência de um histórico de negligência por parte da União durante grande parte da vigência do Pacto Federativo. Tal cenário sofre uma mudança radical durante os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011 a meados de 2016), situação que parece caminhar para o inverso em virtude declarações antagônicas aos governadores locais por parte da gestão de Jair Bolsonaro que teve início no ano corrente.

Em falas insufladas por preferências ideológicas e partidárias, o chefe do executivo nacional fez considerações em teor velado à respeito de não garantir apoio à região Nordeste como uma retaliação em resposta à posição política dos governadores locais. A reação destes últimos resultou no que parece ser a origem de um pacto regional sob a nomenclatura ade Consócio Nordeste. Em linhas gerais, essa ação dos governadores teria por objetivo garantir a existência de políticas públicas nas municipalidades do Nordeste a despeito das restrições orçamentárias do Governo Federal, bem como promover ações de desenvolvimento amparadas em acordos com instâncias internacionais.

Depreende-se, portanto, que ao passo que a conjuntura do Governo Bolsonaro para o Nordeste ecoa a iminência de retrocessos, o cenário pode ser percebido como uma janela de oportunidades para a estruturação de uma ação paradiplomática conjunta do Nordeste, com vistas a garantir o avanço do desenvolvimento local.

Ainda que exista solo fértil para uma ação paradiplomática do Nordeste, como mencionada anteriormente, as fragilidades regionais urgem para uma configuração robusta de sua estrutura de gestão paradiplomática. Dentre os estados do Nordeste é possível notar sensíveis disparidades em suas capacidades de gestão na área (com destaque positivo para Bahia e Ceará). De tal reflexão, consolida-se a visão de que não apenas o cenário favorável à paradiplomacia deva ser ressaltado, mas, principalmente a produção de conhecimento teórico a respeito da realidade e das potencialidades da paradiplomacia local. Só assim a janela de

oportunidades aberta pela conjuntura atual pode resultar em ações concretas por parte dos estados da região.

O trabalho busca foca-se no Estado da Paraíba, que ao contrário de Ceará e Bahia, pode ser destacado negativamente no que tange a robustez de sua estrutura burocrática em paradiplomacia.

O presente trabalho é um desdobramento de Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq e realizada no ano de 2016 sob orientação da Professora Dra. Liliana Ramalho Fróio, cujo tema propósito consistiu na investigação da configuração da paradiplomacia no Estado da Paraíba. É interessante ressaltar que durante o período da pesquisa, a chancelaria do estado estava sob intermédio do ex-governador Ricardo Vireira Coutinho (2011-2019), fato que contribuiu para a pesquisa debruçar-se sobre o que estava sendo realizado em seu governo.

A análise da paradiplomacia paraibana justifica-se dentro das pesquisas sobre o tema porque: (1) a paradiplomacia possui diferenciações locais, regionais e nacionais significativas, sendo fundamental o estudo de casos empíricos para compreender melhor o fenômeno; (2) há uma carência nos estudos sobre a região Nordeste e, particularmente, sobre o Estado da Paraíba. Até então, os trabalhos publicados sobre o tema no estado foram de ASSIS (2012); RODRIGUES (2015); SANTOS (2015); (3) a paradiplomacia tem sido cada vez mais utilizada para promover políticas públicas em prol do desenvolvimento; (4) é preciso aprofundar e dar continuidade aos estudos da paradiplomacia brasileira, apresentando as particularidades do caso paraibano.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo geral qualificar melhor as causas e motivações da paradiplomacia do Estado da Paraíba, norteado pelo problema de pesquisa que busca verificar como o estado tem atuado internacionalmente, compreendendo especificamente o papel das lideranças e a estrutura de funcionamento existente.

Em termos mais específicos, buscou-se (1) mapear o ambiente paradiplomático do Governo do Estado da Paraíba, identificando suas condições estruturais de funcionamento e os atores domésticos envolvidos; (2) identificar os tipos de atividades internacionais executadas pelo estado, bem como as áreas priorizadas e os principais parceiros internacionais, buscando, por fim, a partir desses passos anteriores, (3) conseguir elencar os fatores que dificultam a internacionalização do estado.

Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico e posterior estudo da literatura disponibilizada em periódicos abertos (base de dados da Universidade Federal da Paraíba e de outras universidades) e também dos disponibilizados pela professora orientadora a partir do seu acervo pessoal. A partir dessa leitura e levando em conta o ambiente regional e

todas as suas especificidades econômicas, políticas e culturais, foi possível compreender as características da paradiplomacia brasileira de forma mais ampla.

Em caráter investigativo foram levantados dados sobre a estrutura organizacional e administrativa do Governo do Estado da Paraíba, com o intuito de compreender os principais atores e instituições. Também foram acessadas notícias em plataformas digitais para identificar as atividades desenvolvidas pelo estado e os principais atores locais que participaram dessas atividades. Depois dessa fase de identificação dos atores domésticos envolvidos na paradiplomacia paraibana, foram feitos contatos e agendadas entrevistas com os gestores públicos estaduais. As entrevistas foram presenciais e também via *skype* com presidentes, diretores técnicos ou coordenadores de projetos internacionais.¹

O roteiro que guiou as entrevistas buscava angariar tais informações:

- 1) A formação do entrevistado e seu conhecimento em relações internacionais ou comércio exterior;
- 2) O tempo de serviço no órgão;
- 3) Compreender, a partir do ponto de vista dos entrevistados, como se encontra a área internacional no Estado da Paraíba, de acordo com sua experiência no cargo;
- 4) Quais os atores que participavam ativamente do projeto (setores da sociedade civil, empresas, órgãos estaduais e de outros estados/municípios, Ministério das Relações Exteriores) e por que não há um setor específico na região;
- 5) Quem liderava o processo de decisão negociação e tramitação; e quanto tempo custava para que esses acordos fossem realizados;
- 6) E, por fim, se o órgão possuía um planejamento no âmbito da temática internacional.

Os resultados da pesquisa foram organizados por uma estrutura que buscou formatar um conceito de paradiplomacia a nível teórico com objetivo de subsidiar análise críticas a respeito da atuação de determinados atores e mensurar a performance de determinados projetos para o Estado da Paraíba.

Isto posto, o primeiro capítulo do trabalho se volta a estruturar o entendimento a respeito de como o conceito de paradiplomacia se configura e reconfigura por meio da análise de obras chave no campo, como Duchacek (1988a; 1988b; 1990) e Soldatos (1990) Keating (1999), Conargo (1999), Keating (1999), Hocking (1999), Kincad (1993; 1990; 1999), Leccours (2008); Kuztensov (2015). Após o exercício de precisão conceitual da terminologia

¹ As entrevistas completas estão disponíveis no apêndice deste trabalho.

paradiplomacia, a reflexão do capítulo prossegue para uma investigação a respeito da adequação de tal termo na realidade paradiplomática brasileira, comparando-se nas reflexões teóricas de (RODRIGUES, 2003; 2004; 2006; 2008), cuja obra se volta a uma produção conceitual que se relacione com o modelo federativo que estrutura a organização política brasileira. Por fim, o capítulo encerra-se na busca de estabelecer uma análise de como o ideário da paradiplomacia se aplica aos estados.

Adentrando no objeto de estudo em questão, o segundo capítulo apresenta uma estruturação a respeito das dimensões do ambiente que conformam o nível de análise da paradiplomacia no estado. Apesar de existir ações paradiplomáticas desenvolvidas no Estado da Paraíba, percebe-se que tais atribuições são abarcadas por órgãos outros que não uma estrutura formal pensada para execução de ações internacionais. Dentre tais atores que atuam como instâncias internacionais, destacam-se as Secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão, de Turismo e Desenvolvimento, de Receita e dentre outras explicitadas posteriormente no capítulo.

No que range a atuação das instâncias anteriormente mencionadas, o capítulo três encerra o trabalho buscando apresentar alguns dos projetos internacionais aos quais a Paraíba esteve envolvida no período do governo Ricardo Coutinho (2011-2019), projetos estes voltados para as temáticas de: promoção do desenvolvimento e gestão financeira. Tal análise foi, em grande medida, amparada nos relatos dos gestores dos órgãos citados no capítulo anterior.

As conclusões preliminares, portanto, parecem se debruçar sobre a importância de uma reorganização cultural e organizacional a respeito da centralidade e caráter estratégico de ações paradiplomáticas para o desenvolvimento do estado. A contribuição do presente trabalho é justamente destacar a urgência de tal exercício prático e teórico.

Capítulo 1 - A paradiplomacia: aspectos teórico-conceituais e as particularidades no Brasil

“Acorde, Krasner! O mundo mudou!” foram as palavras de Susan Strange em 1994 para Stephen Krasner, um dos mais renomados teóricos de política internacional. Para ela, as conceituações, até então publicadas, sobre o papel do Estado se tornaram antiquadas. “O realismo e o jogo de soma zero passaram a ser questionados. Conceitos conhecidos, como o de ‘balança de poder’, começam a ser reexaminados, pois passam a ser insuficientes em um mundo complexo” (APRIGIO, 2016, p.1). Apesar de ser um ator dominante na política nacional e internacional, o Estado passou a compartilhar autoridade e temas da sua agenda com corporações multinacionais, instituições internacionais e organizações não-governamentais (HESS; AIDOO, 2016). No caso específico deste estudo, também se inserem os governos subnacionais ou não-centrais dos países. Um dos componentes dessa discussão é a percepção de que processos reordenadores, como a globalização, permitiram que entes subnacionais desafiassem o protagonismo dos governos centrais dos países. Tal discussão proporciona a ascensão de estudos específicos sobre o fenômeno, que vêm se consolidando na área de Relações Internacionais, comumente nomeado de “paradiplomacia”.

Por ser um campo ainda muito recente e marcado pelas especificidades locais e regionais, a atuação externa dos entes subnacionais tem gerado diversas conclusões e conceitos. O debate acadêmico percorre uma trajetória diversificada e desafiadora. Para alguns, o termo “paradiplomacia” é conveniente à prática (DUCACHEK, 1984; 1988a, 1988b; SOLDATOS, 1990; KEATING, 1999; CONARGO, 1999; LECOURS, 2008; KUZTENSOV, 2015). Enquanto para outros, “diplomacia multicamadas” (HOCKING, 1999) ou “diplomacia constituinte” (KINCAID, 1993; 1990; 1999) são apropriados por auxiliar a interpretação.

No Brasil, a nomenclatura divide-se nas seguintes formas: “diplomacia federativa” e “cooperação descentralizada” sob a ótica do âmbito federal, e “relações internacionais federativas” e “política externa federativa”, no entendimento das subunidades. (RODRIGUES, 2004; 2008).

Compreender e participar de assuntos relacionados às relações internacionais tornou-se algo cada vez mais relevante para esses atores. Entender o mundo e como as relações de poder, econômicas, políticas e culturais de âmbito internacional funcionam é fundamental para cada governo não-central no momento de decidir e elaborar políticas. Assim, riscos e oportunidades

podem ser avaliados, interesses regionais podem ser expandidos, fortalecendo dentro desse ambiente os assuntos externos e internos dos países.

Neste capítulo busca-se apresentar as bases da discussão voltada para a atuação internacional dos governos subnacionais, analisando os referenciais teórico-conceituais acerca do fenômeno e as particularidades do caso brasileiro, em especial da paradiplomacia de nível estadual. Para tanto, a primeira seção consistirá em uma abordagem introdutória sobre a ascensão dos atores subnacionais e o surgimento do campo de estudo sobre paradiplomacia. Em seguida, a segunda seção abordará uma discussão mais específica do conceito. O debate clássico que deu impulso aos novos estudos. Por último, a terceira seção versará sobre a prática paradiplomática no Brasil, analisando seu contexto histórico e jurídico atual, trazendo luz às características da paradiplomacia estadual e municipal.

1.1 - O lugar da Paradiplomacia nas Relações Internacionais

A Ordem é Estatal? Desde a origem do campo de estudos das Relações Internacionais, consolidou-se a noção de que o Estado Nacional, enquanto entidade unitária, se apresentava como a unidade primária de organização política, sendo, na arena internacional, ator protagonista. Cunhado pelos “princípios básicos de territorialidade com base em fronteiras definidas, de soberania política sobre este território, constituindo um governo organizado, e pela existência de uma população que habita este espaço geográfico” (PECEQUILO, 2012, p. 21-22), os Estados são, portanto, “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (WEBER, 1982).

Para Karen A. Mingst e Ivan M. Arreguín-Toft (2017), o Estado é uma unidade funcional que assume uma série de responsabilidades importantes, centralizando e unificando-as. Não existindo no vácuo, ele está imerso num conjunto de interações com outras unidades semelhantes, cujo objetivo é o mesmo: garantir sua sobrevivência. O ambiente em que essas interações acontecem é denominado de Sistema Internacional:

"A system is then defined as a set of interacting units. At one level, a system consists of a structure, and the structure is the system-level component that makes it possible to think of units as forming a set as distinct from mere collection. At another level, the system consists of interacting units" (WALTZ, 1979, p. 40).²

² "Um sistema é então definido como um conjunto de unidades em interação. Em um nível, um sistema consiste em uma estrutura, e esta última é o componente no nível do sistema que possibilita pensar nas unidades como formando um conjunto distinto da mera coleção. Em outro nível, o sistema consiste em unidades de interação" (WALTZ, 1970, p. 40, tradução nossa).

Ao se observar o Sistema Internacional, percebe-se que a maneira que os Estados estão organizados define o modo que eles interagem entre si. Por organização, se concebe o princípio ordenador pelos quais os Estados se relacionam. Esse princípio seria, portanto, uma distribuição horizontal dos mesmos, o que resultaria em um ordenamento anárquico, uma vez que, formalmente nenhum Estado seria investido de competências ou poderes acima dos demais (PECEQUILO, 2012), significando a não existência de um ente supranacional:

“Dispostos de maneira horizontal, o que diferencia eles é o poder. Considerando tais premissas, a interação internacional é definida por meio dos intercâmbios e choques que se estabelecem entre os atores da política internacional” (PECEQUILO, 2012, p.20).

Ao passo que essa visão se consolidou no período de guerras e conflitos, com o advento da globalização e a emergência de novos temas de debate na esfera internacional do pós Guerra Fria, tornou-se necessário repensar a visão do Estado como ator unitário e o seu protagonismo na arena internacional. A necessidade de desvincular-se do pensamento da corrente realista e seus argumentos sobre a entidade unitária nacional, fez com que os estudiosos da disciplina de Relações Internacionais inaugurassem novos rumos teóricos. Não se tratava de negligenciar a importância desses atores, mas de “compreender que o aprofundamento da internacionalização tornou as fronteiras mais porosas e as soberanias mais perfuradas” (FRÓIO, 2015, p. 21).

Embora o Estado continue a ser o ator principal nas relações internacionais, Eiiti Sato (2000, p. 151) elucida que “novos atores têm se tornado cada vez mais importantes na definição do relacionamento entre povos e regiões”. Nas palavras do embaixador brasileiro Sérgio França Danese (1987, *apud*, APRÍGIO, 2016), ao se referir aos atores tradicionais e novos atores das relações internacionais:

“Esse quadro, em que o Estado é ator absoluto por força da sua própria definição política e jurídica, é o cenário em que se vai desenvolvendo o processo de surgimento dos “novos atores”. A primazia do Estado como valor institucional; o princípio do voluntarismo dos Estados e o princípio da igualdade soberana no plano jurídico — são noções que por longo tempo norteiam as relações internacionais, corroboram os desequilíbrios existentes e têm como consequência um direito internacional de base territorial e jurisdicional, que teoricamente limita o poder dos Estados nos planos político e jurídico, mas que na verdade justifica o *status quo* e as relações de poder. Em sua lenta evolução, entretanto, as relações internacionais veem novos atores não-estatais surgirem no cenário internacional, atuando paralelamente aos Estados, ou como instrumento da ação destes últimos, ou ainda como concorrentes na ação dos mesmos Estados, mas sempre ocupando um espaço na vida internacional” (DANESE, 1987, *apud*, APRÍGIO, 2016, p. 9).

Nesse contexto, Joseph S. Nye e Robert O. Keohane (1987) questionam o impacto que os processos transacionais têm no sistema, proporcionando uma maior integração econômica e,

principalmente, levando os eventos de âmbito doméstico dos países a um outro patamar, marcado pela interdependência complexa.

Tipificada como um processo (ou conjunto de processos) que incorpora uma transformação na organização espacial das relações e transações sociais, a globalização é multifacetada, não abarcando apenas uma lógica puramente econômica ou tecnológica, mas também um conjunto de processos, muitas vezes diferentes e incompatíveis, que operam desde o poder social, perpassando pelo militar, cultural, até chegar no político. Refere-se a uma mudança ou "transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo" (HELD; MCGREW, 2003, p. 13). O esvaziamento do aparelho estatal nacional decorreu, portanto, do fato de as velhas e novas capacidades do Estado estarem reorganizadas, tanto territorial como funcionalmente aos níveis subnacional e supranacional (SANTOS, 2002):

“A aceleração da economia global, a mobilidade do capital e das comunicações e a tecnologia de transporte corroeram a distinção entre assuntos internos e externos e, da mesma forma, transformaram a divisão de responsabilidades entre governos estaduais e subnacionais” (KEATING, 1999, p.1).

Como resultado desse processo, os atores subnacionais puderam ser vistos não mais como coadjuvantes da cena internacional, mas também como protagonistas. Em seu glossário, Ironildes Bueno (2010), os define como:

“Partes constituintes dos estados nacionais atuando na esfera internacional ou interagindo com temas de dimensão internacional. Diferem-se das Organizações Internacionais Não-Governamentais (OING) e das Corporações Transnacionais (CTN), uma vez que são atores estatais, ainda que não falem em nome de um estado nacional ou uma organização internacional. Podem ser representantes tanto do governo (poder Executivo), do parlamento (poder Legislativo) ou da magistratura (poder Judiciário) dos entes constitutivos de um determinado estado nacional (estados, províncias, cantões, regiões, prefeituras, departamentos, *Länder*, *Oblasts*, municípios, condados, distritos, etc)” (BUENO, 2010, p. 345).

As primeiras tentativas de governos locais projetando-se internacionalmente foram datadas no século XIX. Sob domínio da coroa britânica, as colônias de Victória (1857), Austrália do Sul (1858), Nova Gales (1864), Queensland (1869), Quebec (1882), Tasmânia (1886) e a Austrália Ocidental (1891) nomearam agentes-gerais em Londres ou Paris para garantirem seus direitos. Outros esforços relevantes também chegaram nas primeiras décadas do século XX através da criação da União Internacional de Autoridades Locais (IULA) em 1973. Sediada na Holanda, a intenção era de promover o autogoverno local democrático, focando inicialmente em cidades europeias recém-fundadas. Tais iniciativas foram

acompanhadas pela criação dos órgãos diretivos de relações exteriores em nível subnacional na década de 1960, como o *Ministère des Affaires Intergouvernementales* de Quebec, o precursor do atual Ministério de Relações Internacionais e da Francofonia (TAVARES, 2016).

Tem-se ainda a criação de fóruns como a Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (1971), a Conferência das Regiões Marítimas Periféricas (1973), as Regiões Europeias da Tecnologia Industrial e a Conferência e Associação dos Territórios Siderúrgicos. Estas duas últimas fundiram-se em 2002 dentro da União Europeia (EU). Outro marco que destaca o protagonismo de tais localidades foi a criação, em 1988, dos quatro motores para a Europa, reunindo as principais economias regionais de Baden-Württemberg, Catalunha, Lombardia e Ródano-Alpes (TAVARES, 2016).

Cabe a esses atores a inserção das economias regionais e locais por meio de acordos e dinâmicas do comércio internacional, assim como a promoção de parcerias voltadas para o enfrentamento de problemas urbanos, de saúde, segurança, direitos humanos, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, por vezes tomando para si responsabilidades superiores àquelas dos Estados (NUNES, 2005; APRÍGIO, 2016):

“Essa busca por inserção internacional e participação cada vez mais (pro)ativa, na elaboração da agenda internacional, tem o propósito não apenas de promoção de mudanças para se conseguir competitividade na cena global e, como consequência, atrair investimentos, mas, nomeadamente, de assegurar condições mínimas de bem-estar aos cidadãos, em matérias nas quais o Estado já se demonstra ineficaz e/ou incapaz” (APRÍGIO, 2016, p. 14).

Dessa maneira, o estudo da internacionalização das entidades subnacionais passa, gradualmente, a ser reconhecido como uma área de produção de conhecimento relevante e que traz novos paradigmas (ZERAOU, 2013). Nas palavras de Brian Hocking (1997, *apud*, MIKLOS, 2010, p.13) “o estatocentrismo encontra-se sob fogo cruzado de inúmeros inimigos.”

De acordo com o canadense Panoytis Soldatos (1990), a atuação internacional não é algo novo dentro do sistema de Estados, porém o que é novo é a quantidade de atores subnacionais com uma necessidade de se projetarem internacionalmente, em busca de alternativas para o desenvolvimento local. A visibilidade e intensificação das ações internacionais desses atores possui como marco a década de 1960 e 1970 devido ao cenário da crise de energia mundial seguida pela ascensão econômica mundial. Esse contexto resultou no recolhimento dos recursos nacionais destinados às autoridades locais e esses governantes, em busca de alternativas para promover o desenvolvimento local, intensificaram o estabelecimento das relações diretas com atores estrangeiros (DUCHACEK, 1984; FRÓIO, 2015).

Uma das evidências que essas práticas tornam-se academicamente relevante para os estudos das Relações Internacionais é a sistematização do tema atribuída por Ivo D. Duchacek na obra *The International Dimension of Subnational Self-Government* em 1984, na qual aparece pela primeira vez o termo “paradiplomacia”. Posteriormente, essa nomenclatura se consolida com os estudos de Duchacek e Panayotis Soldatos na obra *Federalism and International Relations*, editada por este último em conjunto com o cientista político Hans J. Michelmann em 1990.

Duchacek (1988) e Soldatos (1990) veem essa modalidade como uma diplomacia paralela, que se diferencia da diplomacia oficial, e que não interfere na criação e na realização da política externa das competências tradicionais dos governos centrais.

Além de influir na agenda dos governos, a paradiplomacia também tem um poder de impacto dentro das agendas de pesquisa. Trata-se de questões recentes, cujo campo exploratório é extremamente amplo, possuindo diversas vertentes de análise. O *boom* dessas atividades propiciou um grande interesse na comunidade acadêmica, fazendo com que os estudos tenham sido desenvolvidos com o intuito de tentar compreender melhor as especificidades desse fenômeno.

A próxima seção se dedicará a um compilado sistematizado das abordagens e diferentes nomenclaturas do fenômeno.

1.2 Definindo o conceito: o que é Paradiplomacia? O que os teóricos estão pensando?

A prática de relações internacionais por atores subnacionais está em constante crescimento. Ao longo dos anos, tem se observado nos noticiários locais e *sites* de órgãos especializados de regiões, províncias, estados, prefeituras e municípios que esses entes têm se desvencilhando de suas amarras domésticas e habituado-se às condutas oriundas do processo de globalização. Porém, tal performance tem enfrentado desafios em relação à sua conceituação, a qual muitas vezes é influenciada pelas características políticas de cada região do globo. Os diferentes conceitos e nomenclaturas que têm surgido demonstram a pluralidade e também especificidade do fenômeno, assim como os obstáculos para se cunhar uma terminologia amplamente aceita e, até mesmo, para identificar as práticas internacionais destes entes subnacionais.

Duchacek (1988) e Soldatos (1990) são considerados pela academia os estudiosos pioneiros nos estudos e na definição da atuação internacional dos governos subnacionais, como fora brevemente mencionado. Durante seus estudos, Duchacek (1988) observou o comportamento dos governos não-centrais em atividades internacionais que visavam não só o

desenvolvimento de suas respectivas localidades, mas um interesse político de desmembramento do governo central (separatismo), bem como o seu devido reconhecimento pela comunidade internacional. Designada pelo autor de “protodiplomacia”, esse tipo de atuação provém, muitas vezes, de traços nacionalistas com o objetivo simples e claro: a defesa de sua independência e soberania. A província de Quebec, região da Catalunha, o Curdistão, o País Basco e os Flanders são os exemplos mais comuns no que se refere a essa tentativa de afirmação como territórios independentes:

“A unidade subnacional deseja projetar uma determinada marca territorial ou certas características particulares do território. O reforço de identidade pode ter sua origem no desenvolvimento de uma imagem regional para a promoção do território ou simplesmente como uma tática para possibilitar o resgate de valores locais. No entanto, quando esse impulso leva às suas extremas conseqüências, isto é, à imposição de uma identidade regional como um passo antes da ruptura com o Estado nacional, estamos diante de uma protodiplomacia” (ZERAOU, 2016, p. 20).

Com o aprofundamento de suas pesquisas, Duchacek (1984) propôs o conceito de “microdiplomacia” para definir de forma geral a atuação internacional de subunidades, em contraposição ao que ele também definiu como “macrodiplomacia”, este último se referindo à diplomacia tradicional praticada pelos governos centrais. No entanto, mais para frente, o autor acaba por abandonar as terminologias de micro e macrodiplomacia e adotar o termo “paradiplomacia”, trazido por Soldatos (1990), alegando que o termo “microdiplomacia” poderia trazer conotações negativas ou uma ideia de inferioridade das ações internacionais dos governos subnacionais.

Dessa forma, o termo paradiplomacia, de Panayotis Soldatos passou a ser amplamente utilizado e compreendido como “a atividade internacional direta de atores subnacionais (unidades federadas, regiões, comunidades urbanas, cidades) apoiando, complementando, corrigindo, duplicando ou desafiando a diplomacia dos Estados nacionais” (SOLDATOS, 1990, p. 17).

É interessante notar que Alexander S. Kuznetsov (2015) contesta o uso do termo paradiplomacia de Soldatos (1990) e Duchacek (1990). Tomando como base os estudos de Rohan Butler, em 1961, Kuznetsov (2015) acredita que a primeira tentativa de incorporar o termo “paradiplomacia” na literatura das ciências sociais foi feita por Butler em sua monografia *Studies in Diplomatic History and Historiography* na qual possuía um capítulo denominado de “Paradiplomacy”. O fenômeno nomeado como paradiplomacia então indicava o “mais alto nível de diplomacia pessoal e paralela, podendo completar ou competir com a política externa regular do ministro em questão, sendo, portanto, uma tentação recorrente para o chefe do executivo, seja ele um primeiro-ministro, presidente, ditador ou monarca” (BUTLER, 1961,

apud, KUZNETSOV, 2015, p. 26). Ao fazer de uso das análises de Butler, Kuznetsov (2015) conclui que a paradiplomacia seria entendida como uma espécie de negociações não oficiais ou secretas, ocorrendo “às sombras” da diplomacia oficial.

Para fins de clareza conceitual, o presente trabalho considera o termo paradiplomacia na acepção de Soldatos (1990) e Duchacek (1990), que seria, grosso modo, a atividade internacional praticada por governos não-centrais como uma espécie de diplomacia paralela à dos governos centrais. Essa ideia é refinada por Noé Conargo Prieto na obra *Diplomacy and Paradiplomacy in the redefinition of International security: dimensions of conflict and co-operation*³ de 1999. Segundo o autor, paradiplomacia refere-se ao:

“Envolvimento dos governos não-centrais nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contratos permanentes ou *ad hoc* com entidades públicas ou privadas estrangeiras, com o objetivo de promover questões socioeconômicas e culturais, bem como qualquer outra dimensão externa das suas competências institucionais” (CONARGO, 1999, p. 40).

Michael Keating (1999) complementa o conceito ao compreender a paradiplomacia como um conjunto de especificidades “experimentais” e “oportunistas” que, por meio de atividades lógicas muito mais funcionais, consegue ser diferenciada da diplomacia estatal convencional. Sendo considerado um “fenômeno caracterizado por um alto nível de envolvimento da sociedade civil e do setor privado” (KEATING, 1999, p. 11).

Outros autores também foram incrementando o conceito ao longo do tempo, buscando inserir no termo especificações acerca das formas de atividades internacionais realizadas, os tipos de atores envolvidos e os objetivos buscados. André Lecours (2008), por exemplo, concebe a paradiplomacia em três camadas. A primeira corresponde a questões “econômicas”. A garantia de desenvolvimento dos governos subnacionais é por meio da atração de investimentos estrangeiros. Somando-se ao desejo de reconhecimento internacional, esses atores também tem como finalidade a atração de empresas internacionais e novos mercados estrangeiros. A segunda camada envolve a “cooperação”, seja ela técnica, tecnológica, educacional ou cultural, assumindo um papel mais “amplo e multidimensional”, evidenciando não apenas ganhos econômicos. Por fim, a terceira camada abarca as questões “políticas”. “Aqui os governos subnacionais desenvolvem um conjunto de relações internacionais que afirmam a distinção cultural, a autonomia política e o caráter nacional da comunidade que

³A referida obra de Noé Conargo Prieto encontra-se no livro “Paradiplomacy in Action: the foreign relations of subnational governments” organizado por Francisco Aldecoa e Michael Keating em 1999.

representam” (LECOURS, 2008, p.3-4). Ao entrar nessa análise, percebe-se a similaridade do autor em evidenciar as ações protodiplomáticas constatadas por Duchacek.

A contar com essa interpretação:

“As regiões podem decidir ir para o exterior para apoiar o desenvolvimento econômico, mas também podem adicionar camadas, isto é, incorporar outras preocupações, relacionadas a interesses e/ou identidade. Para as sociedades em desenvolvimento, faz sentido abordar a paradiplomacia de maneira abrangente e anexar vários objetivos diferentes a ela” (LECOURS, 2008, p. 4).

Conforme a discussão conceitual de paradiplomacia se condensa, percebe-se que a academia ainda enfrenta dificuldades para eleger a definição mais apropriada do fenômeno. Ao discutir questões como a institucionalidade, o comportamento e as ações desses atores, os pesquisadores normalmente lançam mão de termos genéricos para nomear tais práticas, o que pode gerar reveses na precisão das nomenclaturas utilizadas (ZERAUI, 2016; KUZNETSOV, 2018). Como apresentado, existem variadas formas de qualificar o fenômeno.

Enquanto os pesquisadores clássicos costumam colocar as unidades governamentais não-centrais como atores distintos e independentes que possuem interesses diferenciados em relação aos governos centrais, Brian Hocking (1993) apresenta, por sua vez, que as unidades não-centrais devem ser vistas como participantes dos governos centrais na política internacional, em um processo denominado “diplomacia multicamadas.” Ao invés de ambas unidades perseguirem suas negociações diplomáticas à parte, elas irão interagir umas com as outras ao mesmo tempo em que interagem com a entidade estrangeira:

“A diplomacia internacional é vista não como um processo segmentado, presidido por *gatekeepers* indiscutíveis, mas como uma rede de interações com um elenco de atores que irá interagir de diferentes maneiras, dependendo do problema, seus interesses e capacidade de operar em um ambiente política multinível” (HOCKING, 1993, p. 36).

A ideia aqui é que os atores subnacionais passam a ser constituintes de políticas federais, o que vai na contramão da ideia de que apenas as unidades centrais fazem “*high politics*.” É nesse contexto que o termo paradiplomacia passa a ser considerado também como “diplomacia constituinte” na visão de John Kincaid (1984, 1990, 1999, *apud*, JENKINS, 2003; PRADO, 2018).

“O que é “*high*” ou “*low*” *politics* depende da perspectiva do observador. Uma província que entra na arena global para garantir investimentos de capital e instalações industriais que possam resgatá-la do esquecimento econômico é, do ponto de vista da província, engajada na ‘alta política’. Termos como microdiplomacia e paradiplomacia que implicam que a diplomacia constituinte é inferior à diplomacia do Estado-nação exibem um viés do Estado-nação e necessariamente assumem que todo Estado-nação é um representante legítimo e competente dos interesses do povo que habita seu território. Muitos grupos de nacionalidade e governos dentro dos estados-nação se oporiam a tal caracterização de seus esforços para obter

reconhecimento internacional de suas reivindicações de autonomia” (KINCAID, 1990, p. 54, *apud*, PRADO, 2018, p.149).

Tomar para si a ideia de que apenas os governos centrais representam as atividades de *high politics* é abrir brecha para uma "marginalização" das ações realizadas pelos governos subnacionais (PRADO, 2018), uma vez que pode-se incorrer à uma percepção que os temas considerados importantes e presentes nas agendas dos governos subnacionais não possuem importância estratégica. Tal visão tem caráter falacioso, uma vez que, o que define ou não o protagonismo de determinadas questões na agenda pública é o marco de referência que se toma para analisá-las. Ou seja, o que pode não ser relevante na agenda do governo central, pode ser primordial para a realização de objetivos estratégicos das unidades subnacionais, como, por exemplo, projetos e ações voltados para a promoção do desenvolvimento local.

A pluralidade na definição conceitual também é muito particular à realidade brasileira, à medida que se observa, se reconhece e se busca compreender as interações internacionais dos governos subnacionais. No caso, a discussão no Brasil à respeito do que se concebe como paradiplomacia necessariamente se molda ao modelo federativo, como será apontado na próxima seção.

1.3 A paradiplomacia brasileira

Os processos paradiplomáticos no Brasil apareceram nos anos 1980, em razão de diversas transformações no sistema político nacional e nas transferências de competências para os governos estaduais e municipais, o que contribuiu, de forma indireta, para a atuação internacional dos entes federativos (LESSA, 2007). Com a redemocratização dos anos 1980 e o aprofundamento do processo de integração regional no âmbito do Mercosul, os primeiros estados a estabelecerem uma estrutura de relações internacionais no seu organograma administrativo foram o Rio de Janeiro (1983) e o Rio Grande do Sul (1987). Surgia, assim, os primeiros focos institucionalizados da paradiplomacia brasileira e a ânsia por seu entendimento.

Eleito governador do Rio de Janeiro em 1982 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola estimulou a articulação internacional do estado. Uma das suas primeiras iniciativas foi incorporar os trabalhos da Secretaria Executiva de Relações Internacionais do PDT aos da Assessoria Internacional do estado, ambos sob coordenação do professor Clóvis Brigagão⁴ (RODRIGUES, 2008; FRÓIO, 2015). Nesse seguimento, “os contatos internacionais

⁴ Dirigente da Secretaria Executiva Internacional do PDT, Clóvis Brigagão também assumiu a assessoria internacional do Estado do Rio de Janeiro à convite do seu amigo Leonel Brizola. A relação de ambos estreitou-se devido ao período de exílio em Lisboa e à entrada no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Internacional Socialista (IS) (RODRIGUES, 2004; FRÓIO, 2015).

realizados durante o governo seguiam sendo feitos via PDT”, assim como a “agenda internacional do PDT se desdobrava numa ação do governo estadual” (RODRIGUES, 2004, p. 114). A partir de uma série de contatos e diálogos estabelecidos durante o exílio de Brizola, o Estado do Rio de Janeiro começou a atrair tendências variadas para seu projeto de internacionalização (RODRIGUES, 2004; 2008; FRÓIO, 2015).

Durante o governo de Pedro Simon (1987-1990), o Rio Grande do Sul expandiu sua atividade internacional. Semelhante ao Estado do Rio de Janeiro, o governador também convidou um professor para fazer parte de sua equipe. Ricardo Seitenfus criou e assumiu a Secretaria Especial de Assuntos Internacionais do estado, “órgão que articulou o processo de integração subnacional com províncias e cidades argentinas” (RODRIGUES, 2008, p. 6). As atividades internacionais executadas pelo Estado serviu para consolidar no Brasil a força e o protagonismo dos entes subnacionais, principalmente no processo de integração com a Argentina (RODRIGUES, 2004).

Como indicado, a Constituição Federal de 1988 foi um facilitador para que as atividades internacionais dos atores subnacionais brasileiros surgissem, tanto no âmbito dos estados quanto dos municípios. A carta constitucional previu “que tanto o poder político central (a União), como os centros regionais de poder (estados, municípios e o Distrito Federal) estariam juridicamente ocupando um plano hierárquico semelhante no âmbito doméstico” (APRÍGIO, 2016, p.31).

Apesar desse reconhecimento, não compete às entidades subnacionais brasileiras a prática de relações internacionais, sendo esta uma atividade exclusiva da União (RODRIGUES, 2004; 2008). Conforme o artigo 21 da Constituição, compete à União:

“I - manter relações com os Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
II - declarar a guerra e celebrar a paz;
III - assegurar a defesa nacional;
IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente” (BRASIL, 1988, *apud*, RODRIGUES, 2008).

Em seguida, o artigo 49 prevê ser da competência exclusiva do Congresso Nacional (RODRIGUES, 2008):

“I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” (BRASIL, 1988, *apud*, RODRIGUES, 2008).

Ainda que o Governo Federal exerça sua função centralizadora em assuntos de política externa, as unidades subnacionais brasileiras possuem a capacidade de firmar acordos

financeiros externos por intermédio do aval do Senado Federal (FRÓIO, 2015). Por essa razão, grande parcela dos estados federados e municípios brasileiros mantêm negociações diretas com organismos econômicos internacionais, como o Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), e, até mesmo, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (RODRIGUES, 2003; 2004; 2008).

Pela primeira vez, as unidades federadas brasileiras obtiveram novos mecanismos que implicaram numa efetividade “descentralizadora” muito maior e mais autônoma (KUGELMAS; BRANCO, 2005). Elas passaram a atuar em suas áreas de competências, utilizando suas garantias constitucionais para se inserirem em atividades de âmbito internacional. Entende-se que houve um incentivo direto à atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros ao garantir que os mesmos administrassem suas receitas e despesas públicas, o que estimulou a busca por recursos estrangeiros (MAIA, 2012).

Considerando a iminência dessas práticas descentralizadoras, o Itamaraty encarou a nova realidade de maneira “reativa”. O exemplo da Reforma Constitucional da Argentina, em 1994, e a crise de Chippas no México, em 1995, fomentaram tanto o reconhecimento do fenômeno da paradiplomacia pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro (MRE), como o debate para se repensar a emergência e os desafios das subunidades brasileiras no contexto internacional (RODRIGUES, 2004; 2008)

Em abril de 1995, o Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia usou pela primeira vez o termo “diplomacia federativa” para se referir às atividades internacionais dos governos subnacionais. No decorrer de seu discurso de posse, Lampreia (1999, *apud*, TAVARES, 2016) descreveu os governos dos estados e dos municípios, a democracia e o federalismo como veículos-chaves de formulação e da ação diplomática. Tratava-se de uma tentativa de construir e aprofundar a diplomacia federativa como uma “vertente da diplomacia pública, tornando-a “parte das diretrizes do governo”” (RODRIGUES, 2008, p. 1020):

“É também política do presidente Fernando Henrique Cardoso que, além desse aspecto da diplomacia pública, a diplomacia da interação, se acrescente outro ângulo igualmente fundamental de acordo com o nosso sistema político, que é a diplomacia federativa. Os estados e até os municípios têm uma agenda internacional cada vez maior que deve ser acrescentada à agenda externa da União, que é, em última análise, responsável pelas relações exteriores do país” (LAMPREIA, 1999, *apud*, TAVARES, 2016).

O presidente Fernando Henrique Cardoso demonstrou profundo ensejo para a criação de um órgão que acompanhasse o delinear das atividades externas exercidas por governos dos Estados e dos municípios brasileiros. Em conjunto ao gabinete do Ministro das Relações

ExterioreS, criou-se, em 1997, a Assessoria de Relações Federativas (ARF) cuja missão principal era “supervisionar e assessorar as iniciativas externas, tratativas com governos estrangeiros, organismos internacionais e organizações não-governamentais” (TAVARES, 2014, p.18). Além disso, escritórios de representação do Itamaraty foram criados em nove estados, dentre eles, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, transformou a ARF em Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA). Ainda que o então presidente continuasse a fomentar o estabelecimento do contato entre o MRE e as unidades federadas, o que o diferenciava de FHC era o aprimoramento e a valorização de tal conduta (MIKLOS, 2010; FRÓIO, 2015). Segundo Mônica Salómon (2008), Lula inovou ao criar a Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República (SRI) e a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF).

Com o intuito de obter assistência no “desempenho de suas atribuições e, em especial, na coordenação política do governo, na condução do relacionamento do governo com o Congresso Nacional e os partidos políticos na interlocução com os estados, municípios e o Distrito Federal” (MIKLOS, 2010, p.76-76), o presidente Lula deu, posteriormente, continuidade a essa tendência de aproximação das unidades subnacionais e, conseqüentemente, de desenvolvimento nacional, por meio da criação do Comitê de Articulação Federativa (CAF) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

A robustez dessas interações entre o governo central e as unidades federadas resultou no estímulo à construção de novos termos para compreender o fenômeno da paradiplomacia no Brasil. A denominação “cooperação internacional federativa” e “cooperação internacional descentralizada” foram umas das inovações introduzidas pela SAF e pelo Governo Central⁵, significando um mecanismo para se pensar as variadas atividades externas dos estados e municípios brasileiros em parceria com instâncias de outros países, em destaque para o Mercosul (SALOMÓN, 2008).

Ao averiguar os esforços e estímulos do MRE em qualificar a paradiplomacia como uma “diplomacia federativa” ou “cooperação internacional descentralizada”, Gilberto Rodrigues (2004) propõe a reflexão de reconhecer o caráter autônomo dos entes subnacionais,

⁵ Segundo Fróio (2015, p.49), o termo “cooperação internacional federativa” é pensado e difundido no âmbito da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF) enquanto o termo “cooperação internacional descentralizada” aparece nos protocolos de cooperação firmados pelo Brasil com a França (2006) e Itália (2007).

estabelecendo o termo “política externa federativa”. Esta última significa “a estratégia própria de um estado ou município, desenvolvida no âmbito de sua autonomia, visando a sua inserção internacional de forma individual ou coletiva” (RODRIGUES, 2004, p. 40).

Enquanto a “diplomacia federativa” interpreta a inserção dos governos dos estados e municípios como o auxílio para a construção da política externa brasileira, a “política externa federativa”, confere à essas instâncias subnacionais uma política externa própria, enfatizando que as mesmas são compostas por interesses locais próprios, que nem sempre vão de encontro aos da União (RODRIGUES, 2004; 2008).

Por dispor de um referencial terminológico variado, o fenômeno da paradiplomacia é compreendido consoante a ótica de cada ator em questão, sem eliminar sua devida relevância. Na interpretação do Itamaraty e da Presidência da República, a denominação “diplomacia federativa” e “cooperação descentralizada” são os termos mais utilizados, enquanto que sob a vivência subnacional, as subunidades preferem utilizar os termos “relações internacionais federativas” e “política externa federativa”. Independente de tais distinções, é perceptível o quanto a diversidade de termos não tem criado rivalidades em seu campo de ação, pelo contrário, ela contribui para o fortalecimento das atividades de projeção internacional tanto da União, quanto dos entes. (RODRIGUES, 2004; 2008).

Impulsionado pelo advento da globalização e de redemocratização, o Estado nacional brasileiro então buscou legitimar as práticas internacionais de suas unidades federadas ao passo que as coordenava (SALÓMON, 2008). Não obstante, é importante destacar que esse comportamento, quando observado, demonstra a tentativa do Governo Federal de manter sob sua influência as atividades internacionais executadas pelos entes. A medida que se cria órgãos facilitadores para a prossecução dessas práticas perante governos estaduais e municipais, se restringe algumas de suas competências, tornando o fenômeno da paradiplomacia altamente desafiador no Brasil.

Em virtude disso, a formalização das ações internacionais dos governos subnacionais em um marco jurídico proporcionaria um ambiente muito mais seguro e transparente para que os entes federados pudessem legitimar seus atos internacionais (RODRIGUES, 2004). A primeira tentativa de formalização das atividades internacionais subnacionais no país foi em 2005, através dos ensejos do diplomata de carreira e deputado federal André Costa do Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ). Ao apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC - 475/2005), intitulada como “PEC da Paradiplomacia”⁶, no Congresso Nacional, o

⁶ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=305376>> Acesso em 08 de agosto de 2019.

deputado sugeriu a adição de um novo parágrafo no artigo 23 da Constituição Federal por meio da seguinte objeção (BENZATTO, 2015; APRÍGIO, 2016):

“Os Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes de subnacionais estrangeiros, mediante prévia autorização da União, observado o artigo 49, e na forma da lei” (COSTA, 2005, *apud*, BENZATTO, 2015).

Levando em consideração o aumento das atividades internacionais das unidades federadas brasileiras e os casos consolidados na Argentina, Bélgica, Suíça e Alemanha, o deputado federal André Costa alegou que a introdução do § 2º ao art. 23 da CF propiciaria “direitos e obrigações entre as partes federadas brasileiras, bem como diminuiria as desigualdades regionais, promovendo desenvolvimento econômico e comercial, e constituindo um avanço na consolidação da democracia brasileira” (COSTA, 2006, *apud*, BENZATTO, 2015).

Para o relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o deputado federal Ney Lopes, a proposta mudaria radicalmente a possibilidade de ação das unidades federadas, uma vez que restringe as da União. Além de que, resultaria no rompimento do princípio da autonomia federativa que define as “competências comuns”⁷ das partes e da União (APRÍGIO, 2016). Após dois anos de tramitação, a proposta foi arquivada no dia 31 de janeiro de 2007.

A proposta do deputado federal André Costa tem valor imprescindível para se refletir sobre a dificuldade de se legitimar as atividades internacionais das unidades federadas brasileiras (RODRIGUES, 2008), assim como abre espaço para o início de estudos mais aprofundados sobre a prática de relações internacionais perante estes atores, independentemente do vácuo jurídico.

⁷ As competências comuns da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de acordo com o artigo 23 da CF, são: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Brasil, 1988, *apud*, APRÍGIO, 2016).

Nessa lógica, o aumento do número de ações internacionais de estados e municípios brasileiros vêm demonstrando seu devido impacto no desenho das ações internacionais do país. Missões governamentais ao exterior, participações em feiras internacionais, negociações com empresas multinacionais, capacitação de recursos externos e o estabelecimento de parcerias internacionais são alguns dos exemplos mais frequentes, elencados por Bueno (2010), de atividades executadas pelas entidades subnacionais brasileiras.

A captação de recursos externos através de instituições internacionais (cooperação financeira) e os projetos de cooperação técnica nas bases não-comerciais fazem com que a área de relações internacionais e as ações de cooperação internacional sejam instrumentos utilizados na promoção do desenvolvimento social e econômico de cada região (FRÓIO, 2015, 2016). “Em grande medida, a paradiplomacia acontece porque os entes subnacionais querem crescer economicamente, divulgar sua língua e cultura, angariar prestígio e projeção política” (FRÓIO, 2015, p. 80).

1.3.1 – A paradiplomacia dos estados brasileiros

A respeito da paradiplomacia estadual brasileira, Fróio (2015), mediante a aplicação de um questionário voltado aos funcionários estaduais, registra que a busca por investimentos externos (19%); a captação de recursos financeiros (18%); a cooperação técnica internacional (15,1%); bem como a promoção do comércio exterior (14,9%); a promoção do turismo internacional (12,3%); a projeção política (12%); e, por fim, as questões de fronteira (8,7%) representam as motivações para os estados fazerem relações internacionais. Questões como cultura e a criação de um aparato burocrático para os assuntos cerimoniais também foram assinaladas como outros motivos relacionados às vontades dos atores federados.

No que se diz respeito às áreas que os governos estaduais priorizam para se projetarem internacionalmente, Fróio (2015) obtém respostas como o desenvolvimento econômico (15,8%); infraestrutura (13,5%); tecnologia (12,3%); educação (11,8%); saúde (10,5%); meio ambiente (10,5%); turismo (10,4%); inclusão social (10,3%) e cultura (9,3%). Como característica vital para a sobrevivência dos estados, a autora destaca que a economia consiste na área de interesse de maior proeminência nas ações internacionais.

Esses dados exemplificam o fato dos estados possuírem níveis de desenvolvimento e interesses distintos. Além disso, eles também possuem capacidades de atuação diferenciadas, tanto no que tange seus recursos locais (infraestrutura, por exemplo), quanto na sua experiência e qualificação humana. De certa forma, os mais desenvolvidos, que possuem melhores

condições institucionais, financeiras e de recursos humanos, conseguem gerenciar com facilidade suas ações externas - tornando mais fácil quando os mesmos são procurados por atores internacionais. Entretanto, apesar do problema da assimetria e desigualdade existente entre os governos subnacionais brasileiros, todos aumentaram sua preocupação com o mundo exterior, principalmente em função dos atrativos em termos de investimentos, desenvolvimento local e promoção comercial (FRÓIO, 2015).

Destarte essa crescente atuação, o caráter paradiplomático dos estados e municípios brasileiros é heterogêneo (BARRETO, 2005), dependendo da existência não só de uma estrutura específica, mas do preparo e motivações ensejadas pelo governo para estabelecer uma interlocução internacional. Assim, cada ente subnacional estabelece os elementos de sua política internacional de acordo com seu preparo e condições de atuação.

No que concerne os municípios, é possível observar que as cidades possuem um padrão de ações mais engajadas que os estados brasileiros. Isso se deve ao fato de haver uma procura por participação dos municípios brasileiros em entidades de representação nacional que auxiliam a articulação de suas atividades internacionais, como a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM) (FRÓIO, 2016).

Além disso, os governos municipais têm uma percepção mais holística das realidades locais, especialmente dos problemas urbanísticos, conferindo-lhes um senso de necessidade de ação muito mais apurado à que o do governo estadual, por ser a instância executiva mais próxima da vivência do cidadão.

Fazendo uso de uma análise comparativa sobre a estrutura paradiplomática e o comportamento das atividades internacionais de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, Salómon e Nunes (2007) observam que as ações internacionais municipais são mais distribuídos, enquanto que as agendas estaduais são mais abrangentes e complexas por gozarem de “limitações e responsabilidades condicionadas pela soberania” (SALÓMON; NUNES, 2007, p. 43), assim como as atividades executadas pelo Governo Federal.

De acordo com os dados levantados pelas autoras, percebe-se a distinção no foco das ações internacionais executadas por ambos. Ao passo que Porto Alegre busca engajar-se em projetos voltados para a cooperação técnica e política, tendo uma perspectiva mais social e holística do processo de desenvolvimento, o Estado do Rio Grande do Sul tem como foco a atração de investimentos e o mercado de exportações, reverberando um pragmatismo econômico em seu comportamento (SALÓMON; NUNES, 2007).

Rafael Reis (2012) também demonstra que, tal qual Porto Alegre, a cidade de Curitiba projetou-se internacionalmente em prol do bem-estar e do desenvolvimento social local por meio de projetos de cooperação técnica e política. Detentora de uma secretaria voltada às práticas internacionais, Curitiba ganhou prestígio internacional em instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU) por conta de intercâmbio de experiências voltadas para as áreas de gestão urbana, meio ambiente e transporte público. Já o Estado do Paraná, apesar de não possuir um órgão específico, sua atuação internacional é voltada significativamente para parcerias comerciais e econômicas com a União Europeia, Estados Unidos e países do Mercosul.

A despeito desses casos, observa-se novamente que o motivo econômico parece impulsionar internacionalmente mais os estados do que as cidades. O estudo comparativo desses entes federativos realizado tanto por Salómon e Nunes (2007), quanto por Reis (2012) aponta que o foco em aspectos comerciais e econômicos é característica primordial de atores regionais, reforçando mais ainda os dados elucidados na pesquisa de Fróio (2015) nos parágrafos anteriores. “Em grande medida, os governos regionais são os defensores naturais dos interesses econômicos e comerciais do território que governam, sobretudo em casos que, como no Brasil, o marco legislativo leva a uma concorrência intensa entre os estados pelos investimentos estrangeiros” (SALÓMON; NUNES, 2007, p.138).

A defesa e preferência por atividades internacionais que envolvam práticas econômicas afeta não só os fluxos de desenvolvimento e as agendas, em geral, dos governos de cada região, mas também as pesquisas e os estudos empíricos. Nesse âmbito, os entes das regiões Sul e Sudeste do país, além de, em sua maioria possuírem um órgão específico, bem como um planejamento internacional bem executado, têm sido os alvos prioritários dos estudos voltados para a análise empírica da paradiplomacia, o que justifica a relevância dessa pesquisa, que tem como enfoque um estado da região Nordeste do país.

Como exemplo, citam-se os Estados do Rio Grande do Sul, por conta da sua intensa atuação nos processos de integração regional e da sua aproximação com a Argentina (BARRETO, 2010), e o Estado de São Paulo, que leva não somente em conta “seu alto grau de abertura comercial e a oferta de recursos pelos organismos internacionais, como também sua escolha racional entre os custos de financiamentos internos e externos” (MAIA; SARAIVA, 2012, p. 243).

Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste do país vêm demonstrando grande empenho na execução de suas atividades internacionais, “ainda que não disponham de tamanha liberdade e autonomia financeira para suprir suas necessidades nos momentos de crises, precisando, de alguma forma, ligar-se às articulações da União” (MAIA, 2012, p. 121). Por

mais que 51% dos entrevistados por Fróio (2015) apontem para uma baixa atuação internacional dos estados da região Nordeste, os Estados da Bahia e do Ceará possuem um histórico relevante no que concerne a prática de relações internacionais, enquanto que Maranhão, Piauí e Paraíba ainda possuem atuação tímida.

Apesar de ter uma realidade divergente dos estados das regiões mais desenvolvidas do país, a Bahia é considerada pioneira na prática de relações internacionais no Nordeste. O estabelecimento de uma estrutura exclusiva que fomentasse e regulasse as práticas internacionais, tanto na capital Salvador, quanto no estado, garantiu a articulação e “assessoramento do governo na formulação da paradiplomacia, sugerindo ações, avaliando programas de atração de investimentos e coordenando as ações para que essas aconteçam de forma integrada” (RIBEIRO, 2008, p. 195). Em harmonia com o Centro Internacional de Negócios do Estado (Promo), órgão vinculado à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, a Assessoria de Relações Internacionais do governo do estado da Bahia atua também como um elo de ligação para questões internacionais nos municípios (RIBEIRO, 2008).

O Estado do Ceará não possui órgão específico de assuntos internacionais⁸, mas as reformas em seu setor privado desde 1980 permitiu sua inserção na arena financeira internacional, ocupando os holofotes nos estudos da área. O rompimento com a política tradicional propiciou uma inversão de papéis em sua prática de relações internacionais (MAIA, 2000). Segundo Maia (2012), a atuação dos grupos locais de empresários da região, associado ao interesse do Governo do Estado em buscar novas alternativas para a promoção do desenvolvimento e da cooperação técnica, alavancou as atividades no Estado e “estimulou diversos órgãos da administração estadual a estabelecerem parcerias no exterior nas suas diversas áreas de interesse” (MAIA, 2000, p. 32).

Sabendo que a paradiplomacia é influenciada pelos interesses das elites locais (motivações dos atores locais e políticos) e por determinantes locais (realidade existente), o presente trabalho almeja explorar as características particulares do *modus operandi* da paradiplomacia no Estado da Paraíba, visando obter informações sobre sua estrutura, atores locais envolvidos e seus respectivos projetos de ação.

A paradiplomacia paraibana não tem sido o foco dos estudos da área e por isso ainda há lacunas sobre o seu modo de organização e funcionamento, a forma que as atividades internacionais são desenvolvidas e os tipos e temáticas de interesses. Dessa maneira, buscou-se

⁸ Apenas Fortaleza possui um órgão articulador para as atividades internacionais. A Coordenadoria de Relações Internacionais e Federativas é responsável pela atuação externa (internacional e com outras unidades federadas) (ROCHA *et. al*, 2017, p. 6).

verificar a realidade prática das condições institucionais do estado, suas formas de inserção no cenário internacional e os fatores que impulsionam e/ou dificultam sua internacionalização. É preciso destacar que, apesar do Nordeste ser uma região que possui pouco dinamismo no âmbito da paradiplomacia, de maneira geral e quando comparada com as demais regiões brasileiras, isso não implica necessariamente na falta de interesse desses governos, sendo muitos deles limitados apenas por questões estruturais e de conhecimento ou experiência nessa área. Há também uma certa assimetria entre os estados nordestinos, fazendo com que alguns sejam mais ativos e organizados do que outros, o que reforça ainda mais a relevância de pesquisar a realidade paradiplomática da região.

1.4 - O perfil da Paraíba

Para fins de clareza do objetivo deste trabalho é importante compreender qual o espaço que a Paraíba ocupa em relação aos 09 (nove) estados do nordeste. Baseado nos dados disponibilizados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e Portal da Indústria, observou-se os níveis do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de cada estado, do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e industrial dos estados, tal como a participação da indústria no PIB dos estados em 2016.

No que cerne a média ponderada dos 03 (três) indicadores do desenvolvimento humano, como longevidade, educação e renda, vulgo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), a Paraíba encontra-se em 5º (quinto) lugar. Equivalente a 0,658, a Paraíba está na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), enquanto que o Rio Grande do Norte possui a maior colocação entre os estados, atingindo 0,684. O segundo lugar é ocupado pelo Ceará, marcando 0,682, e, respectivamente, Pernambuco está em terceiro, marcando 0,673 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, s/d).

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), a Paraíba ocupa o 6º (sexto) lugar em relação aos analisados, marcando R\$52,8 bilhões. Quando observado, esse número torna-se destoante no tocante dos 03 (três) primeiros colocados. Ocupando o ponto mais alto da análise, a Bahia marcou o primeiro lugar com um montante de R\$ 228,2 bilhões. Em seguida, Pernambuco, chegando a um montante de R\$ 144,0 bilhões, ocupando o segundo lugar, enquanto que o Ceará marcou R\$121,8 bilhões. Como já era de se esperar, estes dois últimos permaneceram com o ritmo elevado apesar da diferença de categoria (PORTAL DA INDÚSTRIA s/d).

A indústria contribui com um dos setores mais importantes para o desenvolvimento dos estados. É por meio dela que o indivíduo tem o poder de transformar e modificar a matéria-

prima em um produto final. Levando em consideração sua essencialidade, percebeu-se que a Paraíba está na 6ª (sexta) posição no que cerne o PIB industrial dos estados, marcando um montante de R\$8,2 bilhões. Novamente, a Bahia, com R\$ 54,1 bilhões, seguida por Pernambuco, com R\$28,4 bilhões, e o Ceará, atingindo R\$23,4 bilhões, dominam a escala do indicador na respectiva ordem (PORTAL DA INDÚSTRIA).

O que significa dizer que a porcentagem de participação da indústria no PIB estadual da Paraíba é de 15,6%. Em contrapartida, 23,7% do PIB estadual da Bahia provém desse setor, enquanto que Sergipe que possui o PIB estadual mais baixo, marcando R\$34,7 bilhões, sua participação industrial nesse PIB é de 20,1%, chegando a quase um quarto (PORTAL DA INDÚSTRIA). Depreende-se, portanto, que apesar de possuir um valor superior de Produto Interno Bruto geral e industrial maior do que Sergipe, a porcentagem de participação da indústria paraibana na definição desses valores é inferior à contrapartida sergipana, o que demonstra que a malha industrial do Estado da Paraíba pode ser menos dinâmica e estruturada em comparação ao Estado do Sergipe, como demonstrado na quadro a seguir:

Quadro 1 - Dados do Produto Interno Bruto (PIB) geral e industrial

Estado	PIB estadual	PIB industrial do estado	Part. da Indústria no PIB estadual
Alagoas	R\$ 44, 7 bi	R\$ 5,5 bi	12,4%
Bahia	R\$ 228,2 bi	R\$ 54,1 bi	23,7%
Ceará	R\$ 121,8 bi	R\$ 23,4 bi	19,2%
Maranhão	R\$ 75,9 bi	R\$ 13,2 bi	17,4%
Paraíba	R\$ 52,8 bi	R\$ 8,2 bi	15,6%
Pernambuco	R\$ 144, 0 bi	R\$ 28, 4 bi	19, 7%
Piauí	R\$ 37,0 bi	R\$ 4,7 bi	12,7%
Rio Grande do Norte	R\$ 53,1 bi	R\$ 10,1 bi	19,0%
Sergipe	R\$ 34, 7 bi	R\$ 7,0 bi	20,1%

Elaboração própria a partir dos dados retirados do Portal da Indústria.

Em termos de participação no PIB industrial nacional, a Paraíba continua a ocupar a 6ª (sexta) posição, contribuindo com apenas 0,7%. A Bahia reforça o quantitativo nacional marcando 4,7%, o que, apesar de baixo em relação aos estados do sudeste, a exemplo de São

Paulo que colabora com 32.1%, se configura como a mais alta da região nordeste. Seguida por Pernambuco, marcando 2,5% de contribuição, e Ceará com 2,0% (PORTAL DA INDÚSTRIA, s/d).

Em sua totalidade, os principais setores do Estado da Paraíba estão voltados para a construção (35,5%), serviços industriais de utilidade pública (21.2%), couro e calçados (12,2%), alimentos (7,8%), e, por fim, minerais não metálicos (5,9%). Juntos, esses setores representam 82,4% da indústria do estado, gerando 108.163 empregos (PORTAL DA INDÚSTRIA, s/d).

Compreender o perfil dos estados é um fator primordial para se observar o eventual potencial de internacionalização de cada um. A título de exemplo, a Bahia e o Ceará, cujo possuem um protagonismo dentre os demais estados da região nordeste na prática de relações internacionais, encontram-se nas primeiras colocações das categorias elucidadas. Em uma região que a indústria abrange 73,4% das exportações efetuadas pelo estado, ocupando a 20ª (vigésima) colocação no *ranking* nacional, tornou-se relevante observar como se configura o ambiente paradiplomático de um estado que apresenta níveis tão amenos de desenvolvimento, como a Paraíba e, conseqüentemente, quais as alternativas encontradas pelos seus atores.

Considerações parciais

Diante do levantamento teórico apresentado, verificou-se:

1. O fenômeno da paradiplomacia é identificado desde o século XIX, mas apesar de não ser recente, tornou-se mais intenso nas últimas décadas. Segundo Duchacek (1990), possui como marco a década de 1960 a 1970 devido ao cenário de crise de energia mundial seguida pela recessão econômica internacional. Dessa forma, o contexto de interdependência global não criou nada novo no ambiente político das democracias federais, mas contribuiu para intensificar a necessidade da atuação internacional dos entes, passando a atingir um número maior de países e, conseqüentemente, reforçando as características e especificidades de cada Estado;
2. Apesar de Duchacek (1990) e Soldatos (1990) serem os pioneiros nos estudos de paradiplomacia, o marco teórico-conceitual é diversificado e abre margem para que o pesquisador interprete o fenômeno por meio de diversas nomenclaturas. Isso decorre pelo fato do fenômeno ser recente e, concomitantemente, por alguns países ainda não reconhece-lo juridicamente, causando certa confusão;

3. No Brasil, a paradiplomacia ocorreu no contexto de redemocratização nos anos 1980 do país, gerando uma transformação no sistema político. A Constituição de 1988 abriu margem para o surgimento de novas dinâmicas para os estados e municípios, o que gerou certa autonomia para estes. Apesar de não ser reconhecida juridicamente desde então, o fenômeno não deixa de acontecer, o que tem impulsionado o Governo federal a criar instituições específicas/escritórios de representação no Ministério das Relações Exteriores pelos estados para ampliar a relação com os entes federativos;
4. Imbuídos nesse contexto, as ações internacionais dos estados e municípios brasileiros, como ressaltado por Bueno (2010), giram em torno de missões governamentais ao exterior, participação em feiras internacionais, estabelecimento de parcerias internacionais, negociações com empresas multinacionais e captação de recursos externos;
5. As ações envolvem, também, a cooperação financeira ou técnica entre os interlocutores;
6. O nível econômico de cada região acaba influenciando em seu protagonismo no que concerne a prática de relações internacionais. Desta forma, estados mais desenvolvidos e com recursos maiores acabam criando pontes com o exterior com maior facilidade, conseguindo projetarem-se de maneira mais orgânica e, até mesmo, sendo procurados com maior frequência por estes países/instituições estrangeiras. Esse fator é impulsionado pela existência de unidades específicas/assessorias/secretarias de relações internacionais em cada estado ou município. A existência desse órgão faz com que as atividades da localidade aconteçam de maneira organizada, além de que, não se transborda para outros órgãos dos seus respectivos governos;
7. Mesmo não estando tão envolvido quanto as regiões sul e sudeste do Brasil, o nordeste vem conseguindo se lançar internacionalmente. O caso da Bahia e do Ceará são os melhores exemplos encontrados. Não obstante, existem poucas informações e pesquisas sobre a prática de relações internacionais de seus estados e municípios.

Capítulo 2 - A paradiplomacia estadual paraibana: o ambiente paradiplomático

Os Estados, dentro das suas especificidades, possuem poder decisório e podem atuar no âmbito das relações exteriores, sendo independentes e livres para estabelecer relações com outros Estados ou entidades internacionais. Por outro lado, os governos subnacionais, para atuarem no campo das relações exteriores, precisam estar juridicamente e institucionalmente empoderados para tal, isto é, devem haver normas (constitucionais ou não) que definem essa competência internacional das entidades territoriais de um país (FRÓIO, 2015),

De acordo com Nunes (2005), uma vez que os entes subnacionais não são sujeitos de Direito Internacional Público e, se não existir normas jurídicas internas que dão esse poder a esses entes, então as competências internacionais desses passam a ser submetidas a um órgão do central. É o que basicamente ocorre com a maioria dos estados e municípios brasileiros.

Não há uma previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro que defina ou autorize a atuação internacional das unidades federadas brasileiras. No entanto, esse limbo jurídico não tem impedido estados e municípios de fazerem relações internacionais. Ocorre que, para evitar transtornos para a política exterior brasileira, órgãos do Governo Federal, como o Ministério das Relações Exteriores, buscam formas de se aproximar e verificar o que os entes federativos estão realizando em matéria de paradiplomacia. Também podem funcionar como órgãos de auxílio aos entes em suas atividades internacionais (RODRIGUES, 2004; FRÓIO, 2015).

Essa relação entre o Governo Federal e as unidades federadas, no âmbito das relações internacionais, é questão fundamental para compreender o ambiente paradiplomático. Embora o Governo Federal tenha criado mecanismos institucionais para aproximar-se dos entes nessa área, como fora mencionado no capítulo anterior, há dificuldades significativas como: a falta de mecanismos eficientes de diálogo, a alta burocracia e a falta de recursos (BUENO, 2010; FRÓIO, 2015). Essas dificuldades fazem com que haja um distanciamento inevitável entre os governos em diversos casos, o que dificulta ainda mais o funcionamento da paradiplomacia, especialmente em estados e municípios com maior carência financeira, material e de pessoas qualificadas, como é o caso do Nordeste.

Como já se sabe, os entes federados brasileiros possuem capacidades distintas de fazerem relações internacionais. Tanto que os casos mais avançados de paradiplomacia encontram-se nos centros mais desenvolvidos, o que pode ser justificado pelo fato de possuírem

melhores condições para desenvolverem suas condições externas e por serem mais procurados por atores externos (BUENO, 2010; GOMES FILHO, 2011; FRÓIO, 2015).

Dessa forma, este capítulo versará sobre as características estruturais e institucionais da paradiplomacia no estado da Paraíba. A ideia é de que, por meio de entrevistas com os gestores dos órgãos estaduais, seja possível visualizar como estados menos desenvolvidos articulam-se internacionalmente em meio a realidade que lhes é existente. Nesse sentido, a primeira seção consistirá em um diagnóstico da estrutura institucional e seu funcionamento, ressaltando a inexistência de uma assessoria/secretaria de relações internacionais. A partir daí, será possível enxergar quais atores e a forma em que os mesmos se organizam, na seção seguinte.

2.1. O ambiente paradiplomático: estrutura institucional e seu funcionamento

A respeito do caso do Estado da Paraíba, por intermédio da realização de entrevistas com funcionários e ex-funcionários de órgãos estaduais, verificou-se que, durante os dois mandatos do ex-Governador Ricardo Vieira Coutinho (2011-2019), o relacionamento direto com o Governo Federal nessa área foi deficiente. Em grande medida, o Ministério das Relações Exteriores ou a Agência Brasileira de Cooperação não estão presentes, fazendo com que os projetos e programas internacionais sejam desenvolvidos por meio do contato direto entre órgãos do governo do estado com as instituições estrangeiras. O aspecto positivo dessa situação é o fato do governo estadual ter garantida sua autonomia na condução de todo esse processo. Em contrapartida, os entrevistados apontam dificuldades de se relacionar com as instituições e de cumprir as etapas de aprovação e implementação dos projetos.

Movidos pelo sentimento de insatisfação em relação ao distanciamento do Governo Federal no amparo dos projetos internacionais do estado, os entrevistados afirmam que mesmo que possuam apoio de outros órgãos, é de extrema necessidade que essas entidades estaduais recebam recursos e caminhem em parceria com órgãos do Governo Federal.

Conforme Vlamínck Saraiva, diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Gestão Unificada - EMATER), há uma grande intenção, por parte dos entes estaduais, em aproximar-se do Governo Federal, mas que, por vezes essa atuação conjunta não ocorre devido a divergência de métodos de articulação entre um determinado

projeto e o Governo Federal, criando-se um impasse para dar continuidade a atuação internacional dos governos subnacionais.⁹

Quando estas ocorrem, o Secretário Executivo de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Paraíba, Marcos Procópio, salienta que as ações oferecidas pelo Governo Federal, em grande medida, deixam as instâncias estaduais a cargo da organização, logística e dos custos financeiros, fazendo com que estes últimos desistam de interagir internacionalmente por conta da falta de preparo e, conseqüentemente, ponham em prática apenas outras necessidades prioritárias do Estado.¹⁰

Apesar do interesse dos organismos internacionais de interagir com os gestores estaduais paraibanos, Ana Patrícia Almeida, diretora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), afirma não haver uma intencionalidade perante o Governo Federal de que essa interação se estabeleça. Assim, as interações ocorrem majoritariamente entre os representantes dos órgãos públicos ou privados internacionais, o Governo da Paraíba e os secretários responsáveis pelos projetos, sem uma participação do Ministério das Relações Exteriores, por exemplo.¹¹

Levando em conta tais elucidações, José Bessa Maia (2004) propõe que:

“O Governo Federal formule e execute, de forma compartilhada, uma genuína política ou programa voltado a prover assistência técnica e institucional aos governos estaduais e municípios, capacitando-os a exercer com eficiência e responsabilidade iniciativas de projeção internacional, cooperação e captação de recursos” (MAIA, 2004, p. 14).

“O Governo do Estado da Paraíba sozinho é impotente no sentido de instrumentalizar a área de relações internacionais e de atração de investimentos. E continuará impotente durante um grande período de tempo se não houver uma prioridade definida pelo Governo Federal de regulamentar essa área”, destaca Luiz Carlos Rangel Soares, responsável do Projeto Estratégico Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba.¹²

Estes obstáculos estão intrinsecamente ligados não somente à falta de um contato direto com o Governo Federal, mas também pela inexistência de um órgão específico para coordenar e conduzir as ações e projetos internacionais no aparato do estado. Apesar da paradiplomacia paraibana caracterizar-se como descentralizada, a ausência de uma unidade articuladora interna faz com que as atividades internacionais firmadas sejam conduzidas por órgãos separados,

⁹ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016 na sede da EMATER.

¹⁰ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de abril de 2016 na Universidade Federal da Paraíba.

¹¹ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 06 de julho de 2016 via Skype.

¹² Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de junho de 2016 na SEPLAG.

muitas vezes criados apenas para implementar e conduzir projetos específicos, como é o caso do Núcleo de Atração de Investimentos (NAI) concebido pelo ex-Secretário Executivo de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Procópio, em 2011 e extinguido em 2014.¹³¹⁴

Agraciados pela possibilidade de estabelecer uma relação muito mais íntima com as demandas locais do que o Governo Federal, os governos subnacionais poderiam fazer funcionar sua paradiplomacia de maneira muito melhor a partir de um órgão específico de relações internacionais, que facilitaria a coordenação e articulação entre os diversos órgãos e planejar as atividades internacionais. Esse passo “denota não o começo de uma atuação internacional, mas sua intensificação e a vontade de fazer com que o ente consiga agir mais organizadamente durante seus contatos com outros interlocutores no exterior” (SALÓMON, 2008, p.105). Concomitantemente, não se trata de apenas estabelecer tal unidade no organograma dos entes federativos, mas que os funcionários do estado, em conjunto com os tomadores de decisões e da sociedade civil, entendam e acreditem no potencial de suas localidades (MAIA, 2004):

“Estabelecer unidades internacionais no organograma dos entes federativos sem acesso ao tomador de decisão implica criar órgãos sem capacidade operativa e facilmente descartados no cotidiano administrativo pelas demais unidades que compõem a máquina pública. Portanto, a decisão de criar uma assessoria internacional só se justifica se o tomador de decisão realmente acredita e se compromete a prestigiar a ação internacional de seu estado ou município” (MAIA, 2004, p. 4).

Ao invés da denominação “assessoria internacional”, Marcos Procópio reforça a ideia da criação de um núcleo, dado que a primeira remete à personificação dos trabalhos executados a uma única pessoa ou apenas à uma consultoria, diferente de um núcleo que funcionaria como uma extensão do estado. Já que não há apoio do Governo Federal, a existência de um núcleo facilitaria o entendimento e comunicação entre os funcionários estaduais envolvidos.¹⁵

Em relação ao impacto no funcionamento da paradiplomacia paraibana, a carência de um setor específico complexifica o mapeamento das ações internacionais realizadas pelos atores estaduais, fazendo com que o pesquisador precise mergulhar dentro da própria estrutura do Governo Estadual ou de outros órgãos da sociedade civil para encontrar a existência das atividades paradiplomáticas no estado.

¹³ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de abril de 2016 na Universidade Federal da Paraíba.

¹⁴ A função do Núcleo, bem como a experiência do ex-secretário executivo serão elucidadas na seção seguinte deste capítulo.

¹⁵ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de abril de 2016 na Universidade Federal da Paraíba.

Dessa forma, algumas das instituições públicas estaduais identificadas¹⁶ ao longo da pesquisa que estavam envolvidas com ações internacionais ou que desenvolviam projetos que abarcavam temas de caráter internacional foram:

1. Cooperativas de Algodão Colorido;
2. Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP);
3. Companhia Docas da Paraíba;
4. Empresa Paraibana de Turismo (PBTur);
5. Fundação do Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB);
6. Federação de Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP);
7. Gestão Unificada (EMAPA; INTERPA; e EMATER);
8. Institutos de Arquitetos da Paraíba (IABs);
9. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP);
10. Núcleo de Atração de Investimentos (NAI);
11. Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG);
12. Secretarias da Fazenda, de Infraestrutura, dos Recursos Históricos, Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Saúde e Pesca;
13. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba (SETDE);
14. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PB);
15. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-PB).

Durante a fase de pesquisa de campo, foi perguntado aos entrevistados o que falta para a Paraíba se internacionalizar mais. Houve uma unanimidade nas respostas sobre a necessidade de possuir uma unidade gestora para desenvolver e sistematizar as atividades internacionais no estado. A existência de uma assessoria, segundo Ana Patrícia de Almeida (PROCASE), poderia agilizar etapas, direcionar o contato com organismos internacionais, desburocratizar o andamento dos projetos, prospectar novas parcerias e criar estratégias bem mais definidas no exterior, principalmente com os países do Mercosul.¹⁷

As interações com os interlocutores internacionais ocorre de forma isolada. O desejo de se internacionalizar parte ou das secretarias que têm interesse em fazê-las, ou então dos próprios gestores dos projetos envolvidos. A ausência de um planejamento estratégico e operacional na

¹⁶ Analisou-se também os projetos e as ações de cooperação internacional que envolviam a participação do Governo do Estado da Paraíba e instituições internacionais. O intuito foi identificar os tipos de ações utilizadas e áreas priorizadas. Tais projetos são objeto do capítulo subsequente.

¹⁷ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 06 de julho de 2016 via Skype.

área internacional, isto é, a falta de uma estratégia definida, faz com que o governo do estado acabe apenas reagindo às demandas externas ao invés de se tornar ativo e buscar parcerias e projetos de acordo com seus interesses. Além do ensejo pela criação de um órgão regulador, os entrevistados, em grande maioria, ressaltaram a urgente necessidade de se estabelecer um planejamento na área internacional mais assertivo para alavancar as ações paradiplomáticas do estado.

O ex-coordenador geral do Projeto Cooperar PB, Roberto Vital¹⁸, relata que a criação de um órgão dentro da estrutura do estado para lidar com a área de relações internacionais ajudaria na articulação e planejamento das secretarias do estado tornando-as preparadas para buscar e atrair oportunidades no âmbito internacional. O gestor reiterou ao falar que “a criação dessa estrutura facilitaria a atuação internacional do estado, a ponto que ela não ocorresse mais de forma isolada”.¹⁹

Os funcionários do estado, coordenadores e diretores dos projetos também relataram que, apesar desta configuração institucional, a Paraíba precisa se tornar presente por meio de missões ao exterior, bem como participação em eventos, fóruns e feiras internacionais. De acordo com Luiz Carlos Rangel Soares (SEPLAG/PB), a atitude de projetar-se internacionalmente precisa ser constante e permanente, para que assim o estado seja capaz estabelecer uma conexão com entes internacionais a ponto de que estes compreendam e ajudem as instâncias estaduais a se qualificarem.²⁰

O fato de também não haver dentro do estado, pessoas qualificadas para lidar com esses assuntos de caráter internacional, tanto em termos de conhecimento das relações internacionais e de línguas, quanto em termos de conhecimento técnico, sobre como elaborar projetos e lidar com instituições estrangeiras, faz com que o estado fique à mercê dos atores estrangeiros e que ocorra certa centralização em indivíduos, enquanto que a execução dos projetos internacionais fique a cargo dos setores, secretarias, unidades gestores específicos. Conscientes das “vulnerabilidades da região durante os eventos internacionais e das oportunidades que a atuação internacional pode trazer para o desenvolvimento local” (FRÓIO, 2015, p.16), a presença desses atores também é de caráter fundamental para a promoção internacional do estado.

Levando em consideração a estrutura institucional do Estado da Paraíba, os atores em questão começam a tomar para si o que deveria competir aos órgãos específicos das áreas de

¹⁸ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 12 de abril de 2016 na sede do COOPERAR.

¹⁹ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 14 de junho de 2016 na sede do PRODETUR.

²⁰ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de junho de 2016 na SEPLAG.

relações internacionais. Neste sentido, a próxima seção propõe versar sobre o envolvimento dos atores paraibanos mapeados, bem como da sua dinâmica de ação internacional.

2.2. Atores domésticos envolvidos

Conforme abordado pela literatura, as características paradiplomáticas do estado sofrem impacto pelo nível de desenvolvimento econômico e social das localidades, bem como pela existência, ou não, de uma estrutura específica e por condicionantes externos (como o interesse de atores estrangeiros). A difusão da prática das relações internacionais subnacionais atribui-se igualmente ao interesse direto dos gestores e políticos dentro dos governos, como os prefeitos e governadores, assim como secretários, dirigentes de órgãos e empresas públicas estaduais e municipais. Detentores de uma capacidade de representação da região no âmbito jurídico, político e administrativo, esses atores buscam, nos contatos estabelecidos com as esferas estrangeiras, a criação de novas possibilidades para o financiamento de seus projetos e a promoção de melhorias para os problemas enfrentados em suas localidades (VIGEVANI, 2006, 2007).

Ao conceder uma série de entrevistas ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo, que posteriormente consolidaram-se na obra “O presidente segundo o sociólogo”, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ressaltou, que durante segundo mandato, que dentre as funções executadas pelos governadores brasileiros, a participação internacional desses atores passou a ser uma delas:

“Mas eles [os governadores] têm outra função, que é a de dinamizadores da região. Tanto que assim agora se está ocorrendo um fato que não tem nada a ver com o velho Estado nacional: os governadores vão para o exterior, fazem acordos, trazem dinheiro. Isso, no passado, era impossível. Tudo o que era relação com o exterior cabia à União. Hoje, o número de governadores que anda pela Ásia, pela Europa, pela América Latina e pelo Mercosul é muito grande. [...] **No fundo, eles assumem a representação que era da União para as suas regiões e alguns têm tido êxito em buscar fontes de comércio ou de tecnologia** (CARDOSO, 1998, *apud*, GOMES FILHO, 2011, grifo nosso)”

No que cerne os principais atores e o perfil dos agentes, Fróio (2015) em seu estudo apurou que o governador é o principal responsável pelas negociações internacionais do estado, sinalizando 54,6% das respostas. Em seguida, os entrevistados marcaram o assessor ou secretário da área específica de relações internacionais como a segunda opção (25,4%). O terceiro lugar ficou a cargo dos assessores de gabinete (23,6%), e, por fim, os assessores ou secretários de outras áreas da administração pública (21,35%).

Na ausência de um órgão específico para a promoção da paradiplomacia, verificou-se no Estado da Paraíba que o ator com poder decisório fundamental para o início das atividades internacionais é o governador, sendo responsável por, além de firmar os contratos diretamente com a instituição internacional parceira, direcionar os rumos das ações. A execução e condução dos projetos internacionais fica a cargo das secretarias relacionadas ao projeto ou de órgãos específicos criados para este fim. Sobre essa questão, o ex-secretário Marcos Procópio relatou que existiu, e ainda existiria, uma certa abertura do governador para que os órgãos envolvidos pudessem atuar de forma livre de acordo com o que fosse necessário, sem maiores demandas advindas do mesmo.²¹

“O ex-governador Ricardo Coutinho tinha uma visão extremamente moderna e arrojada para a expansão da área, mas ao passo que isso aconteceu, enfrentava dificuldades em modificar a forma de pensar dos demais funcionários da administração pública. Por muito tempo se pensava que projetar-se internacionalmente remetia-se ao fato do servidor público utilizar dinheiro do estado para passar um tempo fora”, ressalta a presidenta da PBTur, Ruth Avelino.²²

“Independentemente disso, ele (o governador) sempre se manteve por perto, dando suporte e autonomia para que o financiamento externo pudesse chegar até a Paraíba”, destaca o diretor técnico da Gestão Unificada (Emater). A maioria das missões internacionais eram executadas por Ricardo Coutinho e sua equipe, com o “intuito de movimentar as cadeias produtivas do estado” (PSB 40, s/d). Sendo estas, as missões com maior impacto foram em Cuba, Venezuela, China, assim como havia interesse de expansão para países do Caribe e da Europa.²³

Além do governador e seus funcionários de gabinete, há parceiros internos que contribuem para prossecução dos projetos internacionais que o estado se envolve. Foi possível entrar em contato com as Secretarias do Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e de Pesca (SEDAP), de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETDE), e de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG).

Existem, ainda, órgãos específicos vinculados às secretarias mencionadas, cuja função principal é fomentar o desenvolvimento da Paraíba por intermédio de financiamentos externos, dentre os mapeados conseguiu-se entrevistar os gestores da Gestão Unificada: Empresa de

²¹ Informações obtidas através de uma entrevista realizada no dia 29 de abril de 2016 na Universidade Federal da Paraíba.

²² Informações obtidas através de uma entrevista realizada no dia 26 de abril de 2016 na sede da PBTur.

²³ PSB40. Ricardo Coutinho vai a Cuba em missão comercial. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/noticias/ricardo-coutinho-vai-a-cuba-em-missao-comercial/>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Empresa Paraibana de Turismo (PBTur) e do Núcleo de Atração de Investimentos (NAI).

Muito do que acontece no estado é proveniente da motivação pessoal e de gestão de cada profissional envolvido na área. O “pensar internacional”, denominação apresentada por Gomes Filho (2011) em seus estudos, acaba sendo relacionado estritamente pelas aspirações de cada ator do estado. Esse fator pode surgir tanto por conta de sua trajetória profissional, como é o caso do Ex-Secretário da Indústria e Comércio, Marcos Procópio, e do Presidente do Programa Eixos Integrados, Luiz Carlos Rangel Soares, que já vêm trabalhando em contato com organismos internacionais há anos, ou até mesmo pelas chances que estes tiveram de entrar em contato com outras culturas e países em viagens pessoais.

Tal realidade confirma o que já vem sendo elucidado pela literatura brasileira. Conforme Carlos Matsumoto (2011):

“A decisão pode ter sido tomada pelos motivos mais diversos, como uma experiência internacional que o político tenha tido antes de assumir o governo local (um intercâmbio quando era estudante, por exemplo), uma formação universitária em Comércio Exterior ou Relações Internacionais, ou outra hipótese correlata. O fato é que nem sempre as decisões de políticas públicas em nível local seguem uma lógica racional. O personalismo, nesses casos, pode ter grande influência nas medidas adotadas (MATSUMOTO, 2011, p. 112-113).”

A personalidade do líder, bem como o contexto (cultural, histórico e político) em que ele que está ou esteve envolvido são características fundamentais para se compreender a trajetória das ações internacionais de um estado. Outros fatores que também podem contribuir para o fenômeno, segundo Soldatos (1990) é a posição geográfica e os recursos financeiros que a região possui. Ao se observar, muito do que acontece nos casos brasileiros é proveniente dessas prerrogativas, tornando o ato de se internacionalizar favorável, ou não.

Em suma, isso resume o caráter personalista da paradiplomacia do Estado da Paraíba. Uma vez que projetos e ações estão diretamente ligados aos interesses específicos de determinado ator político (exemplo, o governador), gerando duas situações potencialmente problemáticas: em primeiro lugar, as ações não incorporam um planejamento estratégico do estado, fazendo com que, em segundo lugar, os projetos internacionais dependam de uma única pessoa para que sejam lapidados e levados adiante.

A vontade de projetar-se internacionalmente, em grande medida, é proporcionada por um entusiasmo imediato desses atores, o que pode ser explicado pelo fenômeno *stop and go*, explanado por Vigevani (2006, 2007). Nesse processo, os atores encontram-se engajados durante a efetivação das ações internacionais, mas com o passar do tempo, o que era importante

torna-se obsoleto, fazendo com que os mesmos se lancem em busca de outras atividades que julgam mais importantes para sanar suas necessidades locais. Logo, a prática internacional no estado não se estrutura em uma execução temporal contínua. Isso se reflete na existência de hiatos e até mesmo por meio da instalação de órgãos específicos para prospectar a imagem do estado, mas cuja estabilidade depende da presença de uma autoridade específica, como ocorreu com o encerramento das atividades do NAI após a saída de Marcos Procópio da coordenação do órgão.

Dessa forma, para compreender os aspectos da realidade paradiplomática paraibana, verificou-se a organização e funcionamento dos seguintes órgãos:

2.2.1. Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e de Pesca (SEDAP)

O primeiro órgão da administração estadual mapeado foi a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e de Pesca (SEDAP). Com a finalidade de fortalecer as atividades o desenvolvimento sustentável das áreas de agropecuária e pesca, a SEDAP abarca:

2.2.1.1 - Gestão Unificada - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATER)

Estabelecida pelo Decreto Estadual (procurar o número) no governo de Ricardo Coutinho, a Gestão Unificada resultou na união de três organismos estaduais vigentes, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)²⁴, Instituto de Terras e

²⁴ O órgão tem o objetivo de transferir tecnologia agropecuária e gerencial, tendo em vista a elevação da renda e a melhoria dos padrões de vida dos produtores rurais e suas famílias (T&CA, s/d). Suas ações serão elucidadas no decorrer da subseção. Disponível em: <<http://revistatca.pb.gov.br/emater-pb/historico>>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

Planejamento Agrícola (INTERPA)²⁵ e a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA)²⁶ com o intuito de beneficiar a população da zona rural.²⁷

A despeito dessa decisão, foram preservados o corpo de diretores e assistentes técnicos, bem como os direitos trabalhistas e o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de cada órgão. Por fins de clareza jurídica, criou-se dois novos cargos, uma presidência e uma diretoria administrativa para lidar com as questões burocráticas da Gestão.²⁸

Conforme o diretor técnico da EMATER, Vlamínck Paiva Saraiva, a união das empresas conseguiu modelar um organograma das ações internacionais do estado de maneira mais fluída, dado que proporcionou uma rede de comunicação direta não só entre os 03 (três) órgãos, mas também com o ex-governador. Apesar de ser uma forma nova de gestão entre os estados brasileiros, a contribuição da sociedade civil tem sido ponto crucial para o fomento do trabalho da Gestão, fazendo com que as ações consigam alcançar um número maior de famílias de agricultores da zona rural da Paraíba.²⁹

No intuito de erigir as bases para a discussão que segue, foi possível compreender mais de perto o trabalho realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, a Emater. Segundo o Decreto Estadual 6.755, o órgão foi instituído em 1975 no Governo de Ivan Bichara Sobreira, obtendo como objetivos básicos (T&CA):

“I - Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca da Paraíba e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência Técnica e extensão no estado; II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no

²⁵ O órgão é responsável pelo reordenamento agrário do estado. Seu trabalho consiste na execução de políticas públicas agrárias determinadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de um projeto fundiário de acesso ao financiamento de terras nas zonas rurais da Paraíba, relata o diretor técnico da EMATER, Vlamínck Saraiva em entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016.

²⁶ O órgão é uma empresa vinculada ao Conselho Nacional das Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) cuja finalidade é identificar os problemas e fornecer soluções ao estado no que cerne o desenvolvimento da agropecuária e agricultura, relata o diretor técnico da EMATER, Vlamínck Saraiva em entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016.

²⁷ Em virtude da troca de gestão, o governador atual, João Azevêdo, por intermédio da assinatura de uma Medida Provisória 277, determinou no dia 02 de janeiro de 2019 a fusão da EMATER, INTERPA e EMEPA resultando a criação da Empresa Paraibana de Pesquisa e Extensão Rural e Regularização Fundiária. Em entrevista ao jornal digital, Click PB, João Azevêdo afirmou que “a fusão destas empresas numa única empresa que abrangerá e assumirá as atribuições que antes eram dessas empresas fará com que o estado tenha uma economia de pelo menos R\$ 20 milhões por ano com a redução de cargos comissionados, que eram aproximadamente 500 e teremos apenas 14 cargos.” Essa iniciativa representa uma mudança de eixo prioritário no que concerne o mandato de cada gestor estadual. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/01/02/governador-da-pb-autoriza-fusao-de-orgaos-da-administracao-indireta.ghtml>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

²⁸ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016 na sede da Emater.

²⁹ *Ibidem*.

meio rural do estado da Paraíba, de acordo com a política de ação dos Governos Federal e Estadual” (T&CA,s/d).³⁰

Suas ações estão voltadas para o fornecimento de conhecimento técnico e tecnologia para fomentar a produtividade e a renda das famílias de agricultores da zona rural do estado. Ao desenvolver essa característica no decorrer de sua atuação, o órgão tem voltado suas ações para a modernização da cultura de algodão agroecológico. Como exigência da Gestão, a captação de recursos internos e externos para a montagem de unidades de beneficiamento, distribuição de sementes, bem como melhoria do plantio e cultivo da *commodity*, só é possível de acontecer caso os agricultores estejam organizados em associações ou cooperativas.

A escolha das associações e cooperativas contempladas foi baseada no perfil de cada polo de produção, bem como sua tradição na prática. Atrelado a este fator, o órgão precisou abarcar regiões que, apesar dos baixos índices pluviométricos, pudesse comportar a capacidade de produção do produto primário. As regiões inseridas nas áreas de intervenção da Emater são o Médio Sertão, Curimataú, Borborema e o Agreste paraibano. Inicialmente, apenas 300 (trezentos) hectares de terra foram favorecidos, uma vez que a quantidade de sementes para a distribuição era pequena. No decorrer dos anos subsequentes esse valor sofreria mudanças positivas por conta da estabilização do projeto.³¹³²

“Já houveram algumas tentativas de revitalizar a cadeia produtiva do algodão no estado, mas as organizações não detinham garantia de mercado, nem mesmo preços justos firmados em um contrato formal”, ressalta Vlaminck Saraiva. Baseados nesse problema, a Emater realizou um levantamento do mercado e da demanda existente de algodão. O que, em seguida, garantiu a participação dos agricultores no ajuste dos preços e na contratação de empresas que conduzia suas ações não apenas com a intenção do lucro, mas de uma conduta justa para com os agricultores.

A aplicação dessa metodologia que assegura possibilidades de melhoramento na vida da população da zona rural tanto em termos de teoria, quanto na prática, chamou a atenção da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Em contato direto com a Associação Brasileira de Cooperação (ABC) e a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), o organismo internacional

³⁰ Informação retirada do Histórico da Revista Tecnologia & Ciência Agropecuária (T&CA) do Governo do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://revistatca.pb.gov.br/emater-pb/historico>> . Acesso: 28 de agosto de 2019.

³¹ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016 na sede da Emater.

³² Atualmente, houve um aumento de quase 200% de agricultores e terras demarcadas para o plantio do algodão. O órgão contempla 60 municípios e 213 famílias. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/projeto-algodao-paraiba-da-novo-impulso-a-cultura-e-se-projeta-internacionalmente>> Acesso em: 01 de setembro de 2019.

demonstrou interesse nos mapeamentos realizados pela Emater por intermédio de um acordo de cooperação Sul-Sul trilateral para desenvolver um projeto de cultivo de algodão em países latino-americanos, como Bolívia, Colômbia e Equador, uma vez que estes encontravam-se em estágios preliminares na implementação de políticas públicas na área.³³

O Projeto Algodão Colorido³⁴ foi uma alternativa para que o órgão estadual disseminasse sua *expertise* no exterior, fazendo com que famílias de agricultores locais alcançassem níveis inimagináveis de alcance. A possibilidade de assessorar e assistir o trabalho de agricultores estrangeiros foi dada não só ao corpo de funcionários da Emater, mas às famílias locais que trabalham diariamente no cultivo de algodão. De acordo com Vlaminc Saraiva, o diálogo entre as famílias que trabalham nos campos de plantio do estado com as famílias estrangeiras fez com que os organismos envolvidos no projeto de cooperação pudessem compreender as verdadeiras necessidades de cada país.³⁵

A princípio, as primeiras ações seriam executadas na Bolívia. O grupo de técnicos da Emater propôs à FAO que o plano de trabalho fosse, em grande medida, parecido com o que se é executado no Estado Paraíba, sem eliminar as especificidades econômicas, culturais e sociais do país contemplado. Para mais desse apoio técnico e de gestão de logística às associações de cooperativas, a Emater também estaria apta a conceder alternativas para a criação ou fortalecimento das políticas pública da Bolívia, como um processo de difusão e transferência do que já foi implementado no Brasil e na Paraíba. Nesse sentido, a primeira missão, cujo ocorreu em 2016, consistiu em um diagnóstico *in loco* para que o órgão estadual pudesse realizar uma fotografia da realidade da região e, em seguida, pudesse implementar suas diretrizes.³⁶

Quando perguntado sobre as dificuldades iniciais do projeto, o diretor técnico, Vlaminc Saraiva, avaliou que, apesar de ser uma experiência nova para o órgão, a relação da Emater, bem como da Gestão Unificada, com a FAO tem sido exitosa. O apoio concedido pela ABC, ASBRAER, vem, em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), auxiliando o órgão no que cerne o entendimento dos processos burocráticos de um acordo de nível como este. Não obstante, a distância, por vezes, faz com que as negociações sejam lentas, devido aos problemas de logística (envio de documentos para o exterior).³⁷

³³ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016 na sede da Emater.

³⁴ A maioria informações contidas neste subtópico sobre o Projeto Algodão Paraíba dizem respeito à fase de implementação correspondente ao anos de 2016 e 2017.

³⁵ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016 na sede da Emater.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*.

Ademais, o maior desafio da Gestão é organizar as cadeias produtivas e a forma de trabalho dos agricultores, para que assim, a escala, periodicidade de oferta e qualidade da produção sejam ampliadas para outras áreas. “Certamente, o contato internacional estabelecido com uma organização do porte da FAO serviu para expandir nossos olhares para outros lugares do mundo, como estamos entrando em contato com o mercado chinês e norte-americano, e novas áreas de atuação”, destaca Vlaminck Saraiva.³⁸

Consoante com as elucidações levantadas pelo gestor, percebeu-se que a regularização desses e futuros problemas poderiam ser amenizados por conta de uma unidade específica de relações internacionais. Para ele, a existência de uma assessoria serviria também de base para uma cultura comportamental dentro das secretarias do estado, facilitando e abrindo a mente de seus funcionários para que pudessem compreender não só as funções e capacidades do estado, mas dos organismos internacionais.

2.2.2 - Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba (SETDE)

Dentre os atores mapeados, a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba foi a mais ativa no quesito de atores praticando e fomentando as ações internacionais do estado. Apesar da ausência de dados em plataformas online e da disponibilidade dos dirigentes em participar da pesquisa, conseguiu-se compreender um pouco da atuação internacional do órgão através dos seguintes organismos e seus respectivos gestores:

2.2.2.1 - Empresa Paraibana de Turismo S/A - PBTur

Instituída em maio de 1975 pela Lei nº 3.779, e vinculada à SETDE e ao Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), a Empresa Paraibana de Turismo S/A (PBTur) é um órgão cuja funcionalidade é de promover as potencialidades turísticas do estado por intermédio de atividades localizadas e internacionalizadas.

Motivados pelo ensejo de reverter os índices dos fluxos de turistas que escolhem a Paraíba como destino final, uma vez que o estado enfrenta uma baixa de turistas internacionais, a presidenta do órgão, Ruth Avelino, salientou que a prospecção é feita de acordo com dois eixos: o estratégico e operacional. O primeiro consiste numa parceria com a Embratur na

³⁸ *Ibidem.*

escolha de mercados primários, ou seja, àqueles que possuem voo direto para as cidades do Recife ou Natal e conexões imediatas para São Paulo e o Rio de Janeiro. A captação dos países é feita no segundo estágio. Nessa parte, a empresa realiza ações internacionais com as operadoras de turismo estrangeiras para que o pacote turístico seja modelado e prospectado.³⁹

Ainda no segundo momento, um conjunto de capacitações e *workshops* são executados pela PBTur durante a participação de feiras internacionais para que haja uma compreensão maior por parte das operadoras sobre as potencialidades turísticas do estado. Além de que, a possibilidade de visitação destes últimos aos pontos turísticos paraibanos é uma forma, elencada pela presidenta, que conseguiu alavancar o processo de venda da imagem da Paraíba aos países latino-americanos e europeus, como Argentina, Chile, Espanha, Itália e França.⁴⁰

De um outro lado, a PBTur também trabalha com o consumidor final, composto pela mídia direta. A força da prospecção, além de derivar de ações realizadas com as operadoras estrangeiras, provém da articulação feita pelos meios de comunicação. De acordo com Ruth Avelino, “o alcance proporcionado pelas revistas, jornais, plataformas de streaming *online* e, principalmente, das redes sociais têm propiciado uma elevação dos países prospectados, como é o caso dos Estados Unidos que entrou em nossa lista de prospecção.”⁴¹

É interessante constatar que os destinos prospectados estão contidos nos mapas de monitoramento da Embratur, órgão do Governo Federal. O estado recebe as diretrizes e burocracias determinadas pelo órgão federal e em seguida deve colocá-las em prática mediante as atividades supracitadas.⁴² Dessa forma, a relação com órgãos federais só acontece por intermédio desse diálogo direto com a Embratur, havendo carência de articulação com outras instâncias deste nível, o que pode, eventualmente, engessar as articulações das reais necessidades do estado.

Destoante do que foi elucidado na subseção anterior, a PBTur não recebe recursos financeiros decorrente de instituições estrangeiras. Todo repasse ou é feito pela SETDE ou pela Embratur.⁴³ Como a promoção da imagem do estado depende do aval da Embratur, a empresa fica a mercê de um organograma centralizado. Ainda que haja vontade, perante funcionários como a presidenta Ruth Avelino e, até mesmo, do ex-governador Ricardo Coutinho, empresas como estas ainda enfrentam dificuldade para conseguir financiamento externo, uma vez que a

³⁹ Informações obtidas através de uma entrevista realizada no dia 24 de abril de 2016 na sede da PBTur.

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ *Ibidem.*

⁴² *Ibidem.*

⁴³ *Ibidem.*

maioria dos investimentos prospectados perpassam apenas por áreas de desenvolvimento, agricultura sustentável, abastecimento de água e comércio.

Imbuídos nesse contexto, a alternativa encontrada pela presidenta foi de articular-se com o empresariado local e os gestores dos projetos desenvolvidos pelo estado, como o Projeto Cooperar-PB⁴⁴⁴⁵ que será exposto no capítulo subsequente. Essa realidade é ressaltada pela inexistência de um instrumento que regule as atividades internacionais executadas pelos órgãos do estado, assim como dissemine a inserção de novas áreas na arrecadação dos recursos estrangeiros.

2.2.2.2 - Núcleo de Atração de Investimentos - NAI

O Núcleo de Atração de Investimentos da Paraíba (NAI) surgiu em 2011 por iniciativa do ex-Secretário Executivo de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Procópio, cuja prioridade era atrair investimentos externos e internos para o estado. Inserido no Gabinete Executivo da Indústria e Comércio da SETDE, o Núcleo teve um papel fundamental na (re)criação e (re)planejamento da imagem projetada da Paraíba, assim como da estrutura interna do governo do estado.⁴⁶

Durante seus 20 (vinte) anos de carreira coordenando projetos de cooperação internacional entre empresas do estado e, até mesmo órgãos estaduais, com entes internacionais, Marcos Procópio percebeu que nesse segmento o processo de tomada de decisão ocorria de maneira centralizada e hierarquizada, advindo dessas instâncias internacionais, enquanto que o Estado da Paraíba não detinha poder decisório, ora por falta de interesse, ora por falta de conhecimento dos seus funcionários sobre a execução e a relevância desses acordos.⁴⁷

À princípio, a ideia do ex-secretário executivo era de fazer com que o Núcleo fosse responsável por toda forma de prospecção de investimento externo para a Paraíba, mas seu projeto delimitou-se apenas à área de desenvolvimento, uma vez que o uso do termo “internacionalização” reproduziria uma aversão perante os funcionários da SETDE, bem como do governo do estado.⁴⁸

“O Estado da Paraíba não dispõe de uma porta de entrada para a internacionalização, fazendo com que as ações internacionais aconteçam por uma série de brechas”, relata

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ Em relato sobre essa questão, Ruth Avelino expôs que o ex-diretor do Cooperar-PB, Roberto Vital, ajudou a PBTur a montar estratégias de prospecção de turismo na zona rural do estado.

⁴⁶ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de abril de 2016 na Universidade Federal da Paraíba.

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ *Ibidem.*

Procópio.⁴⁹ Embora o ex-governador, Ricardo Coutinho, tenha atribuído ao Núcleo abertura para fazer e buscar o que fosse necessário para o alargamento dessa área, a base de informações do estado encontrava-se totalmente fora do padrão exigido pelas empresas estrangeiras para se iniciar um processo de tomada de decisão. Segundo Procópio, era necessário sair do plano idealizado e partir para a efetivação das atividades internacionais do estado.

Refazer todo o processo de convencimento da importância de vender não apenas as belezas do estado, mas também os dados que comprovam sua potencialidade comercial, em meio à um processo de crise econômica, tornou-se tarefa principal na época da gestão de Procópio, assim como se reverbera na atualidade. Para que isso ocorresse, o ex-secretário reforçou a importância que foi criar uma metodologia de trabalho acessível à realidade dos funcionários do estado. Vender uma imagem coesa da Paraíba demandou a reeducação das práticas provincianas executadas pelos órgãos estaduais.

Apesar da execução mensal de *workshops* sobre quais as formas e como se dão os segmentos da prospecção de investimentos, o estado possui uma grande deficiência no que cerne a qualificação de seus funcionários. Não há conhecimento, nem mesmo interesse destes últimos em compreender os protocolos de negociações com gestores de culturas e realidades distintas, fazendo com que as negociações sejam feitas de forma amadora.⁵⁰

Nesse sentido, o Núcleo, que era composto por uma equipe de 03 (três) funcionários, incluindo o ex-secretário executivo, passou a fazer o contato direto do estado com embaixadores da China, bem como representantes do Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB) e cônsules de países da União Europeia. O trabalho era exaustivo e totalmente autônomo. Todas as visitas ao exterior eram realizadas pelo ex-secretário, enquanto que um coordenador e um assistente tomavam as rédeas do trabalho no estado.

A prospecção de investimentos tinha o objetivo de alcançar órgãos estatais e privados. Para que a venda da imagem do estado conseguisse chegar à essas instituições, foi necessário que o Núcleo entrasse em contato com empresas privadas nacionais que forneciam consultorias durante os processos de tomada de decisão. De acordo com Procópio, além da consultoria, essas empresas faziam um trabalho de levantamento de dados que, posteriormente, seriam depurados pelo ex-secretário para que a prospecção fosse realizada.⁵¹

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Durante a entrevista, o ex-secretário relatou que, por muitas vezes, teve que fazer reuniões de urgência para contornar o comportamento inadequado dos funcionários do estado. Apesar do treinamento disponibilizado pelo Núcleo, esse padrão ainda é um dos maiores inviabilizadores da prática internacional no estado.

⁵¹ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de abril de 2016 na Universidade Federal da Paraíba.

Essa característica provém de uma cultura onde, dentro do estado, não há a prática de promover capacitação para que os funcionários compreendam o que estão executando. A ausência desse padrão faz com que os órgãos estaduais, que praticam relações internacionais, recorram à organismos privados que auxiliem na realização dessas atividades.

Ao mesmo tempo que o ex-secretário executivo, Marcos Procópio, possuía liberdade, concedida pelo ex-governador, Ricardo Coutinho, para executar as ações internacionais do estado e buscar novas formas de prospecção voltadas para o desenvolvimento local, havia um grande gargalo no que tange o engajamento dos funcionários do estado.

De tal modo, o Núcleo tomou para si competências que não lhe cabia devido às falhas dos funcionários estaduais em lidar com as dificuldades de entendimento das instituições estrangeiras sobre a burocracia brasileira.

Do que pode ser extraído da entrevista com o ex-secretário executivo, é notório observar que o problema de gestão é agravado pela ausência de uma cultura disseminada no organograma do estado. Segundo Procópio, é *mister* que haja uma disseminação da importância da qualificação e engajamento desses funcionários. Apenas dessa forma, se conseguirá fazer com que as atividades internacionais sejam executadas e acompanhadas, independente de qual seja seu objetivo.⁵²

“Se conseguirmos trabalhar o corpo de gestão e fazermos um descritivo do que esses funcionários precisam exercer, bem como do espaço que elas precisam ocupar, as ações internacionais serão capazes de acontecerem”, destaca o ex-secretário executivo.

À despeito dos fatores elucidados e da rotatividade das gestões, o Núcleo foi destituído em 2014 e atualmente Marcos Procópio encontra-se no cargo de Presidente da Associação Comercial do município de Campina Grande (ACCG). Esse fator só enfatiza o desinteresse, partindo da casa legislativa do estado, em continuar dando segmento a órgãos essenciais para a efetivação das práticas internacionais, como ocorria durante a vigência do Núcleo.

2.2.2.3 - Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba - Empreender PB

Criado, primeiramente, no âmbito municipal pelo então prefeito da época Ricardo Coutinho em 2010, o Empreender PB foi expandido para a esfera estadual durante o mandato deste último como governador do estado, em 2011, de acordo com a Lei Estadual nº

⁵² *Ibidem.*

10.128/2013. O programa passa a ser uma extensão da SETDE e da Secretaria Executiva de Empreendedorismo do estado a partir do ano de 2015, realizando uma série de empréstimos a pequenos e médios empresários para serem investidos em seus negócios. De acordo com o ex-diretor, André Freitas Félix, a concessão/ desses empréstimos se dá a juros baixos, bem inferiores aos realizados pelos bancos nacionais, e com extensos prazos para sua quitação, indo de encontro à dinâmica exercida pelos bancos internacionais.⁵³

“O programa viabiliza também a elevação da qualidade de vida, com a criação de fontes de renda capazes de proporcionar o sustento, especialmente às famílias de baixa renda, e ainda promove a capacitação e a qualificação gerencial de empreendedores e gestores de pequenos negócios, assegurando-lhes acesso às inovações tecnológicas que lhes garantam maior eficiência produtiva e competitividade no mercado”, destacou o ex-governador Ricardo Coutinho em entrevista ao jornalista Weber Lima para o jornal Informe PB.⁵⁴

Para a realização de tais ações, o Governo do Estado da Paraíba instituiu o Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo (Fundo Empreender PB), cujas diretrizes encontram-se nos termos da lei:

“Art. 8º Constituem fontes de recursos do Fundo Estadual a que se refere o artigo Anterior:

I – as consignadas no Orçamento Geral do Estado;

II – originárias da arrecadação da Taxa instituída pela Lei nº 7.947, de 22 de março de 2006,

III – aquelas decorrentes de recursos próprios das entidades ou órgãos da administração pública estadual, onde se encontram consignadas às dotações orçamentárias do Programa “5084”;

IV – recursos arrecadados pelo Fundo de Combate e Erradicação de Pobreza em montante a ser aprovado pelo Conselho Gestor do mencionado fundo.

Parágrafo único. As fontes de recursos do Programa, observados os limites e condições da legislação de regência, podem ser utilizadas para abertura de créditos adicionais para o desenvolvimento das ações do Programa” (RODRIGUES, 2017, p. 1).⁵⁵

⁵³ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 14 de abril de 2016 na sede do Empreender PB.

⁵⁴ GOVERNO DA PARAIBA. “Governo do Estado oficializa a criação do Empreender PB e cria um Fundo de Apoio ao Empreendedorismo”. Disponível em: <https://www.informepb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2232:governo-do-estado-oficializa-criacao-do-empreender-pb-e-cria-o-fundo-de-apoio-ao-empreendedorismo&catid=38:politica&Itemid=67>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

⁵⁵ Edital de Convocação do Empreender PB publicado em 2017 pela Secretária Executiva de Empreendedorismo, Amanda Araújo Rodrigues. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=2ahUKewjf24SJ1cfkAhWXGbkGHTnmAzIQFjACegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.empreender.pb.gov.br%2Feditais%2Fdownload&usg=AOvVaw0bUiEF4bj6MozAXZWpEnVE>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

A atuação do Empreender PB, segundo André Félix, ocorre em conjunto com várias secretarias do estado, além de possuir parceria com a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (FUNETEC) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), responsáveis pela capacitação e *workshops* para os beneficiários do programa.

No que cerne a atuação internacional do programa, existe uma dificuldade de publicização de informações sobre as eventuais parcerias firmadas.

Considerações parciais

No decorrer da aplicação das entrevistas, informações importantes foram reveladas para atingir um nível considerável de entendimento do *modus operandi* da paradiplomacia no Estado da Paraíba. Primeiramente, observou-se que os entrevistados não possuíam formação específica em Relações Internacionais, mas alguns apresentaram um conhecimento sobre a área e o assunto. Especificamente sobre a estrutura e o funcionamento desses órgãos, foram relatadas dificuldades internas, como:

1. As atividades internacionais são desenvolvidas de forma descentralizada, sem a presença de uma unidade articuladora interna ou um setor que coordene essas atividades. Com isso, os projetos internacionais firmados são conduzidos por órgãos separados, muitas vezes criados apenas para implementar e conduzir projetos específicos;
2. A ausência de um planejamento na área internacional, isto é, a falta de uma estratégia definida, e de um órgão específico para conduzir tais assuntos. Com isso o Governo do Estado acaba apenas reagindo às demandas externas ao invés de se tornar ativo e buscar parcerias e projetos de acordo com seus interesses. Esse problema foi associado à falta de uma unidade gestora de assuntos internacionais dentro do Governo do Estado, que poderia elaborar uma estratégia nessa área;
3. O fato de não haver dentro do Estado, pessoas qualificadas para lidar com esses assuntos de caráter internacional, tanto em termos de conhecimento das relações internacionais e de línguas quanto em termos de conhecimento técnico, sobre como elaborar projetos e lidar com instituições estrangeiras. Foi citado também a inabilidade de lidar com países e instituições externas, na forma de se portar em determinadas ocasiões, respeitar as diversidades e as particularidades culturais, etc. O despreparo e falta de experiência poderia ser solucionado, por exemplo, por meio de uma assessoria internacional;

4. A relação distante com o Governo Federal. Há uma insatisfação desses órgãos em relação ao Governo Federal, que se mantém muito afastado. Mesmo que possuam apoio de outros órgãos, é de extrema necessidade que essas entidades estaduais recebam recursos e caminhem em parceria com órgãos do Governo Federal.

Capítulo 3 - As ações internacionais do estado da Paraíba

Conforme já citado anteriormente, é notório se observar o quão os governos subnacionais vêm desenvolvendo suas potencialidades no âmbito internacional, além de desenvolverem suas habilidades. Assim como ocorre em muitas regiões, cidades, províncias, cantões, *länders* e *flanders* desenvolvidos, nos estados e municípios brasileiros não foi diferente.

De acordo com Rosneau (1984), o aumento substancial dessas atividades desenvolvidas pelas subunidades ao redor do mundo é uma característica da era contemporânea, marcada por crises globais e renovação de autoridades, assim como a aparição de novos atores. Esse efeito envolve tanto as nações, quanto os governos subnacionais, fazendo com que, muitas vezes, ambos possuam dificuldades de lidar com as novas dinâmicas provenientes da interdependência complexa.

Detentores de um grau mínimo de autonomia dentro da jurisdição brasileira, autoridades políticas, em conjunto de seu corpo de funcionários estaduais e municipais, fazem com que os assuntos de interesse local, como comércio, investimento, saúde, cultura e meio ambiente passam a ser expandidos para o ambiente externo. Dentro dessa ótica, Duchacek (1990) ressalta que esse comportamento dos governos subnacionais passam a ser extremamente significativos para o avanço do desenvolvimento econômico, social e cultural das localidades, resultando numa complexa interação entre a política interna e externa.

Um exemplo da importância desses governos subnacionais, é como eles se apropriam das agendas internacionais de desenvolvimento, uma vez que, são esses atores que colocam em prática os compromissos assumidos pelos governos centrais nos moldes de projetos como os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2016-2030). Tais aspirações globais necessitam de robustas ações de *localização* para gerarem resultados efetivos na promoção do desenvolvimento. Em síntese, a pré disposição, ou não, de tais entes subnacionais passa a ser decisiva quando as ações requeridas para satisfazer os anseios de tais agendas escapam às capacidades do Governo Central.

Como bem elencado pela literatura (BUENO, 2010; GOMES FILHO, 2011; FRÓIO, 2015), a primazia de projetos internacionais voltados para a captação de recursos externos vem aumentando sua escala, principalmente nos últimos anos. No Brasil, não é diferente. Apesar de incentivos voltados para as áreas de educação e cultura, as motivações que impulsionam os estados a fazerem relações internacionais são diversas, sendo o fator econômico e a sua promoção os principais motivos pelas quais as subunidades se inserem no cenário internacional:

“A vertente econômica possui destaque na paradiplomacia e geralmente está associada: à atração de investimentos estrangeiros diretos, visando o desenvolvimento econômico e social, a criação de empregos e o estímulo da economia local; ao desenvolvimento de mercados e promoção das exportações dos produtos das empresas locais, que geralmente não dispõem de recursos para estabelecer e manter conexões internacionais e ao desenvolvimento de tecnologias para a modernização empresarial, incentivando a área de pesquisa e a cooperação entre empresas de pequeno e médio porte de diferentes localidades” (BARRETO, 2005, *apud*, FRÓIO, 2015, p. 68),

De forma geral, foi possível perceber que embora a atuação internacional das subunidades brasileiras se torne restrita, ao levar em consideração a falta de aporte jurídico e político adequado e os níveis de desenvolvimento das regiões do país, o aumento da demanda das unidades federativas na arena internacional poderá “criar novas condições no cenário político brasileiro e suscitar a hipótese de uma emenda constitucional, tal como ocorreu na Argentina, na Suíça e Canadá”, seja por meio do Mercosul, ou pela busca de novas inserções (BOGEÁ, 2002, *apud*, VIGEVANI, 2006, p. 137).

No caso específico do Estado da Paraíba, percebe-se que, apesar de ser um ator pouco desenvolvido, inserido em uma região com sérios problemas de persistência de pobreza e profundas disparidades de desenvolvimento, tem conseguido uma atuação paradiplomática relativamente robusta, que reflete a centralidade de colocar em curso ações voltadas para o atenuamento e mitigação das problemáticas de desenvolvimento local. O que torna a deficiência institucional do Estado um óbice para a construção de um entendimento claro sobre as potencialidades, dificuldades e ações concretas do estado.

Sobre os tipos de atividade internacionais priorizadas pelo chefe executivo do Estado da Paraíba, bem como por órgãos e secretarias específicos, identificou-se que a cooperação internacional voltada para o desenvolvimento comercial e econômico da região foram os principais objetivos dos atores.

Apesar do mapeamento conseguir identificar a existência de 20 (vinte) projetos de ações internacionais, sendo 9 (nove) deles de cooperação técnica e 11 (onze) de cooperação financeira, só foi possível analisar profundamente 04 (quatro) projetos de cooperação financeira em virtude da falta de dados detalhados disponíveis pelas instâncias buscadas durante a pesquisa. Além disso, relata-se a ausência de interesse de muitos dos gestores de participarem e disponibilizarem informações que contribuíssem para o entendimento do *modus operandi* da paradiplomacia paraibana.

As demais informações sobre as ações internacionais do estado da Paraíba também serão apresentadas por meio das entrevistas concedidas ao longo das seções iniciais. Em seguida, serão apresentadas algumas iniciativas encontradas pelo estado para se internacionalizar, como o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba

(PROFISCO) e o Projeto de Desenvolvimento Eixos Integrados. Enquanto isso, os projetos analisados com mais detalhamento foram o Cooperar PB e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), encontram-se a partir da terceira seção.⁵⁶

3.1. Formas de inserção internacional: tipos de ações internacionais desenvolvidas, áreas priorizadas e principais projetos internacionais e seus parceiros

Conforme o mapeamento do ambiente paradiplomático do Estado da Paraíba foi se consolidando, verificou-se que a forma predominante de inserção internacional da localidade consiste na execução de ações de cooperação internacional. Sobre os tipos de atividades internacionais praticadas pelo Estado e as principais parcerias estabelecidas, identificou-se 20 (vinte) projetos de ações internacionais, sendo 9 (nove) deles de cooperação técnica e 11 (onze) de cooperação financeira⁵⁷, conforme os quadros 2 e 3 a seguir:

Quadro 2 - Projetos de Cooperação Técnica do Governo do Estado da Paraíba

TÍTULO	ATORES
Projeto de Apoio ao Fortalecimento de Sistemas Regionais de Inovação no Brasil	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
Competir - Desenvolvimento de Economias Locais e Regionais no Nordeste do Brasil (Senai/Sebrae) PE/BA/PB/RN/SE/CE/PI/MA/AL	Alemanha
O Plano Diretor Como Mecanismo da Promoção da Equidade	Canadian International Cooperation Agency
Programa de Ação Integrada para Combater o Tráfico e a Exploração Sexual De Meninos e Meninas no Brasil	Organização Internacional do Trabalho
Programa de Ação Integrado e Fortalecimento	Organização Internacional do Trabalho

⁵⁶ Os projetos foram separados devido às informações mais detalhadas que foram disponibilizadas por seus respectivos gestores.

⁵⁷ De acordo com Fróio (2015), na cooperação financeira, os projetos são implementados por meio de acordos de empréstimos contraídos junto a fontes internacionais. Na modalidade de cooperação técnica internacional, objetiva-se o intercâmbio de experiências e conhecimento entre países e organismos internacionais, contribuindo para a capacitação e qualificação de instituições e pessoas, bem como o desenvolvimento de atividades conjuntas com o intuito de solucionar determinados problemas. Nessa modalidade não há ônus financeiro, fundamentando-se no intercâmbio de conhecimento.

Institucional para o Enfrentamento ao Tráfico e a Exploração Sexual Comercial e ao Tráfico para os mesmos fins de meninas, meninos e adolescentes em Campina Grande	
Programa de Ação de Combate às Piores formas de Trabalho Infantil na Paraíba - "Projeto Cata-Vento"	Organização Internacional do Trabalho
Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
Modelo Agroalimentar Baseado na Noção de Qualidade	França
Políticas Públicas e Instituições de Apoio às Agricultoras Familiares	França

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil no período de 2016.

Quadro 3 - Projetos de Cooperação financeira do Governo do Estado da Paraíba

TÍTULO	ATORES
Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó, e Curimataú - PROCASE	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Projeto de Combate à Pobreza Rural na Paraíba (PAPP) - COOPERAR	Banco Mundial
Projeto de Redução da Pobreza Rural do Estado da Paraíba - PCPR/COOPERAR II	Banco Mundial
Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba - PROFISCO	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Programa de Apoio à Gestão Integrada em Redes de Saúde e Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Projeto Paraíba Rural Sustentável – COOPERAR	Banco Mundial
Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano – PDRI	Banco Mundial
Programa de Desenvolvimento Eixos	Banco Mundial

Integrados da Paraíba	
Projeto Nordeste	Banco Mundial
Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias do Estado da Paraíba	Corporação Andina de Fomento

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Durante a pesquisa, foi possível analisar apenas os projetos de cooperação financeira que encontram-se destacado na Tabela 3, a saber: Cooperar PB, Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba (PROFISCO), e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE).

A ocorrência desse fato se deu pela ausência de dados detalhados nos documentos monitorados, visto que os dados dos projetos não são públicos e que muitos gestores não garantiram o acesso à algumas informações primordiais para o seguimento do estudo de caso. Além disso, a falta de interesse e disponibilidade dos gestores em participar das entrevistas também contribuiu para a diminuição do escopo da pesquisa. É importante também salientar, que o tempo de resposta dos gestores durante o processo de colheita de informações foi demorado, demonstrando a dificuldade da comunidade epistêmica em entrar em contato com os atores domésticos envolvidos.

A aproximação com esses organismos internacionais ocorre por meio de duas formas: o contato com os órgãos estaduais e os demais projetos é feito por parte dos entes estrangeiros; ou então, a busca por parcerias internacionais ocorre por meio de indivíduos dentro de uma determinada secretaria ou órgão com maior interesse na área internacional.

Em relação aos parceiros internacionais, os mais buscados são as instituições financeiras internacionais. Como se pode observar, os principais interlocutores internacionais nos projetos de cooperação financeira são o Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Já nos projetos de cooperação técnica são a Associação Brasileira de Cooperação (ABC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos (FAO).

Conforme o mapeamento foi sendo executado, verificou-se uma certa estagnação em relação aos parceiros internacionais buscados pelo estado. Na maioria dos casos, os financiamentos externos ocorrem em contrapartida do BIRD ou do BID, com exceção do

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) que tem parceria com o FIDA.

Em entrevista, Vlamínck Saraiva afirma que apesar do trabalho realizado com o BIRD, há interesse de se ter uma agência e assim ser capaz de prospectar outros parceiros.⁵⁸ “A participação do corpo acadêmico das Universidades Federal e Estadual da Paraíba poderia auxiliar o estado a se projetar para além dessas instituições financeiras internacionais mencionadas”, ressalta Luiz Carlos Rangel.

Em geral, verificou-se dentre os órgãos e projetos mapeados, a ausência de iniciativa, por parte destes, em buscarem parceiros de fora. É interessante ressaltar que essa realidade transborda também para o Governo do Estado, uma vez que não há incentivo algum para a busca de novas possibilidades de atuação.

Segundo Vlamínck Saraiva, houveram vezes em que a Gestão Unificada (Emater), por exemplo, teve grande interesse em buscar parceria com atores externos de várias formas, mesmo antes da FAO iniciar a cooperação técnica com o órgão. O que acontece é que para um estado do porte da Paraíba, cujo é relativamente pobre, se torna bastante desafiador fazer uma ação desse tipo sem o auxílio de um organismo capaz de fazer com que as interações sejam bem amarradas, como é o caso do Governo Federal.⁵⁹

O que tem facilitado as ações internacionais do estado é o envolvimento de outros organismos estaduais, sejam eles públicos ou privados. Pelo fato do financiamento externo com o BID ser um processo complexo de lidar, o PROFISCO, por exemplo, buscou contratar uma empresa técnica que fornecesse consultorias durante os processos de tomada de decisão do projeto, bem como no acompanhamento da execução de suas ações. A respeito disso, Jefferson Dantas, diretor do programa, ressalta que a primazia do banco internacional por qualidade durante as atividades implementadas dava total liberdade para que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) contratasse instituições que fornecessem as melhores condições técnicas, independentemente do valor orçado pela empresa.⁶⁰

De toda maneira, percebeu-se que os projetos de cooperação financeira internacional têm sido os mais procurados pelo Governo do Estado e o principal enfoque dos projetos consiste no desenvolvimento econômico, por meio de obras de infraestrutura, capacitação pessoal, modernização da gestão local, aumento de produtividade e competitividade, investimento em

⁵⁸ Informação obtida através de uma entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016 na sede da Emater.

⁵⁹ Informação obtida por meio de uma entrevista realizada no dia 25 de abril de 2016 na sede da Emater.

⁶⁰ Informação obtida por meio de uma entrevista realizada em 28 de junho de 2016 na SEFAZ.

setores produtivos locais, estratégias de produção e comercialização. As seções subsequentes confirmam essa característica.

3.2 - Captando o que há no externo: o PROFISCO, PRODETUR e os Eixos Integrados da Paraíba

3.2.1 - O Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba - PROFISCO

O Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba é proveniente de uma linha de crédito condicional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedida aos estados brasileiros, o Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil (PROFISCO).⁶¹ Durante o processo de mapeamento das ações internacionais do estado, o projeto estava em sua primeira fase, datando o ano de 2012 até 2017.⁶²

O período de 2001 a 2009 foi marcado pelo desenho e mapeamento dos estados contemplados pelo financiamento. Ao entrar em contato com o Ministério da Fazenda, o BID conseguiu chegar até as Secretarias das Fazendas dos respectivos estados brasileiros, com exceção da Paraíba. “Por uma questão de governo, a Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ) foi dividida entre Secretaria da Receita (SER) e Secretaria de Finanças (SEF), o que causou certa demora nas negociações com o organismo internacional”, destacou o diretor geral do projeto Jefferson Dantas.^{63 64}

No âmbito geral, o projeto contemplou uma modernização na estrutura fazendária do estado, abrangendo áreas não só de receita, como também financeira. Vinculado diretamente à Controladoria Geral do Estado (CGE-PB), à Procuradoria Geral do Estado (PGE-PB), à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e à Secretaria da Receita (SER) e de Finanças (SEF), seu valor total foi de US\$ 8.8 milhões, sendo US\$ 7.5 milhões de contrapartida do BID, enquanto que o estado disponibilizou US\$ 1.3 milhões.⁶⁵

⁶¹ MINISTÉRIO DA ECONOMIA. O PROFISCO. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/profisco>>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

⁶² No dia 31 de julho de 2019 foi acordado, durante uma missão realizada pelo BID, a segunda etapa do PROFISCO na Paraíba. Disponível em: <www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/profisco>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

⁶³ Informações obtidas através de uma entrevista realizada em 28 de junho de 2019 na SEPLAG.

⁶⁴ Durante o ano da entrevista, o estado ainda possuía as secretarias separadas; atualmente, as atividades voltaram a ser executadas pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ).

⁶⁵ *Ibidem*.

De acordo com Jefferson Dantas, no momento inicial de execução do projeto percebeu-se a necessidade de investir em capacitação dos funcionários da administração pública pensando nas dificuldades enfrentadas pelos mesmos na execução das atividades dos órgãos supracitados. Em comum acordo com o BID, o projeto começou a investir em tecnologia e equipamentos com o intuito de facilitar a realidade desses profissionais. Dessa forma, máquinas foram compradas para promover e fazer com que as ações fiscais pudessem acontecer, além de que um sistema de tramitação dos processos de forma eletrônica (e-processo) e de fiscalização virtual foram desenvolvidos com o intuito de minimizar os gastos operacionais e, consequentemente, para melhorar o resultado de arrecadação do estado.⁶⁶

Para que essa redistribuição de tecnologia pudesse acontecer da maneira mais fluída, o projeto se propôs, em conjunto com a equipe nacional do PROFISCO, a oferecer consultorias para organizar as secretarias e os órgãos contemplados. Tanto o planejamento, quanto os indicadores utilizados para o andamento das capacitações e dos investimentos, eram monitorados pelo BID por meio de relatórios e missões semestrais.⁶⁷

Além da participação efetiva do BID no monitoramento dessas ações, o projeto contou com a fiscalização do Ministério da Fazenda e dos atores internos do estado. “As exigências vinham de todos os lados. Uma hora tínhamos que fornecer relatórios específicos para o BID, em outro momento tínhamos que fornecer outros completamente diferentes para o Ministério e, consequentemente, para as secretarias do estado, uma vez que estas últimas eram quem demandam as necessidades locais para que as ações fossem executadas”, ressalta Jefferson Dantas.⁶⁸

Apesar dessa demanda, o diretor ressaltou ter autonomia suficiente na deliberação de diretrizes necessárias para a execução do projeto. É tanto que para desempenhar o projeto foi necessário contratar um corpo de funcionários maior do que o esperado para auxiliar na fase de consultorias. “Em nenhum momento o BID se opôs a essa e outras necessidades, afirma o diretor. Pelo contrário, eles nos incentivaram a buscar alternativas de ajuda para além do seu trabalho, independente se isso custasse US\$ 1 milhão ou bilhão a mais.”

Ainda segundo o diretor, ocasionalmente, essa atribuição de poder para os órgãos estaduais causou conflito dentro da administração pública de outros estados brasileiros, uma vez que a ordem advinda da Secretaria da Receita (SER) e de suas respectivas Procuradorias Gerais era de se gastar o mínimo possível devido ao período de crise no Brasil. Na Paraíba, por

⁶⁶ *Ibidem.*

⁶⁷ *Ibidem,*

⁶⁸ *Ibidem.*

exigência da SER e da SEF os consultores do projeto tinham que ser cuidadosos ao acarretar todo esse grau de autonomia dado pelo banco internacional, principalmente quando se tratava de um aumento dos gastos, para que as finanças do estado não se compromettesse com dívidas maiores.⁶⁹

É óbvio que muito disso acontecia por conta do receio de endividamento que esses organismos estaduais carregam, uma vez que se a dívida for maior do que o esperado, apesar das concessões, quem deve pagar o pato é o Governo Federal. Dessa forma, o estado encontra-se envolvido em dois cenários problemáticos: o primeiro se baseia em seguir as diretrizes do Governo Federal para não exceder suas dívidas, gerando, em contrapartida, uma situação na qual projetos poderão não ser executados em seu pleno potencial; o segundo cenário configura o inverso: o estado abraça por completo a autonomia que lhes é concedida pelos organismos internacionais, colocando em prática suas recomendações, gerando em consequência o endividamento. Em suma, a ausência de um ordenamento jurídico que reconheça a paradiplomacia, além de prescrever modelos de tomada de decisão para os gestores estaduais agirem em tais situações gera uma confusão burocrática que, independente do cenário escolhido, acarreta em reveses para o estado em questão.

3.3.2 - O Programa Eixos Integrados do Desenvolvimento da Paraíba

Vinculado à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa Eixos Integrados do Desenvolvimento da Paraíba consiste numa sistematização das potencialidades do estado em um Plano Estratégico cujo tem por objetivo analisar a vertente do desenvolvimento em cinco eixos: energia, indústria, transporte, recursos humanos e, por fim, de telecomunicação e tecnologia da informação.⁷⁰

Para que esse Plano fosse implementado, foi necessário uma articulação com mais de 130 associações produtivas, instituições estaduais e privadas nacionais e internacionais, dentre elas a Associação Brasileira das Empresas *Software* (ABES), Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), *Becton Dickinson*, Grupo Elizabeth, Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (EPASA), Companhia Docas de Cabedelo (DOCAS-PB), Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), Secretaria do Estado da Educação (SEE), Secretaria de

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Informação obtida através de entrevista realizada no dia 29 de junho de 2016 na SEPLAG.

Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba (SETDE), Secretaria do Estado do Desenvolvimento da Agropecuária (SEDAP), Secretaria do Estado da Saúde (SES), Secretaria do Estado da Receita (SER), Secretaria do Estado da Segurança e da Defesa Social (SEDS) e a Secretaria do Estado da Infraestrutura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT) (NOGEUIRA, *et al*, 2014).

O corpo de funcionários do programa foi dividido em duas equipes. No âmbito do governo, o programa esteve sob responsabilidade do diretor geral, o Ex-Secretário do Planejamento e Gestão, Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira e do gerente geral, Luiz Carlos Rangel Soares, além de 10 (dez) facilitadores das secretarias supracitadas. Enquanto isso, o setor privado foi coordenado por 18 funcionários da empresa Macrologística Consultorias sob responsabilidade do gestor Oliver Roger Sylvain Girard (NOGUEIRA, *et al*, 2014).

Ocupando o primeiro lugar no Ranking de Competitividade dos Estados do Nordeste, segundo o levantamento do Centro de Liderança Pública (CLP)⁷¹, a Paraíba desperta o interesse técnico de alguns organismos e agências internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Grupo Banco Mundial através do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Banco Central Europeu (BCE), destacou o gestor geral Luiz Carlos Rangel Soares em entrevista.⁷²

Em virtude do excelente grau de endividamento e das condições de empréstimos oferecidas por esses bancos internacionais, tornou-se muito mais fácil para o estado obter apoio financeiro internacional na execução de seus projetos. Não possuindo condições como estas de flexibilização nos empréstimos advindas de instâncias nacionais, como por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), os estados nordestinos têm cada vez mais conseguido perfurar os bloqueios internacionais em busca da internacionalização.⁷³

Neste sentido, o Programa Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba tem feito uso das ferramentas disponibilizadas pelo BID, visto que o endividamento do estado, após a parceria ser acordada, não foi imediato pois o BCE assumiu sua parcela de contrapartida. Além disso, para a preparação do projeto, o BID viabilizou U\$S 300,000.00 não reembolsáveis para o estado, facilitando o acordo desde o início das negociações.⁷⁴

⁷¹ Paraíba segue na 1ª posição do Nordeste no Ranking de Competitividade. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/paraiba-segue-na-1o-posicao-nordeste-no-ranking-de-competitividade.html> Acesso em: 15 de agosto de 2019.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*.

Destarte as comodidades concedidas, Luiz Carlos destaca a exigência dos funcionários desses organismos internacionais no que tange a implementação e execução do programa. Como sugerido pelos consultores do BID, foi necessário que o estado firmasse parcerias tanto com outras instâncias públicas, quanto privadas alinhadas às necessidades dos 05 (cinco) eixos de atuação do projeto. Todo o aporte de estratégia, modernização, integração, fortalecimento e desenvolvimento do programa teve auxílio de consultorias realizadas pela empresa Macrologística, como mencionado anteriormente.⁷⁵

Ademais, o gestor geral destacou a falta de funcionários qualificados para lidar com os assuntos técnicos e internacionais nas instâncias das secretarias envolvidas na execução das ações do programa. Para ele, que já fez parte do corpo de funcionários para projetos latino-americanos do BID, BIRD e OMS durante 26 (vinte e seis) anos de sua carreira, a Paraíba ainda possui dificuldades de compreender a excelência técnica que vem das Universidades Federal e Estadual, fazendo com que o pesquisador apenas ocupe o espaço acadêmico.⁷⁶

A criação de pontes entre o estado e a comunidade epistêmica, para Luiz Carlos, serviria de base para estimular os organismos estaduais a buscarem parcerias internacionais para além das firmadas com o BID, BIRD e FIDA, uma vez que o Governo Federal não cumpre seu papel de regulador e facilitador dessas ações.

A ascensão dos bancos de desenvolvimento dos países latino-americanos, africanos e, até mesmo, asiáticos, como o Banco de Desenvolvimento da Angola (BDA), Banco de Desenvolvimento de Macau (MDB), Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), e das Agências de Cooperação representadas no país, como a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JIICA), são exemplos de parcerias que poderiam angariar ações internacionais mais robustas e diversificadas para o estado.⁷⁷ Além de que, a existência do órgão que concentrasse assuntos desse teor desburocratizaria os trâmites das negociações, bem como amenizaria os problemas enfrentados pelos órgãos estaduais que atualmente fazem esse papel.

⁷⁵ *Ibidem.*

⁷⁶ *Ibidem.*

⁷⁷ No dia 31 de julho de 2019, o Secretário de Planejamento do Estado da Paraíba, Gilmar Martins participou de um seminário com funcionários do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (NBD) para debater novas estratégias para o fortalecimento do investimento em infraestrutura e desenvolvimento sustentável no estado. De acordo com Gilmar Martins, o NBD sinalizou “a possibilidade empréstimos em moeda local, com carência de 05 (cinco) anos e repagamento em até 19 (dezenove) anos.” Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/noticias/secretario-de-planejamento-debate-estrategias-do-novo-banco-de-desenvolvimento-do-brics-em-seminario>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

É interessante notar que, dentre os entrevistados, além de Marcos Procópio, Luiz Carlos Rangel Soares foi o único a demonstrar *know-how* e experiência na execução das ações de internacionalização do estado. Fato que facilitou a comunicação entre o Programa Eixos de Desenvolvimento Integrados e o BID.

3.3 - Expandindo os horizontes: o caso do Cooperar PB e do Procace

3.3.1- O Cooperar e o Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRPR)

Objetivando a sucessão do Projeto Nordeste do Estado da Paraíba - PNE/PB, o Governo do Estado, ao intensificar as políticas de redução da pobreza rural e o apoio à agricultura familiar, fundou o Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado da Paraíba, ou Projeto Cooperar⁷⁸ no dia 10 de setembro de 1997, por intermédio da Lei nº 6.523. O órgão consiste em uma unidade administrativa de natureza autônoma e provisória e, atualmente, encontra-se vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão (SEPLAG). Seu objetivo primordial é definir, formular e coordenar o planejamento, a execução e o controle das ações direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável do Estado; bem como, criar oportunidade de renda, visando combater a pobreza rural e suas consequências.⁷⁹

Em virtude da ascensão dos empréstimos financeiros concedidos por instâncias internacionais aos governos locais nordestinos, o Banco Mundial (BIRD) vem consolidando sua atuação no Estado da Paraíba por meio do *Northeast Rural Poverty Avaliation Program*⁸⁰. Em conjunto com o Governo do Estado, o BIRD estabelece ajuda financeira à região desde a década de 80. A parceria, cujo consistia num esforço conjunto para minimizar as vulnerabilidades da população da zona rural, expandiu-se após a criação do Cooperar PB no final da década de 90.⁸¹

O primeiro fruto desse acordo foi o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), iniciado em 1998 e finalizado no ano de 2003, com um montante equivalente a 60

⁷⁸ Durante a entrevista, o ex-coordenador geral, Roberto Vital, relatou que outros projetos similares ao Cooperar também foram executados em outras regiões do Nordeste, porém com denominações diferentes. Por exemplo, no Ceará e em Pernambuco denomina-se Projeto Prorural, enquanto que na Bahia denomina-se Projeto Produzir.

⁷⁹ COOPERAR PB. O programa. Disponível em <<http://cooperar.pb.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

⁸⁰ O Programa de Alívio da Pobreza Rural é uma iniciativa do Banco Mundial desde 1995 para fomentar ações integradas para o desenvolvimento social e econômico do Nordeste brasileiro. O projeto conta com a participação das comunidades locais na definição dos investimentos dos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba (VIEIRA, 2008).

⁸¹ COOPERAR PB. O programa. Disponível <<http://cooperar.pb.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

milhões de reais. O projeto atendia comunidades pobres localizadas nas zonas rurais e em municípios de até 7.500 habitantes, viabilizando a melhoria dos problemas sociais e de infraestrutura das regiões contempladas.⁸²

De acordo com Roberto Vital, a execução de um projeto com um parceiro desse porte, como o BIRD, consistiu no ponto de partida para a progressão das atividades realizadas pelo Cooperar PB. Impulsionados pela necessidade de dar continuidade à estas ações realizadas pelo PAPP, o Governo do Estado, passou a pôr em prática o Programa de Redução da Pobreza Rural (PRR) idealizado pelo BIRD. Possuindo também uma parceria entre os demais órgãos supracitados, os trâmites iniciais de negociação do PRR iniciaram-se em 2006, mas somente em fevereiro de 2011 sua implementação de fato ocorreu. Avaliado em um montante equivalente a US\$ 28.170.000.00 milhões de dólares, o PRR conseguiu alcançar efetivamente em torno de 26 mil famílias paraibanas, distribuídas em 148 municípios e atingiu 103% das metas propostas inicialmente.⁸³ A seguir, o quadro 4 destaca o cronograma do processo de elaboração do PRR (Cooperar II).

Quadro 4 - Etapas e cronograma do processo de elaboração do Cooperar II

ETAPA	PERÍODO
1 - Aprovação da Carta Consulta pela SEAIN/CONFIEX	07/12/2006
2 - Revisão pelo Banco Mundial do Documento Conceitual do Projeto	25/06/2007
3 - Avaliação do Projeto pelo Banco	18/09/2007
4 - Reunião de Negociações	16/10/2008
5 - Aprovação pela Diretoria do Banco Mundial;	25/11/2008
6 - Efetividade do Acordo de Empréstimo	28/05/2010
7 - Primeiro Desembolso dos Recursos	11/02/2011
8 - Encerramento do Acordo de Empréstimo	28/02/2014

Fonte: SANTOS (2015). Adaptada.

Para que sua execução pudesse ser efetuada de maneira mais fluída, o PRR foi dividido em 36 (trinta e seis) subprojetos e classificado em 03 (três) áreas: infraestrutura, social e de

⁸² *Ibidem.*

⁸³ Informações obtidas por meio de entrevista realizada no dia 12 de abril de 2016.

produção. Na primeira categoria reunia-se os investimentos voltados para a melhoria da infraestrutura das localidades, como sistema de abastecimento de água, passagem molhada, construção de cisternas, melhoria das estradas que dão acesso ao ambiente rural, complexo sanitário familiar e eletricidade nas residências. Em seguida, os investimentos foram direcionados à integração social, fomentando atividades culturais nas localidades, bem como construção de um Centro Social de inclusão e de Produção Comunitária. Por último, a concessão financeira consistia no apoio à produção alternativa de agropecuária, apicultura, piscicultura, caprinocultura, avicultura, laticínios e de artesanatos (SANTOS, 2015).

Segundo Souza (2015), a administração geral do PRR era realizada por uma equipe de funcionários da Unidade Técnica do Cooperar PB. Para que pudessem pôr em prática o que era planejado durante as reuniões anuais com o BIRD, os funcionários estabeleceram algumas fases para dinamizar as ações executadas pelo órgão, como a supervisão, monitoramento das atividades e avaliação. Dependendo dos resultados obtidos, o BIRD poderia intervir a qualquer momento, durante as missões no estado.

Semestralmente, os funcionários internacionais e nacionais do BIRD deslocavam-se para a Paraíba com o intuito de monitorar e avaliar a execução dos projetos nas comunidades locais. Além de reunirem-se com o chefe executivo do estado e sua equipe, os gestores do Cooperar PB e os funcionários da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), os técnicos do BIRD conversaram diretamente com a população envolvida a fim de tentar compreender sua realidade local. Esse monitoramento, relata Roberto Vital, era maçante devido à pressa que o órgão institucional tinha para poder obter resultados, ignorando, alguma das vezes, o estado, por possuir uma região extremamente pobre, não conseguia reproduzir todas as atividades de uma maneira automatizada e rápida.⁸⁴

Destarte essa dificuldade, as demandas das comunidades locais eram repassadas pelas Associações Comunitárias e Cooperativas de Moradores e seguiam até os escritórios de análise da Unidade Técnica do Cooperar PB, para que, assim, fossem validadas e implementadas. Como acordado no início do projeto, o BIRD exigia que o órgão estadual estabelecesse um canal de comunicação com os beneficiários. Ao priorizar essa exigência, foram criadas ouvidorias na sede do Cooperar PB, em João Pessoa, e nos escritórios locais⁸⁵. A deliberação requisitada por essas comunidades locais contribuiu para a criação de um levantamento padrão das necessidades básicas de cada região, como é possível ser observado por Santos (2015):

⁸⁴ *Ibidem.*

⁸⁵ *Ibidem.*

“Alto Sertão: Cadeia produtiva do leite, com foco na recuperação de queijeiras comunitárias, adequando-as aos requisitos da legislação sanitária de forma que obtenham condições plenas de acessibilidade ao mercado aberto a partir do registro no Serviço de Inspeção Estadual;

Vale do Piancó/Piranhas: Cadeia produtiva de piscicultura e Arranjo Produtivo do Arroz Vermelho para beneficiar 800 famílias, organizadas em 18 associações comunitárias dos municípios de Itaporanga, Piancó, Boa Ventura, Diamante, Pedra Branca e Nova Olinda;

Cariri: Cadeia Produtiva do Leite com ênfase a readequação das queijeiras e combate sistemático à praga da Cochonilha do Carmim;

Brejo: Arranjos Produtivos Locais da Fruticultura e da Floricultura, além da cadeia produtiva da piscicultura em tanques escavados;

Litoral: Arranjos Produtivos da Horti-fruticultura de base agroecológica, com foco na sua inserção mercadológica, de caráter institucional e vendas diretas aos consumidores finais;

Todo Estado: Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Apicultura, estruturando-a para inserção mercadológica interna e externa, mediante a construção e aquisição de equipamentos para as unidades/módulos de extração e entrepostos de mel, em nível tecnológico compatível às exigências do Ministério da Agricultura na concessão de registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF” (SANTOS, 2015, p. 65-66).

Gráfico 1 - Tipos de subprojetos aprovados e valores



Fonte: PARAÍBA, 2006, *apud*, SANTOS, 2015.

Apesar das mais variadas demandas, Roberto Vital enfatizou que os subprojetos voltados para o acesso ou melhoria da distribuição de água continuam sendo os mais demandados pelos municípios, assumindo cerca de 50% das ações implementadas pelo Cooperar PB. Além disso, o município de Campina Grande foi o mais beneficiado devido a região ser uma das mais que sofrem com a seca, além da predominância de suas atividades tecnológicas que demandam um desenvolvimento maior no Estado.

Ao longo da pesquisa documental e do que já tinha sido produzido sobre o Cooperar PB, uma visita de campo à cidade de Itabaiana, interior da Paraíba, foi crucial para obter uma perspectiva acerca do PRR. Em decorrência de um *workshop* sobre o funcionamento do programa que ocorreu na cidade, foi possível reunir informações e se aproximar dos

beneficiários das ações internacionais do Cooperar no Estado da Paraíba. Além de que, ficou explícito durante as apresentações a atuação constante de funcionários do BIRD nas regiões contempladas. Segundo Roberto Vital, o órgão desenvolveu a maioria das ações em conjunto com o Cooperar PB, enquanto que o Governo do Estado apenas monitorava o repasse de verbas concedidos às comunidades.

A participação no evento dos governantes dos municípios de Remígio, Areia e de Pilões e de Associações de Trabalhadores, como a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Itabaiana (ITAMARE), a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Consórcio Intermunicipal para a Gestão de Resíduos Sólidos do Cariri Oriental (CIGRESCOR) só reforçou o distanciamento do Governo Central para com o fortalecimento das atividades paradiplomáticas dos municípios brasileiros, em evidência, dos nordestinos. Mesmo que possuíssem apoio do Governo Estadual, bem como do BIRD, essas instâncias tiveram que desenvolver uma autonomia suficiente para decidir qualificarem-se internacionalmente.

Esse processo não foi nada fácil. A relação com a instância estrangeira envolvida, muitas vezes, acabava sendo dificultosa, apesar das facilidades garantidas. Isso ocorreu devido ao desamparo de funcionários do governo quanto em razão ao modo autoritário que as instituições estrangeiras se comportam. A todo momento, exigências e normas eram estabelecidas por esses organismos, em certos casos, se sobrepondo às do Governo Estadual.

Ao que parece, os organismos internacionais não compreendiam como o trabalho do Governo do Estado era desenvolvido, sendo assim, as singularidades da região, população e cultura local não eram levadas em conta. Da mesma forma que se era difícil para organismos como o BIRD compreender o *modus operandi* das ações internacionais realizadas no Estado da Paraíba, também se tornou difícil o entendimento das legislações internacionais tanto brasileiras quanto estrangeiras perante os dois lados, destaca Roberto Vital.

Entretanto, a parceria com o BIRD também proporcionou bons resultados para o Estado. A exemplo disso, o caso do município de Bonito de Santa Fé foi utilizado como porta bandeiras da atuação do órgão no Nordeste. Graças à concessão financeira concedida pelo BIRD, foi possível finalizar a construção de um aterro sanitário, dos galpões e a adesão de maquinário ideal para o reforço de atividades de coleta 100% sustentável no município. Para isso, foi necessário a criação de algumas etapas, além das estabelecidas pelo PRR, como:

1. Formação da Associação dos Catadores de Lixo;
2. Capacitação dos envolvidos (tanto dos servidores do Cooperar PB na região, quanto dos beneficiários);

3. Diagnóstico para definição da logística de coleta (infraestrutura);
4. Estudo do mercado nacional e internacional (o Cooperar PB dispõe de um corpo de funcionários dedicados às análises dos fluxos de mercado e do comércio exterior);
5. Implementação de cursos sobre educação ambiental para as comunidades envolvidas (foi exigido pela Unidade Técnica do Cooperar PB que esses cursos fossem repassados também nas escolas do município);
6. Acompanhamento e avaliação, perante os órgãos do Cooperar PB e BIRD.

Para Edinaldo Galdino e Carla Silva, ambos catadores de lixo do município há 12 (doze) anos, a aproximação do Governo do Estado com organismos internacionais, como o BIRD, propiciou um melhoramento nas condições de trabalho e de vida dos moradores do município. Por conta das ações implementadas pelo PRR, ele e muitos outros catadores conseguiram desvencilhar-se das ruas, ocupando espaços que antes não eram permitidos.⁸⁶

Com a adesão do PRR, o aumento de beneficiários no município triplicou. De acordo com o presidente da ITAMARE, José Marques, antes do projeto, a cooperativa contava apenas com 04 (quatro) catadores de lixo cadastrados. Após a chegada do programa, este número aumentou para 30 (trinta).⁸⁷ A melhoria estrutural proporcionada pelos financiamentos recebidos destaca a importância da atuação da sociedade civil na implementação de políticas sociais e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico e social dessas regiões, reduzindo, então, as vulnerabilidades consentidas à essa grande parcela da população.

Além de alcançarem melhores condições de trabalho, José Marques destacou como ponto negativo a falta de recursos e apoio, tanto do Governo do Estado, como da própria prefeitura do município. Como o repasse financeiro é feito pelo governo, as cooperativas de Bonito de Santa Fé, por muitas vezes, não recebiam ajuda financeira suficiente para conseguirem utilizar os bens concebidos pelo projeto, como, o abastecimento dos caminhões de coleta seletiva e óleo para manutenção das máquinas, fazendo com que um médico da cidade, não identificado, atuasse como provedor financeiro e voluntário oficial da cooperativa⁸⁸.

A consolidação de um mapeamento mais aprofundado sobre as ações do Projeto Cooperar PB para os moradores das regiões contempladas foi de suma importância para compreender o que tem e o que ainda precisa ser feito no Estado. Tendo isso em mente, os

⁸⁶ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 28 de abril de 2016 na cidade de Itabaiana.

⁸⁷ *Ibidem.*

⁸⁸ *Ibidem.*

gestores do Cooperar PB, em conjunto do Governo do Estado e do BIRD lançaram a nova fase do PRR que será executada em parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS).

O atual Governador do Estado, João Azevêdo, lançou, no dia 28 de agosto de 2019, o Programa Paraíba Rural Sustentável como extensão do Programa de Redução à Pobreza Rural sob supervisão do Cooperar. Ainda proveniente de uma parceria com o BIRD, o projeto custará US\$ 80 milhões de dólares, sendo US\$ 50 milhões financiados pelo órgão internacional, enquanto US\$ 30 milhões serão subsidiados pelo Estado, e beneficiará 45 mil famílias de 222 municípios contemplados. O intuito é fortalecer a aproximação do Estado às comunidades locais, seja pela atuação do Cooperar, ou até mesmo pela atuação de projetos como o Procase e Profisco (PARAÍBA, 2019).⁸⁹

Em sua totalidade, o Programa Paraíba Rural Sustentável irá abranger os indicadores dos projetos já lançados pelo órgão, como o PAAP e o PRR. Segundo Roberto Vital, o objetivo é fornecer o fortalecimento institucional (capacitação das associações e cooperativas através do convênio com entidades privadas); a segurança hídrica (perfuração de poços, implantação de cisternas e dessalinizadores); o aumento da resiliência da caatinga (construção de barragens subterrâneas e recomposição da mata ciliar); a criação de alianças produtivas (propiciar uma estrutura logística para as cadeias produtivas do estado; uma vez que o perfil do produto é definido, o Cooperar PB identifica os produtores que têm interesse e o perfil de cada um para atender a demanda do mercado); e, por fim, a gestão, planejamento, monitoria e avaliação das ações implementadas nas associações e cooperativas envolvidas (treinamento e assistência técnica em até 02 (dois) anos após o investimento na aliança produtiva). É interessante notar a autonomia do órgão em disponibilizar facilidades de crédito para os produtores locais, uma vez que o Cooperar PB atua com os 70% dos subsídios e, em contrapartida, o Banco do Nordeste fornecerá 30% da quantia para o fortalecimento dessas alianças.⁹⁰

Com duração de 04 (quatro) anos, o Governador destaca que “esses investimentos serão realizados onde se precisa ter um olhar diferenciado do estado, seja na agricultura familiar, em arranjos produtivos locais e, acima de tudo, na infraestrutura hídrica, onde temos um investimento forte dentro desse empréstimo junto ao Banco Mundial; isso faz uma diferença muito grande para as famílias”.⁹¹

⁸⁹ GOVERNO DA PARAIBA. João Azevêdo lança Programa Paraíba Sustentável. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-lanca-programa-paraiba-rural-sustentavel-e-beneficia-45-mil-familias>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

⁹⁰ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 28 de abril de 2016 na cidade de Itabaiana.

⁹¹ *Ibidem*.

A retomada de iniciativas como essa só demonstra a necessidade do Estado de prosseguir atuando em prol de buscar melhorias para sua população por meio de recursos disponibilizados por organismos internacionais, apesar da extrema necessidade que os governos possuem para destiná-los de maneira mais organizada e estruturada para as comunidades locais envolvidas. Em torno dos estudos da paradiplomacia, o vácuo jurídico fez com que o Nordeste conseguisse demonstrar seu potencial para o mundo, além do que já era compartilhado por conta de suas dificuldades existentes, como sua localização geográfica e seus níveis de desenvolvimento econômico. A seguir, essa potencialidade é evidenciada com a prossecução do Procace, proveniente também de uma parceria com um interlocutor internacional.

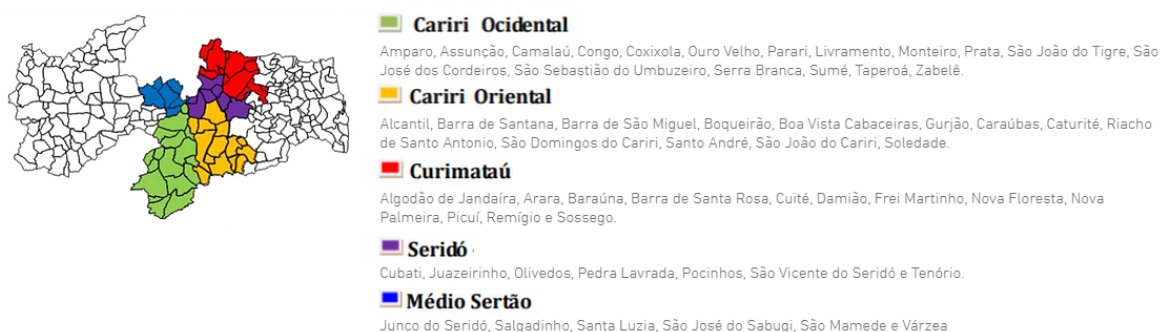
3.3.2 - O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procace)

À medida que o mapeamento das ações internacionais promovidas pelo Governo do Estado da Paraíba foi ganhando forma, percebeu-se um envolvimento com interlocutores estrangeiros para além do Banco Mundial (BIRD). Resultado também de iniciativas para fomentar as potencialidades na zona rural do estado, o Governo do Estado, em parceria com o organismo das Nações Unidas (ONU), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procace).

O Procace atua em 56 (cinquenta e seis) municípios localizados em 05 (cinco) territórios do semiárido paraibano, denominados os 05 (cinco) territórios da cidadania, os quais apresentam baixíssimos índices de desenvolvimento econômico e social, em uma macrorregião onde a probabilidade de secas é acima de 90% (PROCASE, 2019)⁹², como pode ser visto no figura 1 a seguir:

Figura 1 – Mapa de atuação do PROCASE

⁹² PROCASE. “O Programa” no site do Procace. Disponível em: <<https://www.procace.pb.gov.br/oprocace>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.



Fonte: Procace, 2019.

A princípio, a proposta original do Governo do Estado era de criar uma indústria de leite em pó de cabra para aproveitar a produção da bacia leiteira de cabra do semiárido, mas conforme foi se estreitando os laços com o FIDA, o projeto foi redesenhado e, atualmente, o que está em execução tem como iniciativa reduzir a pobreza rural e desenvolver sustentavelmente essa faixa do território paraibano.⁹³

Essa mudança de eixo fez com que o Governo do Estado da Paraíba e os demais órgãos de seu funcionamento participassem de maneira mais ativa na vida não só de grande empresários, mas de pequenos produtores. Além de que, possibilitou o surgimento de uma estrutura institucional mais robusta para lidar com as necessidades da população envolvida. Para que isso aconteça, o programa dispõe de duas instâncias importantíssimas que asseguram seu funcionamento, o Comitê Diretor de Projeto (CDP) e o Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP).

O primeiro é constituído por funcionários da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária (SEDAP) e por representantes de diversos órgãos governamentais, como as Secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia (SEIRHMACT), por representantes dos 05 (cinco) territórios contemplados, bem como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado da Paraíba (FETARF), Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), e o Movimento dos Sem Terra (MST) para a formulação de um fórum de debates e reflexão estratégica do programa (IFAD, 2017).

⁹³ Informações obtidas através de entrevista realizada com Ana Patrícia Almeida no dia 06 de julho de 2016 via Skype.

Além de também ser constituído por funcionários da SEDAP, o Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP) conta com um representante da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER), dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MIDA), do Banco do Brasil e Banco do Nordeste. O objetivo desse órgão é mais específico, consistindo na análise e aprovação dos Projetos Produtivos (PPs) que o programa contempla (IFAD, 2017).

Em termos de infraestrutura, o Procase é composto por uma equipe de 44 (quarenta e quatro) membros, “sendo 28 localizados nas Unidades Centrais (UGP) em João Pessoa e Campina Grande e 16 membros nas Unidades Regionais (UGRP) dos 05 territórios da cidadania. Do total, 38% são mulheres” (FIDA, 2016, p. 8). Além disso, o programa conseguiu um Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o que resultou na contratação de 31 (trinta e um) consultores e a inserção de 06 (seis) bolsistas (IFAD, 2017) observados no quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Distribuição da Equipe do Projeto

UGP/UGPRs	Servidores do Estado	Consultores	Bolsistas	TOTAL
UGP João Pessoa	7	14	2	23
UGP Campina Grande	0	4	1	5
UGRP Cariri Ocidental	0	3	1	4
UGRP Cariri Oriental	0	3	1	4
UGRP Curimataú	0	2	1	3
UGRP Médio Sertão	0	2	0	2
UGRP Seridó	0	2	0	2
IICA – Brasília	0	1	0	1
TOTAL	7	31	6	44

Elaborada a partir de informações obtidas no diagnóstico anual do FIDA organizado pela IFAD (2017). Adaptada.

Apesar da reformulação do programa ter ocorrido no ano de 2012, o primeiro edital lançado para a execução das atividades dos PPs só foi lançado a partir de 2014 devido ao tempo direcionado à formulação, instrução e estruturação física do Procace durante o ano de 2013. Primeiramente, 05 (cinco) projetos foram aceitos e no final de 2014, em um segundo edital, o Procace se dispôs a apoiar 30 (trinta) projetos. Em 2015, 57 (cinquenta e sete) propostas foram contempladas pelo programa e, atualmente, esse número passou para 88 (oitenta e oito) projetos.

As ações de abrangência do Procace perpassam desde eventos ou cursos de capacitação e formação de mulheres, jovens e quilombolas ao fortalecimento de atividades produtivas, com a disponibilização de recursos financeiros destinados ao apoio e fomento de novos ou já consolidados empreendimentos rurais, agrícolas e não agrícolas. Tais ações incluem caprinovinocultura, fruticultura, agroindústrias, artesanato, pequenas indústrias de beneficiamento de minério, empreendimentos associativos e cooperativos e outras atividades relativas às novas ruralidades que serão firmadas a partir das dinâmicas locais, voltadas ao fortalecimento da economia rural e local (PROCASE, 2019)⁹⁴, como pode ser sistematizado nos quadros 6 a 14 a seguir:

Quadro 6 - Projetos produtivos da atividade de caprinocultura

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação Comunitária dos Produtores Rurais Assentamento Pau Ferro, Caiana, Quixudí, Verdes, Ramada, Ramadinha, Espinheiro, Quebra Queixo, Ana de Oliveira	Soledade
Associação dos Caprinocultores de Gurjão/PB	Gurjão
Associação dos Produtores Rurais do Arruda	Soledade
Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Caraúbas	Caraúbas

⁹⁴ PROCASE. Ações do Programa” no site do Procace. Disponível em: <<https://www.procace.pb.gov.br/oprocace>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

Associação Bom Jesus I (ABOJES)	Barra de São Miguel
Associação de Moradores de Cabaceiras – AMORCAB	Cabaceiras
Associação dos Produtores Rurais do Município de Santo André	Santo André
Associação de Produtores de Ovinos e Caprinos do Cariri (APOCA)	Caturité
Associação dos Pequenos Agricultores de Lagoa de Onça, Bugiga e Umbuzeiro – APALUMB	Salgadinho
Associação dos Produtores Rurais do Distrito de Bom Jesus	Junco do Seridó
Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Ponta da Serra do Brandão	Junco do Seridó
Associação Comunitária Quilombola Pitombeira	Várzea
Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Juazeirinho – ACCOMJ	Juazeirinho
Associação dos Produtores Artesanais de Juazeirinho – APAJU	Juazeirinho
Associação dos Assentados no Assentamento Zé Marcolino	Prata
Associação dos Assentados do Assentamento Mandacarú	Sumé
Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Assentados do Sítio Juá	Taperoá
Associação Pratense dos Criadores de Cabras Leiteiras	Prata
Associação Alvorada Rural do Assentamento Mandacarú	Sumé
Associação do Assentamento dos Dez	Monteiro
Associação dos Quilombolas Rural de Areias de Verão	Livramento
Associação dos Assentamentos das	Livramento

Comunidades Cacimba de Cavalo e Giral de Capim – AACCGC	
Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos e Irrigantes do Município de Camalaú	Camalaú
Associação dos Criadores e Produtores de Caprinos e Ovinos de Parari	Parari
Associação C. dos Moradores do Sítio Lagoinha	Serra Branca
Associação dos Produtores do Sítio Caiçara	Amparo
Associação Comunitária de Desenvolvimento do Ligeiro – ACODEL	Serra Branca
Associação dos Ovinocaprinocultores de Ouro Velho	Ouro Velho
Associação Comunitária dos Agricultores Rurais da Comunidade de Juazeiro	São Sebastião do Umbuzeiro
Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Xique Xique	Monteiro
Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Imóvel Riacho do Sangue	Barra de Santa Rosa
Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Produtores do Assentamento Riacho da Cruz	Barra de Santa Rosa
Associação dos Agricultores Rurais Assentamento Gruta Funda	Sossego
Associação dos Agricultores Rurais Assentamento Gruta Funda	Algodão de Jandaíra
Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural São Mateus	Damião
Associação dos Produtores Rurais da Várzea Verde, Pinturas, Clemência e Caraibeirinha	Frei Martinho
Associação dos Produtores de Caprinos e Ovinos de Nova Floresta	Nova Floresta

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procase.

Quadro 7 - Projetos produtivos da atividade de caprinovicultura

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Carnóio	Riacho de Santo Antonio
Associação dos Moradores do Sítio Porteiros	São Domingos do Cariri
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Pinheiros – APPRAP	Caxixola
Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Coxixola – ACCOCOX	Caxixola
Associação das Mulheres e Mães de Zabelê	Zabelê
Associação dos Produtores de Frutas de Assunção e Região da Paraíba. (ASPROFRUTAS)	Assunção

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procase.

Quadro 8 - Projetos produtivos da atividade de ovinocultura

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação dos Agricultores Rurais de Serra Branca, Jatobá, Queimadas e Morcego	São Mamede
Associação Comunitária do Serrote	São José Sabugi
Associação dos Agricultores do Assentamento Mundo Novo	São Mamede
Associação de Cooperação Agrícola dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Esperança São Domingos I	Cubati
Associação Comunitária Rural do Sítio Caiçara	Pocinhos
Associação dos Produtores Rurais do Município de Olivedos – APRUMO	Olivedos
Associação de Desenvolvimento Comunitário e dos Usuários de Água de Aroeiras	Pedra Lavrada
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Belo Monte e do Sítio Caiçarinha	Pedra Lavrada
Associação dos Assentados da Reforma Agrária do Assentamento Paulo Freire I	Algodão de Jandaíra

Associação dos Produtores de Volta de Baixo	Arara
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho Fundo	Arara
Associação dos Produtores do Assentamento Queimadas	Remígio
Associação Comunitária Santo Antônio do Assentamento Campos Novos do Município de Sossego	Sossego

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procace.

Quadro 9 - Projetos produtivos da atividade de ovinocapricultura

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Novo Campo	Barra de São Miguel
Associação dos Parceiros e Agricultores do Imóvel Pocinhos – APAFIPO	Cabaceiras

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procace.

Quadro 10 - Projetos produtivos da atividade de apicultura

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Caraúbas	Caraúbas
Associação dos Apicultores e Meliponicultores de São Vicente do Seridó	São Vicente do Seridó
Associação dos Apicultores e Meliponicultores de São José dos Cordeiros	São José dos Cordeiros

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procace.

Quadro 11 - Projetos produtivos da atividade de horticultura

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação das Comunidades Rurais do Município de Barra de Santana	Barra de Santana
Associação de Lideranças, Organizações de Agricultores e Agricultoras Familiares do	Boqueirão

Cariri Paraibano – CASACO	
---------------------------	--

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procace.

Quadro 12 - Projetos produtivos da atividade de artesanato

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação Comunitária Rural dos Amigos e Moradores da Ramada de Baixo	Caturité
Associação dos Produtores Rurais de Mucunã	Caturité
Associação dos Artesãos em Tapeçaria de Gurjão	Gurjão
Associação Comunitária Louceiras Negras da Serra do Talhado	Santa Luzia
Associação Comunitária do Sítio Cajueiro	Pocinhos
Associação de Resistência das Renderias de Cacimbinhas	São João do Tigre
Cooperativa de Produção de Bens e Serviços de São João do Tigre - COOPERTIGRE	São João do Tigre
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Riacho do Algodão de Santa Rita	Congo
Associação das Mulheres e Mães de Zabelê	Zabelê
Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú	Camalaú
Associação de Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro	São Sebastião do Umbuzeiro

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procace.

Quadro 13 - Projetos produtivos da atividade de floricultura

Organização beneficiária	Município contemplado
Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Saco dos Goitis - ASCPROSG	Santa Luzia
Associação Comunitária do Núcleo de Integração Rural da Barra - ASCNIRB	Santa Luzia
Associação dos Pequenos Produtores Rurais	Junco do Seridó

da Carneira Veríssimo	
Centro de Cidadania das Mulheres	Pedra Lavrada
Associação de Desenvolvimento Rural de Capoeiras, Coalhada e Região	Cubati
Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto do Assentamento Santa Verônica	Damião
Associação Rural dos Fruticultores do Sítio Bujari	Cuité
Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural Nossa Senhora das Vitórias	Cuité
Associação Comunidade Negra do Camará – ACONCA	Remígio
Associação Comunidade Negra Serra do Abreu	Nova Palmeira
Associação Comunitária da Caatinga	Picuí
Associação dos Fruticultores de Nova Floresta (AFRUNOF)	Nova Floresta
Associação Comunitária de Mulheres Produtoras da Agricultura Familiar em Quixadá, Picuí e Região	Picuí

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procace.

Quadro 14 - Projetos produtivos da atividade de mineração

Organização beneficiária	Município contemplado
Cooperativa dos Mineradores de Frei Martinho – COOPERMINERAL	Frei Martinho
Cooperativa de Garimpeiros de Nova Palmeira	Nova Palmeira

Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas no site do Procace.

Para que esses PPs sejam implementados, o FIDA repassa o recurso financeiro para o Governo do Estado e este último atende às demandas do Procace. Esse processo acontece através do cumprimento de regras da estrutura governamental paraibana, conforme o marco legal brasileiro, como também abrange a estrutura legal que rege o organismo internacional. Como se trata do recebimento de um investimento internacional, o Procace passa pelo crivo

tanto do Governo Estadual, quanto do Federal, devido às fiscalizações dos órgãos de controle, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE-PB), Tribunal de Contas Estadual e Federal (TCE-PB e TCU)⁹⁵.

Até 2014, o Plano Produtivo era o único instrumento que permitiu o Procace fazer o repasse dos investimentos para as associações e comunidades envolvidas no projeto. Em reunião com o Governador Ricardo Coutinho, o Plano Emergencial do Estado para o enfrentamento da seca passou a reger as ações financeiras do Procace (IFAD, 2017):

“A estratégia de intervenção do Procace segue dois eixos – os Projetos Produtivos e o Plano Emergencial. No caso dos investimentos serem por meio de um Projeto Produtivo, torna-se necessária a realização de três etapas sequenciais e interligadas: i) identificar e selecionar os grupos com os quais irá trabalhar o Projeto; ii) elaborar e aprovar o Projeto Produtivo (PP); iii) implementar os PPs e acompanhar o início do funcionamento do negócio. Idealmente, o trabalho das etapas ii e iii deveriam ser conduzidos pela mesma entidade/equipe técnica, na medida em que, com isso, terá maior familiaridade e também um maior compromisso com os PPs. No caso do PROCASE, seguem-se as etapas do roteiro, mas é a própria equipe que elabora os PPs, e estão em vias de contratação as entidades que deverão acompanhar a implementação e o arranque dos PPs” (IFAD, 2017, p. 5).

De acordo com Ana Patrícia Almeida, por vezes, há um certo desentendimento no que cerne a compreensão, perante os funcionários do FIDA, das regulamentações existentes nos órgãos do Governo Central e Estadual, assim como das singularidades, da população e da cultura das áreas de intervenção do programa. Tal adversidade acaba gerando a necessidade de extensas reuniões para que estes compreendam que o trabalho desenvolvido pelo Procace no Estado da Paraíba diverge em relação às ações praticadas do FIDA no Norte da África ou no Sul da Itália, por exemplo⁹⁶.

Além de conceder o empréstimo financeiro, o aporte do FIDA também oferece condições técnicas para que o Procace consiga funcionar de maneira mais orgânica e avance os indicadores dos PPs. Durante visitas anuais de monitoramento e supervisão, os funcionários brasileiros do FIDA analisam se o órgão tem seguido as regras, normas e procedimentos orientados pelo organismo internacional, além de exigirem transparência em cada atividade promovida pelo Procace ou pelo Governo do Estado.⁹⁷

Em missão realizada em 2016, foi levantado que apesar da larga escala de PPs que o programa conseguiu atingir, as reuniões realizadas pelo CDP não estavam acontecendo da maneira orientada pelo FIDA. Enquanto os gestores e órgãos parceiros se reuniam apenas uma

⁹⁵ Informações obtidas através de entrevista realizada com Ana Patrícia Almeida no dia 06 de julho de 2016 via Skype.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Ibidem*.

vez ao ano, o FIDA recomendava a necessidade de duas ou mais reuniões. Segundo a nota oficial emitida pelo FIDA, esse comportamento “inviabilizou a utilização por completo do fórum criado pelo Comitê Diretor” (IFAD, 2017, p.7). Uma intervenção de imediato foi instaurada para que o CDP começasse a desempenhar um papel mais estratégico, reforçando o estabelecimento de parcerias do Procace com outros órgãos, como o Orçamento Democrático (que é um dos braços executivos da SEPLAG), os Conglomerados Territoriais e diversos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. “Esta colaboração tem sido útil na identificação e a escolha dos grupos, comunidades e assentamentos que têm o perfil e, ao mesmo tempo, interesse em trabalhar com o Procace” (IFAD, 2017, p. 7).

A relação entre o FIDA e o Procace acontece de forma direta, sem intervenção ou apoio do Governo Federal, somente do Governo Estadual. Mais uma vez, é possível se observar que as parcerias interlocutores internacionais só ocorrem no por parte do ensejo destes últimos, do governador e dos gestores de órgãos estaduais. Para que as ações internacionais sejam instrumentalizadas, o chefe executivo do estado em conjunto com os gestores estaduais dos programas se veem condicionados a expandirem seu relacionamento com outros organismos regionais e até mesmo de outros estados brasileiros, conforme ocorre no Cooperar PB e no Procace.

Existe uma intenção do Governo do Estado e do Procace em se aproximar de outros órgãos vigente no próprio estado e em outras regiões do Nordeste, segundo Ana Patrícia Almeida.⁹⁸ Essa interação permite autonomia suficiente para que se consiga trocar informações sobre os trâmites dos projetos e as experiências de cada organismo, visto que cada estado possui uma fase diferente de execução projetos com o FIDA.

O limbo jurídico, juntamente com o distanciamento do Governo Federal na supervisão e aproximação das ações paradiplomáticas dos estados brasileiros, principalmente na região nordestina, faz com que os atores subnacionais reúnam-se entre si para discutir a formulação de estratégias de um engajamento internacional delineado e articulado. A prática desse comportamento mais autonomizado acaba sendo influenciada também pelos organismos internacionais. Ao avaliar as potencialidades de internacionalização do Procace, por exemplo, o FIDA, em seus diagnósticos, incentiva o fortalecimento institucional do programa com as entidades governamentais da paraibana e em outras regiões.

Nesse sentido, o engajamento do Procace com diversos órgãos vem proporcionando o surgimento de dois novos departamentos de ação dentro do programa, cujo visa cuidar de áreas

⁹⁸ *Ibidem.*

vulneráveis, como as de questões de gênero e de jovens e adolescentes. A criação do Procace Mulher e do Procace Juventude.

Através do Procace, o Governo do Estado passou a investir mais de 3 milhões de reais em 22 (vinte e dois) projetos produtivos para 390 (trezentos e noventa) mulheres que habitam as zonas rurais do estado (PROCASE, 2019)⁹⁹. Em parceria com a rede Feminista Cunhã, a Rede Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA) e a Agência Patrícia Galvão, o programa realizou capacitações nas comunidades e associações envolvidas. Segundo a Assessora de Gênero do procace, em entrevista realizada pelo Canal de Notícias do Programa, Maria D'Oliveira, “esse tema da focalização no Projeto é muito importante, pois vem evidenciar o papel que as mulheres exercem na agricultura familiar, destacando que elas possuem um papel fundamental no trabalho produtivo e acumulam esse trabalho com o trabalho de casa, a criação dos filhos, o cuidado com as pessoas idosas. O objetivo da focalização é dar visibilidade a isso, pois muitas vezes o discurso usado é de que as mulheres apenas ajudam, auxiliam nesse processo, e ações como essas vem dar visibilidade a atuação da mulher nesse meio. Em um projeto como o Procace, o papel da focalização é se perguntar: como esse Projeto beneficia as mulheres, onde elas estão nesse processo, que contribuições se traz para a vida delas, bem como para os jovens e comunidades quilombolas? Como serão beneficiados os grupos que estão historicamente em desvantagem?” (PROCASE, 2019)¹⁰⁰.

Em relação ao Procace Juventude, o Governo do Estado assinou o contrato para a concessão de bolsas no valor de R\$ 440 mensais para jovens rurais dos 05 (cinco) territórios da cidadania. Em parceria com a Secretaria do Estado de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento (SEAFDS) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), o programa visa “criar oportunidades de trabalho e de renda, disseminar conhecimentos e práticas sobre sustentabilidade do desenvolvimento do meio rural no semiárido paraibano, abordando conteúdos sobre gerenciamento de recursos ambientais, gestão pública, criação de oportunidades e gestão de negócios em áreas rurais para estudantes inseridos nos territórios de intervenção do Procace”, destaca o Governador João Azevêdo em entrevista ao Canal de Notícias do Procace.

⁹⁹ PROCASE. Através do Procace, Governo do Estado investe mais de 3 milhões em projetos produtivos de mulheres. Disponível em: <<https://www.procace.pb.gov.br/single-post/2017/11/10/Através-do-Procace-Governo-do-Estado-investe-mais-de-3-milhões-em-projetos-produtivos-de-mulheres-rurais>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

¹⁰⁰ PROCASE. Procace realiza capacitações em comunidades rurais do Cariri. Disponível em: <<https://www.procace.pb.gov.br/single-post/2018/02/27/Procace-realiza-capacitações-em-comunidades-rurais-do-Cariri-paraibano>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

Considerações parciais

A partir dessa análise, foi possível verificar que há desafios comuns para lidar com os projetos que envolvem instituições internacionais. De forma geral, os seguintes pontos foram destacados pelos entrevistados:

1. Dificuldades na relação com as instituições estrangeiras. Apesar do Governo do Estado ou dos órgãos envolvidos na parceria sejam autônomos o suficiente, isso ocorre tanto devido ao despreparo de funcionários do governo quanto em razão do modo autoritário que essas instituições estrangeiras se comportam. São feitas muitas exigências e as normas estabelecidas por esses organismos, em certos casos, acabam se sobrepondo às do governo brasileiro. Muitos estrangeiros não compreendem como o trabalho é desenvolvido no governo do estado, não compreendem as singularidades da região, da população, da cultura. Há também uma dificuldade de entender a legislação brasileira;
2. Verifica-se um despreparo técnico de diversos funcionários públicos locais envolvidos nos projetos, inclusive em relação aos procedimentos para aprovar e implementar os projetos, o que causa muita demora ou mesmo retrocessos;
3. O Governo Federal encontra-se ausente ou pouco atuante para auxiliar ou participar nos projetos internacionais. Visto isso, os gestores dos projetos conectam-se com outros órgãos locais, de outros estados ou internacionais para poderem expandir sua capacidade de ação;
4. A importância de ambos projetos para os moradores das zonas rurais do Estado da Paraíba é extremamente notória, no entanto, alguns ajustes precisam ser feitos a fim de proporcionar uma maior conexão do próprio projeto com a situação real na qual os que serão diretamente beneficiados se encontram, como é o caso da população de Bonito de Santa Fé, por exemplo. Ao levar essa identificação entre o que é proposto e a demanda de fato da localidade, o impacto desses tipos de projeto serão capazes de alterar a realidade dos indivíduos promovendo o seu desenvolvimento local, finalidade principal da atuação paradiplomática do estado.

Conclusão

A atuação internacional dos governos subnacionais no sistema internacional ocorre, em grande medida, no sentido de fomentar o desenvolvimento local em suas mais variadas formas, seja econômica, social e culturalmente, buscando sempre atrair investimentos e captar recursos externos para a concretização de suas políticas públicas locais. No contexto mais recente, ressalta Soldatos (1990), houve um aumento na quantidade de governos subnacionais buscando projetar-se internacionalmente, de maneiras distintas e de acordo com suas particularidades.

Determinada pela capacidade que cada ente possui para se projetar internacionalmente, a paradiplomacia, por vezes, é impactada de acordo com o nível de desenvolvimento local. Os casos mais avançados, por exemplo, concentram-se nos centros mais desenvolvidos, justificado pelo fato de que estes possuem melhores condições financeiras e de recursos humanos para a expansão do fenômeno (FRÓIO, 2015).

Inserta em um contexto de redemocratização do país, a paradiplomacia brasileira não é homogênea e depende da estrutura, capacidade e motivações dos governos. Apesar de não ser reconhecida juridicamente pelo Estado, cada município e estado estabelece os elementos de sua política internacional de acordo com as suas condições de atuação, como é o caso do Estado da Paraíba.

Pressuposto pelo o que foi mapeado, é notório observar que apesar do organograma das práticas internacionais no Estado da Paraíba serem compostas por um caráter descentralizador, a ausência de uma unidade interna articuladora na região faz com que os projetos internacionais aconteçam de forma isolada, de modo que são direcionados por outros órgãos que estão dentro do aparato do estado.

A relação distante com o Governo Federal tem agravado esse caso. Ainda que a Associação Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto Brasileiro de Turismo, por exemplo, não vestígios de eventuais diálogos diretos com o Ministério das Relações Exteriores. Essa característica só reforça o poder centralizador velado do Estado em prol do seu benefício, enquanto que entidades subnacionais, principalmente nos estados da região do nordeste, necessitam buscar novas alternativas para prospectar recursos em parceria com órgãos internacionais.

Ao passo que esse desamparo se reverbera, o fato de não haver dentro do estrado um corpo de colaboradores qualificados para lidar com esse tipo de interação internacional, tanto em termos de conhecimento da área, como em diversidades de protocolos culturais, linguísticas

e, até mesmo, em conhecimento técnico sobre como fazer o diagnóstico da realidade da região, bem como elaborar projetos e lidar com órgãos diferentes dos seus, faz com que a figura principal das atividades executadas se volte para apenas um profissional.

Na maioria dos casos, o ator com poder decisório fundamental para a expansão dessa área foi o ex-governador Ricardo Coutinho, muito embora as secretarias e órgãos vinculados às mesmas são os responsáveis pela aplicação e cumprimento dos projetos internacionais. A exemplo disso, observa-se que o padrão de comportamento de cada gestor influi de maneira direta como essas ações se desenvolvem diretamente proporcional ao engajamento à pessoa que está no comando, bem como quais serão as áreas que receberão essa prospecção, reafirmando o caráter personalista que configura as características da paradiplomacia estadual brasileira.

É interessante notar que existem dois cenários no que tange a combinação de vontade política e amparo técnico para se fazer paradiplomacia: uma dimensão é quando se há preparo e vontade do corpo técnico para realizar as ações paradiplomáticas, porém tal entusiasmo é cerceado pela falta de engajamento das instâncias executivas; o cenário inverso se configura na existência de proatividade por parte de atores com poder político suficiente (o governador do estado), que cancelam projetos de engajamento paradiplomático, porém os mesmos têm sua execução comprometida pela falta de preparo técnico e de interesse por parte das instâncias que deveriam operacionalizar tais atividades.

No caso da Paraíba, verificou-se que o “pensar internacional” parte, na maioria das vezes, dos interesses pessoais e de gestão do ex-governador Ricardo Coutinho, confirmando as impressões feitas por Bueno (2010), Gomes Filho (2011) e Fróio (2015) em seus respectivos trabalhos. Essa característica está intrinsecamente ligada ao caráter personalista da paradiplomacia no Estado da Paraíba.

A prática de relações internacionais no estado, em grande medida, depende não apenas dos incentivos internos e externos, mas da participação das lideranças políticas e dos órgãos da administração pública. Esse fator torna-se perceptível quando se observa o caso do NAI. Muito do que se prospectou para o estado dependeu da postura proativa do ex-secretário executivo Marcos Procópio.

Esse cenário só confirma uma questão problemática para o andamento da prática de relações internacionais de um determinado estado: não se faz paradiplomacia sozinho. Por mais que os líderes possuam ensejos e coragem para venderem a imagem dos seus estados no exterior, estes não conseguem conduzir tais ações por si só, resultando na descontinuidade do fenômeno e reverberando o fenômeno *stop and go*.

Logo, a criação do NAI em 2011 e sua destituição em 2014 representa dois aspectos: houve interesse em expandir-se, por parte da chancela do ex-governador; mas, em contrapartida, o corpo técnico das secretarias era despreparado, fazendo com que as ações internacionais acontecessem de acordo com quem estivesse no poder e de maneira sazonal.

Como não há, na maioria das vezes, um engajamento perante os gestores envolvidos, o estado sofre com a ausência de um planejamento estratégico bem definido para angariar as diversas formas do ato de se projetar internacionalmente. Dessa forma, o governo do estado não se faz presente e ativo no plano internacional, fazendo com que as ações cheguem até os órgãos locais por meio de brechas.

Em virtude desse padrão de comportamento, verifica-se uma dificuldade no que cerne a relação entre os órgãos estaduais e estrangeiros. A prospecção para ser feita, precisa passar por um caráter tanto burocrático, quanto operacional. Dessa maneira, a diferença de legislações e o ritmo de trabalho dos funcionários vinculados à uma eventual demora no firmamento dos acordos, faz haja uma demanda excessiva, por parte das instituições, não havendo uma contrapartida equivalente às competências do Estado da Paraíba.

Tal caráter é potencializado em virtude do distanciamento do Governo Federal no auxílio ou participação dos projetos internacionais que o estado tem se envolvido. Inseridos nessa realidade, os gestores e funcionários públicos do estado são obrigados a estabelecer um diálogo com outros órgãos, sejam eles privados ou públicos, locais, nacionais e internacionais, para que assim, a internacionalização ocorra da maneira mais fluida possível.

A exemplo, observou-se o vínculo do Programa Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba com mais de 130 instituições, dentre elas a *Becton Dickinson*, Companhia DOCAS, FIEP, FAPESQ e diversas secretarias do estado, e o caso do PROCASE que mantém relações com outras regiões do nordeste que também possuem programas de desenvolvimento sustentável financiados pelo FIDA.

Depreende-se disso, portanto, que as interações entre tais órgãos acontecem de maneira mal coordenadas, gerando resultados insuficientes para o estado.

Referências Bibliográficas

APRÍGIO, André Edson Ribeiro de Souza., **A paradiplomacia e a atuação internacional dos governos subnacionais**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Escola de Economia e Gestão: Universidade do Minho, Portugal.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASIL., **Ceará**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/ceara> . Acesso em: 11 de setembro de 2019.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL., **Paraíba**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/paraiba> . Acesso em: 11 de setembro de 2019.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL., **Pernambuco**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/peernambuco>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASIL., **Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

BATISTA, Simoel., **A paradiplomacia e seus atores nas políticas públicas locais na América Latina: experiências de São Paulo e Montevideu**. 2010. 162f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina: PROLAM. Universidade de São Paulo.

BENZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo., **A inserção internacional dos governos não centrais brasileiros e argentinos em perspectiva comparada**. 2015. 224f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília.

BUGIATO, Caio; TRINDADE, Thiago., **O Estado nas Relações Internacionais**. Rev. Oikos: Rio de Janeiro, vol. 16, nº 3, 2017.

BUENO, Ironildes., **Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA**. 2010. 350f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.. Universidade de Brasília, Brasília.

COOPERAR PB., **Quem somos?** Disponível em: <<http://cooperar.pb.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

DUCHACEK, Ivo. D., **The international dimension of subnational self-government**. *Publius*, vol 14, n. 4, 1984.

DUCHACEK, Ivo D., **Multicommunal and Bicommunal Politics and their International Relations**. In: DUCHACEK, Ivo; LATOUCHE, Daniel; STEVENSON, Garth. (eds). *Perforated sovereignties and international relations: transsovereign contacts of subnational governments*. Connecticut: Greenwood Press, 1988.

DUCHACEK, Ivo D., “**Multicommunal and bicommunal politics and their international relations**”. In: DUCHACEK, Ivo D et al. (eds.). *Perforated sovereignties and international relations: transsovereign contacts of subnational governments*. Connecticut: Greenwood Press, 1988.

GOMES FILHO, Francisco., **A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. 2011. 276f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) - IREL/UNB, Brasília.

GOVERNO DA PARAÍBA., **João Azevêdo lança Programa Paraíba Rural Sustentável e beneficia 45 mil famílias**. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-lanca-programa-paraiba-rural-sustentavel-e-beneficia-45-mil-familias>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

GOVERNO DA PARAÍBA., **Secretário de Planejamento debate estratégias do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS em seminário**. 2019. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/noticias/secretario-de-planejamento-debate-estrategias-do-novo-banco-de-desenvolvimento-do-brics-em-seminario>> Acesso em: 30 de agosto de 2019.

FRÓIO, Liliana Ramalho., **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação subnacional dos Estados brasileiros**. 2015. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FRÓIO, Liliana Ramalho., **A prática internacional no nordeste brasileiro: reflexões sobre a atuação dos estados nordestinos**. In: NASCIMENTO, Angela; LIMA, Marcos Costa (org.), *O nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão* 2. Ed. Sudene, vol. 2, 2016.

HELD, David; MCGREW, Anthony., **The global transformations reader: an introduction to the globalization debate**. Cambridge: Polity Press, 2005.

HESS, Steve; AIDOO, Richard., **Charting the impact of subnational actors in China's Foreign Relations: the 2013 Galamsey Crisis in Ghana**, 2016.

HOCKING, Brian., **Localizing Foreign Policy: non-central governments and multilayered diplomacy**. Nova York: St. Martin's, 1993.

IFAD., **Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE): Missão de Revisão de Meio Termo.** 2017. Disponível em: <<https://operations.ifad.org/documents/654016/949b415c-f920-4973-8fc3-c96beaa697d2>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

INFORME PB., **Governo do Estado oficializa a criação do Empreender PB e cria o Fundo de Apoio ao Empreendedorismo.** 2017. Disponível em: <https://www.informepb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2232:governo-do-estado-oficializa-criacao-do-empreender-pb-e-cria-o-fundo-de-apoio-ao-empreendedorismo&catid=38:politica&Itemid=67>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

JENKINS, Rob., **India's States and the making of foreign economic policy: the limits of the constituent diplomacy paradigm.** Londres: Birkbeck College, University of London, 2003.

LESSA, José Vicente da Silva., **Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais.** Viçosa: Ed. UFV, 2007.

KEATING, Michael., **Regions and International Affairs: Motives, Opportunities and Strategies.** In. ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (eds)., **Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments.** Londres e Portland: Frank Cass, 1999.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S., **Power and Interdependence.** International Organization, vol. 41, nº 4, 1987.

KUGELMAS, Eduardo; BRANCO, Marcello Simão., **Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo.** In. VIGEVANI, Tulio; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.). **Governos subnacionais e a sociedade civil: integração regional e o Mercosul.** São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; FAPESP, 2005.

KUZNETSOV, Alexander S., **Theory and practice of paradiplomacy: subnational governments in international affairs.** Londres/Nova York: Routledge, 2015.

LECOURS, André. **Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world.** Netherlands: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael', 2008.

MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra., **A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930.** Rev, Brasileira de Política Internacional, vol. 55, nº 1, 2012.

MAIA, José Nelson Bessa., **A paradiplomacia financeira dos estados brasileiros: evolução e fatores determinantes, impactos e perspectivas.** 2012. 599f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais /Universidade de Brasília, Brasília.

MAIA, José Nelson Bessa., **Apontamentos sobre a paradiplomacia no Brasil**. 2004.

MAIA, José Nelson Bessa., **Políticas que impulsionam o desenvolvimento regional: a experiência do Estado do Ceará**, 2000.

MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa., **Os desdobramentos locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros**. 2011. 276f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais/Universidade de Brasília, Brasília.

MIKLOS, Manoela Salem., **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado Nacional: a experiência brasileira**. 2010, 149f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP E PUC-SP). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo.

MIKLOS, Manoela Salem., **Diplomacia federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas unidades constituintes**. São Paulo, 2011.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M., **Essentials of International Relations**. New York: W.W. Norton & Company, 2017.

NUNES, Carmen Juçara da Silva., **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NOGUEIRA, Gustavo Maurício Filgueiras; *et al.*, **Eixos integrados de desenvolvimento da Paraíba: uma visão estratégica para o estado**. João Pessoa: SEPLAG, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1730559-Eixos-integrados-de-desenvolvimento-da-paraiba-uma-visao-estrategica-para-o-estado.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu., **Manual do Candidato: Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Alagoas**. Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Bahia**. Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/ba>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Ceará.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/ce>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Pernambuco.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pe>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Maranhão.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/ma>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Paraíba.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pb>> Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Piauí.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pi>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Piauí.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pi>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Rio Grande do Norte.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/rn>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PORTAL DA INDÚSTRIA., **Sergipe.** Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/se>>. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do., **A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro.** In. Rev. Carta Internacional, vol. 13, n.º 3, 2018, p. 137-168.

PROCASE., **Ações do programa.** Disponível em: <<https://www.procasse.pb.gov.br/oprocasse>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

PROCASE., **Através do Procasse, Governo do Estado investe mais de 3 milhões em projetos produtivos de mulheres rurais.** Disponível em: <<https://www.procasse.pb.gov.br/single-post/2017/11/10/Através-do-Procasse-Governo-do-Estado-investe-mais-de-3-milhões-em-projetos-produtivos-de-mulheres-rurais>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

PROCASE., **Quem somos?** Disponível em: <<https://www.procase.pb.gov.br/oprocase>>
Acesso em: 29 de agosto de 2019.

PROCASE., **Procace realiza capacitações em comunidades rurais do Cariri paraibano.** Disponível em: <<https://www.procase.pb.gov.br/single-post/2018/02/27/Procace-realiza-capacitações-em-comunidades-rurais-do-Cariri-paraibano>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

REIS, Rafael Pons., **A ação externa dos governos subnacionais: um estudo da inserção internacional do município de Curitiba e do Estado do Paraná.** Brasília, 2012.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meireles., **Globalização e novos atores: as cidades brasileiras e o desenvolvimento da paradiplomacia.** 2008. 345f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ROCHA, Gustavo *et. al.*, **Potencial para a cooperação internacional em municípios selecionados do interior pernambucano.** 2007.

RODRIGUES, Amanda Araújo Rodrigues., **Edital de convocação: Empreender PB.** 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=2ahUKEwjf24SJ1cfkAhWXGbkGHTnmAzIQFjACegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.empreender.pb.gov.br%2Feditais%2Fdownload&usg=AOvVaw0bUiEF4bj6MozAXZWpEnVE>>.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio., **Impacts of globalization on strategies for competition in subnational governments: the case of Brazil.** In. Forum of Federations. 2003.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio., **Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros.** 2004. 255f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio., **Relações Internacionais federativas no Brasil.** In. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 51, nº. 4, 2008.

ROSENAU, James., **A Pre-History Revisited: World Politics in na Era of Cascading Interdependence.** International Studies Quarterly, 1984.

SALOMÓN; Mônica; NUNES, Carmen., **A ação externa dos governos subnacionais: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos.** Rio de Janeiro, vol 29, nº1, 2007.

SALOMÓN, Mônica., **Los Estados y municipios brasileños como actores de la cooperación internacional.** In. Revista Española de Desarrollo y Coperación, nº 22, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa., **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SATO, Eiiti., **A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**. In. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 1, nº43, 2000, p. 139-169.

SOLDATOS, Panayotis., **An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors**. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis. Federalism and International Relations: the role of subnational units. New York: Oxford University Press, 1990.
SOUZA, Gilvado Alves da Silva., **Projeto Cooperar: levantamento histórico da política de combate à pobreza rural no Estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial**, 2015.

STRANGE Susan., **Wake up, Krasner! The world has changed**. In. Review of International Political Economy, vol. 1, nº 2, 1994.

TAVARES, Rodrigo., **As Relações Internacionais do Estado de São Paulo**. In. MARCOVICH, Jacques; DALLARI, Pedro B. A., (orgs). Relações Internacionais de âmbito subnacional: a experiência dos Estados e Municípios do Brasil. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais/USP, 2014.

TAVARES, Rodrigo. **Paradiplomacy: cities and states as global players**. New York: Oxford University Press, 2016.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues., **O Banco Mundial e o combate à pobreza no nordeste: o caso da Paraíba**. Cad. CRH, vol. 21, nº 52, Salvador, 2008.

VIGEVANI, Tullo., **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: São Paulo e o contexto brasileiro**. In. CEDEC; PUC-SP; UNESP; FGV. Gestão pública e inserção internacional das cidades. São Paulo: CEDEC (1º Relatório Científico), 2006.

WEBER. Max., **Ensaio de sociologia**, vol. 5. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WALTZ, Kenneth N., **Theory of International Politics**. University of California: Berkeley. 1970.

ZERAOUI, Zidane., **Teoría y práctica de la paradiplomacia**, vol. 1. Monterrey, México: Manotiel & Soriano Editores, 2013.

ZERAOUI, Zidane., **Para entender la paradiplomacia**, vol 28, nº 1. Bogotá: Desafíos, 2016.

Apêndices

APÊNDICE A - Entrevista com o ex-diretor geral do Cooperar PB Roberto Vital

Tempo de duração: 50 min

Realizada em 12 de abril de 2016

A gravação foi feita com a entrevista em andamento, resultando numa quebra da transcrição.

(Roberto) Terminamos um projeto com o Banco Mundial que havia sido assinado em 2010 e implementado desde março de 2011. O nome do projeto é “Projeto de Redução da Pobreza Rural”. Com esse projeto nós alcançamos com ações efetivas 26 mil famílias em 157 municípios em 4 anos. Além de prestar contas, nós alcançamos 103% das metas. O desafio maior foi preparar uma nova proposta cujo conteúdo fosse diferente da anterior e fosse atrativo para o banco, porque o banco não queria repetir o mesmo projeto. Nós agora estamos concluindo o que iniciamos há um ano e meio: a elaboração e todas as fases de negociação e autorização do governo federal. Esses projetos são co-financiados pelo tesouro da Paraíba, mas necessitam do aval do Ministério do Planejamento. Este ano fomos o único projeto autorizado no Brasil, por conta da crise. As relações da Paraíba com o Banco Mundial já tem algum tempo, em torno de 30 anos, o primeiro projeto foi assinado em 1978. Realizamos o projeto de desenvolvimento rural do Brejo Paraibano, depois assinamos o PATO, o Programa de Apoio ao Produtor Rural, que teve duas versões, o PRPR, Projeto de Redução da Pobreza Rural, que também teve duas versões. Agora estamos inaugurando uma nova fase, novo projeto e novo feito, o PB Rural Sustentável. Esse sustentável tem a ver com todas as fases do projeto, esse projeto contém 4 componentes: o primeiro é fortalecimento institucional, através dele nós fazemos a capacitação dos proponentes e suas associações e cooperativas, conselhos municipais e fazemos nós mesmos, ou através de convênios com entidades, a capacitação; Ao componente 2 estão reservados 50% dos 80 milhões de dólares, 150 milhões do Banco Mundial e quase 30 milhões do Governo do Estado, com co-financiamento do Banco do Nordeste. O segundo componente relaciona-se ao acesso a água: poço, chafariz, pequenas barragens e tudo que for para facilitar o acúmulo e o acesso a distribuição da água, cisternas; ao mesmo tempo que diz respeito ao aumento da resiliência da caatinga: atividades relacionadas com a convivência com a seca, isso aí vai ser destinado aos 100 municípios de maior vulnerabilidade agroclimática. Temos indicadores que priorizam esses municípios e um formulário de identificação das demandas, fazemos um workshop com o conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável e dele obtemos as principais demandas.

(Leandra) Quais são as principais demandas?

(Roberto) Ainda não temos, estamos preparando e vamos também induzir porque eles não têm conhecimento. Há um conhecimento vasto nessa área da convivência com seca, mas ainda está mais a nível das universidades. Através da ASBRAER, que é a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, vemos qual região tem potencial e implanta-se uma unidade demonstrativa para que eles vejam e aprendam. E aí, sim, se instalam barragens subterrâneas, realiza-se a recuperação de matas ciliares e proteção de nascentes. Este seria o cultivo agro-ecoflorestal. Nós elencamos 14 prioridades, mas o projeto não vai se ater a essas 14. O terceiro componente são as alianças produtivas. Na versão anterior, nós chegamos a 509 comunidades e um terço delas foram com atividades produtivas. Essas atividades produtivas

nos propiciaram a desenvolver estruturas logísticas para cadeias produtivas. Por exemplo: o mel é tradicionalmente extraído com as mãos. Estruturamos 26 unidades de extração de mel para que o mel seja extraído em condições higiênicas. Na cadeia da galinha caipira, há um item que o mercado aceita muito e há insuficiência no mercado, por isso instalamos dois abatedouros em escala industrial: um na Lagoa de Roça e outro em Monteiro. Todos liderados por mulheres, que são muito proativas. Foram esses projetos que nos inspiraram a criar as alianças produtivas, que tem uma diferença para estes projetos produtivos que já estão funcionando, porque as alianças produtivas são concebidas à luz de uma interlocução com o mercado. Primeiro se vai aos agentes de mercado, e no contato com os agentes de mercado, se define o que o mercado quer, de que tipo, forma, com qual embalagem e padrão. Uma vez definido o perfil do produto que o mercado quer, se identificam os produtos que tem interesse, o perfil para atender aquela demanda do mercado e quais são os investimentos necessários para atender aquela demanda. Um exemplo é a área de produtos lácteos: uma vez definido o perfil do produto é que a gente vai saber qual tipo de máquina e qual tipo de prédio. Nos investimentos, o COOPERAR assegura, a título de subsídio, 70%. E temos um convênio com o Banco do Nordeste, já temos grupo de produtores com 30% pronto, só esperando que a gente comece a operar. Eu costumo dizer que esse não um projeto de coitadinho, é um projeto para apoiar empreendedores. O empreendedor se não tem dinheiro, tem ideia, tem conhecimento do que vai fazer e sobretudo tem nome limpo na praça. Eu coloco isso porque aqueles críticos que enxergam numa perspectiva de “ajudar coitadinho”, aquele não diz nada, recebe tudo sem questionar nada, mas também o projeto dá em nada. Nesse formato, como estão as alianças, naquele projeto vai a vida deles, o cavalo do destino tá passando e eles tão pegando. E nós temos ouvido críticas. (...) O projeto também dá treinamento e depois de implantado o projeto nós damos dois anos de assistência técnica. O último componente é gestão, planejamento, monitoria e avaliação. Nós temos um grupo aqui de avaliação, uma equipe mínima, âncora, mas estamos trabalhando para contratar um grupo da universidade, um pessoal do CCSA, do curso de economia, eles prepararam os termos de referência. Para esse projeto, acabei de receber o e-mail confirmando para dia 16 e 17 de maio, em Brasília, a última oficina de negociação, no escritório do Banco Mundial.

(Leandra) Depois o projeto já entra na fase de execução?

(Roberto) Sim, espero que a partir de julho comece. Até lá são os preparatórios. Mas tem alguns pilotos que estão delineados e vamos assinar na solenidade de lançamento, a partir de 1º de julho colocamos o bloco na rua.

(Leandra) E como funciona, na execução, para identificar as comunidades? No caso do semiárido tem já o mapeamento das 100 cidades, mas saindo para outras áreas, como funciona?

(Roberto) No componente I do programa tem recursos para divulgação, nós vamos usar muito o rádio para atingir os presidentes de associação. Os presidentes de conselho são mais fáceis porque ficam na cidade. Nós vamos aos conselhos nos 100 municípios para visitar e fazer workshops, nos demais que tem direito a acessar as alianças produtivas não se precisa do conselho, são as associações.

(Leandra) São cerca de quantas associações?

(Roberto) Nós temos a meta de contratar 170 alianças. Esperamos que se dê em 4 anos, temos que deixar no mínimo um ano, para no último ano não ter contrato pra fazer, já estar cuidando das prestações de conta. Existem uns nichos de população que foge a essa questão da hierarquização da priorização, são os índios e os quilombolas, eles têm direito a tudo, independentemente de onde estejam. Aqui a gente faz questão de colocar isso na prática, a gente

tem ações com eles, específicas, principalmente com os quilombolas, estão mais adiantados, mais proativos e tem organizações cuidando deles. Com quilombolas, fizemos um censo, uma pesquisa censitária, de caráter científico, em 38 comunidades, abrangendo todas as atividades deles. Todos os indicadores ambientais, produtivos, de convivência familiar, composição familiar, composição da renda. Esse trabalho será apresentado no dia 25 de abril na UFCG, em Campina Grande. Nossa gerente de salvaguardas ambientais tá terminando o doutorado dela, essa foi a tese de doutorado dela.

(Leandra) Esses subprojetos, eu imagino que mobilizam muito várias entidades locais, universidades. Que tipos de entidades locais, seja na sociedade ou mesmo no setor privado você consegue mobilizar nesses subprojetos, para auxiliarem na execução?

(Roberto) Primeiro os conselhos, são formados pelas instituições locais e as associações. Os conselhos são interlocutores de primeira grandeza para nós. Depois as ações do MDA tem interface conosco. O que a gente mais buscou mas não conseguiu, foi a universidade. Ficamos felizes quando somos procurados, porque a universidade é imensa. Não é só a federal aqui mas também a de Campina Grande. A gente tem alguns trabalhos, alguns projetos, onde alguém da universidade buscou e a gente apoiou. A gente tem um convênio, inclusive.

(Leandra) Esse projetos são formulados baseados nos indicadores que você tem acesso e submetem ao banco ou impõe alguma restrição?

(Roberto) Eles impõem muito. Neste projeto, primeiro a gente faz uma carta consulta, a carta consulta sendo aprovada pela SEAIN do Ministério do Planejamento, o Banco Mundial aceita negociar, isso indica que eles são propensos a mobilizar técnicos deles, que vem periodicamente, por etapa. Vem, veem o que a gente produziu, criticam, deixam mais pra gente fazer, outras coisas a gente contrata pra fazer. É uma mão de obra, mas é gostoso.

(Leandra) Então são vocês que procuram eles pra fazer esses projetos?

(Roberto) Sim, e eles aceitarem é um privilégio muito grande. Porque projetos rurais, no Brasil, eles só financiam em 10 estados e no último governo nós estivemos muito próximos de perder essa condição. É diferente porque o banco tem recursos para investir no mundo inteiro e esse projeto que estamos fazendo com as alianças produtivas é pioneiro para a política do banco no mundo. Nós estamos sendo piloto nessa estratégia de alianças produtivas.

(Leandra) O senhor tem que ir lá fazer uma palestra com os alunos de RI.

(Roberto) Pode ser, a gente vai e apresenta. Temos interesse em divulgar, até para o conjunto da universidade ficar sabendo.

(Leandra) E a escolha das comunidades? Os outros projetos têm um escopo mais restrito, mas nesse último vocês abarcaram todos os municípios, com exceção de João Pessoa...

(Roberto) A exceção de João Pessoa é porque o Banco não financia metrópoles, então a capital sempre fica de fora. Mas o espaço que a gente busca identificar demandas é o conselho. O conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável, CMDRS, que tem suas regras, o presidente não pode ser funcionário da prefeitura, 80% da sua composição tem que ser de associações ou cooperativas. Pra não ficar um conselho de técnicos...

(Leandra) É enviesado?

(Roberto) É. E como vai se dar isso? Nós fazemos uma primeira apresentação e deixamos dois formulários com eles e deixamos técnicos do campo para orientar no preenchimento desse formulário, quando terminam, trazem pra nós e aqui fazemos a seleção daquelas demandas que a gente julga de maior viabilidade. A essas que nós consideramos, vamos fazer uma visita de

previabilidade, vai uma equipe interdisciplinar para ver aquilo que está posto ali se é viável. Feito isso, contratamos, por edital, uma empresa pra fazer os projetos. São várias atividades, então tem que ser uma empresa que tenha conhecimento. Ali vem tudo, desde a barragem subterrânea, barragens superficiais, bem técnico, recomposição de matas ciliares, de nascentes de rios, repovoamento da caatinga com essências melíferas, e por aí vai.

(Leandra) Tem que avaliar solo, parte ambiental, tem um série de avaliações técnicas.

(Roberto) Exatamente.

(Leandra) Envolve outros órgãos do governo do estado?

(Roberto) De certa forma sim, a gente envolve também de modo transversal. Várias secretarias, como a Secretaria da Juventude, com a qual nós temos trabalhado porque vemos que não há jovens, está reduzindo o percentual de jovens no campo. Nas comunidades estão cada vez mais presentes anciãos e mulheres que a gente chama de viúvas de marido vivo, mulheres que os maridos migram para trabalhar. A mão de obra no campo está ficando cada vez mais escassa. Então quem escapa da ação do craque, migra para outro centro. Nós já tivemos mais de uma oficina de trabalho com a Priscilla Gomes, secretária da juventude. E a gente pretende fazer um trabalho com eles. Idem para a secretaria da Mulher, a gente quer avançar nesse sentido, temos resultados claros e indicadores que o trabalho com a mulher surte mais eficiência, maior chance de êxito em projetos liderados por mulheres, a gente tem como comprovar isso. O que não foi feito, esperamos fazer agora, é um acompanhamento sistemático, por parte da Secretaria da Mulher, agora estamos mais juntos e vamos atuar nesse sentido.

(Leandra) E órgãos do governo federal, dão as caras?

(Roberto) Não, dão não. Noutras oportunidades tínhamos, tínhamos a SUDENE, mas isso há anos, antes da SUDENE acabar.

(Leandra) Ministério do Desenvolvimento Agrário?

(Roberto) É, tem muito “auê” do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Muito “auê” e muito “elefante branco” produzido por aí. A gente não atua até por divergência de método. Eles não fazem convênio com associações, só fazem com governo. Eles fazem com a prefeitura ou com governo do estado. Aí a comunidade fica de braços cruzados olhando eles trabalharem. Sem nenhuma interação, 100% o desperdício, porque são todos fechados. E eles podiam fazer convênio com o COOPERAR e seria feito. Mas eles não querem porque o COOPERAR é muito proativo e termina empanando as vaidades políticas, pessoais deles.

(Leandra) Então a partir do momento que faz o convênio com o Banco Mundial é total a autonomia do COOPERAR?

(Roberto) É, o COOPERAR é autônomo, regime especial e autônoma, nenhuma secretaria, é autonomia plena.

(Leandra) Então vocês têm contato direto com o banco, sem passar por nenhum órgão, nem dentro do estado?

(Roberto) Nem dentro do estado.

(Leandra) Quero aproveitar a oportunidade porque eu sei que o senhor tem uma vasta experiência em gestão pública, já passou pela prefeitura também, pra perguntar como o senhor enxerga essa área internacional para o estado? O que pode contribuir? Com a experiência que vocês têm com esses organismos internacionais, como a Paraíba pode se internacionalizar mais?

(Roberto) Com certeza, um curso como esse de Relações Internacionais, o conhecimento propiciado por ele eu entendo que facilita a oferta de mão de obra para implementar projeto desse tipo. Porque aqui a gente primeiro recruta as pessoas dessa vez agora por critério mais técnico e a partir daí é que a gente vai treinando. O Banco Mundial participa disso, duas vezes ao ano se faz treinamento de gestão, em técnica fiduciárias, em modelos de gestão para projetos apoiados pelo banco. Nós mesmos temos um departamento, que estamos estruturando, de gestão e desenvolvimento de pessoas e também no componente I, fortalecimento institucional, tem muita capacitação para os organismos que trabalham com a gente. Nesse sentido, se a gente se aproxima mais do curso, quem sabe vocês nos supram de alguns elementos para compormos essa capacitação a partir de vocês. Seria uma benção.

(Leandra) Dentro da estrutura do governo, como seria o caminho para internacionalizar mais? Uma estrutura específica para a área internacional, seria relevante? Como o senhor enxerga isso?

(Roberto) Mais que enxergo, eu sonho. Eu sonho que os resultados desse PB rural sustentável deve nos conduzir para nos transformar numa agência de desenvolvimento. Nessa condição a gente ganha status, inclusive, pra ter mais de um projeto e quem sabe a gente não se torna o grande empregador do curso de vocês.

(Leandra) O senhor sentiu alguma mudança de inserção internacional do estado com a mudança de governo, ou não? Isso interfere?

(Roberto) Interfere. Quando nós assumimos aqui em 2011, fazia um ano que projeto estava assinado e não tinha sido implementado porque o foco do governo, antes de Ricardo assumir, vivia há um ano na quebra de braço política entre Maranhão e Cássio Cunha Lima, e aquilo engessou o estado. O Banco Mundial chegou pro governador Ricardo e pediu pra ele suspender aquele contrato e fazer um novo. Ricardo e ponderou e disse a gente ia assumir, o estado da Paraíba não se dar esse luxo de perder mais um ano, dois anos, com elaboração de projeto. Nós vamos assumir e vai dar certo. Ele já me conhecia da prefeitura, me chamou e deu certo, acho que a atitude foi correta. Então interfere, por isso que eu sonho em transformar em agência porque então seria mais complicado de interferir.

(Leandra) Existe a possibilidade de uma assessoria junto ao governador, algum gabinete? Essa forma de tratar as Relações Internacionais dentro da estrutura seria uma possibilidade?

(Roberto) Acho que existe esse espaço. Mas não é ocupado. Na Secretaria do Planejamento tem uma pessoa, Álvaro Paiva, ele anota, cuida das atas, da agenda do secretário, ele tem esse contrato. E outra com a Cida, o PROCASE, mas esse não conseguiu, enquanto nós atingimos, no mesmo período, alcançar 103% das metas, eles chegaram a 5%.

(Leandra) Por que será?

(Roberto) Gestão. O gestor tem que ser audacioso.

(Leandra) Vocês fazem parceria exclusivamente com Banco Mundial ou buscam outros parceiros, outras instituições?

(Roberto) Não, a gente trabalha só com o Banco Mundial. Agora a gente sonha.

(Leandra) A gente tem interesse em visitar algum desses municípios que foram beneficiados por esses projetos de vocês. O senhor tem alguma indicação de qual seria um bom município para isso?

(Roberto) Você deixa o contato aqui e a gente te coloca no nosso roteiro pra ir com o nosso pessoal.

APÊNDICE B - Entrevista com o diretor técnico da Emater Vlamínck Saraiva

Tempo de duração: 55 min e 09 seg

Realizada em 25 de abril de 2016

(Leandra) O senhor poderia nos explicar um pouco da formação da Gestão Unificada?

(Vlamínck) A gestão unificada foi uma determinação do governador, através de um decreto, onde nós tínhamos a EMEPA, que é a empresa de pesquisa do estado, a assistência técnica de extensão rural, que é a EMATER, e temos o INTERPA que cuida do reordenamento agrário, ou seja, é um órgão que faz a política pública agrária do país através do crédito fundiário. Através dele as pessoas compram a terra e pagam por ela por meio de financiamento que pode durar entre 10 a 20 anos. Então o que o governador fez? Com o pensamento de fazer com que as instituições interagem entre si com o intuito de beneficiar, da melhor maneira possível, a população da zona rural, ele inteligentemente uniu essas três instituições numa só e aí chamou de gestão unificada. A gestão tem um único presidente que é o doutor Rivaldo, um único diretor administrativo, mas todos os diretores técnicos das instituições foram preservados, visto que a parte fim de tais instituições é técnica. No caso, eu sou diretor técnico da EMATER. O diretor da EMEPA é o Dr. Manoel Duret e o do INTERPA é Francisco Elias Ramos. Com isso, a sede da EMATER estadual passou a ser sede administrativa das três instituições; A UTE, que é a Unidade Técnica do Crédito Fundiário, passou a ser a Diretoria Técnica da EMATER e do INTERPA; E a estação experimental de mangabeira passou a ser a sede técnica da EMEPA. Já estamos no segundo ano de gestão unificada e, já fazendo uma avaliação, nós avaliamos positivamente esse processo. Conseguimos unir de maneira mais fluida as empresas, as ideias, fazer com que as ações pudessem chegar de forma mais articulada aos agricultores, às organizações e associações cooperativas. E vem dando certo, a sociedade já entendeu melhor esse processo e está acreditando mais em nosso trabalho, coisa que também ajuda a fazer os programas rodarem. Claro que por ser uma forma nova, é uma forma única no país no quesito de juntar pesquisa, a extensão e a questão agrária através de um crédito fundiário. Então por ser novidade, todo o país está voltando sua atenção para a Paraíba, para saber como funcionamos. Isso porque num cenário de dificuldade, que a assistência técnica rural passa, como por exemplo na Bahia onde foi decretada falência da assistência técnica de extensão rural do estado. Alguns estados tentaram fazer esse tipo de fusão mas não obtiveram sucesso por conta da forma executada, visto que apenas unificaram gestão e não a fundiram, como fizemos aqui. Aqui o governador preservou todos os direitos trabalhistas e institucionais das empresas. Se preservou todos os 3 CNPJs, com os direitos trabalhistas. A EMATER é selitista, a EMEPA é semi e o INTERPA também é selista, então ele preservou essa situação, diferente dos estados em que houve uma fusão. É uma experiência nova para a Paraíba e para o país. É tanto que temos a ASBRAER, que é a Associação Brasileira de Assistências Técnicas e Extensão Rural, onde todas as Emateres estão filiadas, e tendo seu trabalho monitorado e avaliado. Tem sido uma gestão bem unida e respeitosa, com cada um respeitando sua área e fazendo com que a gente possa avançar.

(Leandra) E a cooperação internacional? Como é que entra na gestão unificada, nessa estrutura?

(Vlamínck) A cooperação que a gente tem especificamente com a FAO é através da ABC, que é a Agência Brasileira de Cooperação, ligada ao Itamaraty e o Governo Federal, e ela surgiu de uma necessidade que alguns países têm, a exemplo da: Bolívia, Venezuela, Peru e Equador, de desenvolver a cultura do algodão, visto que ainda estão em um estágio muito preliminar na implementação de políticas públicas. Então a FAO, também querendo identificar e mapear

quem tem algum processo de desenvolvimento mais avançado nesta área, pôde, através de um termo de cooperação, levar expertise para esses países. Aí nós fomos identificados pela ABRAER, através do projeto de algodão, fomos contatados e aí começou a troca de informações, chegando na assinatura de um termo de cooperação sul-sul. Então nós estamos desenvolvendo o Projeto Algodão Paraíba, estamos no primeiro ano, e através dele vamos assessorar e assistir agricultores familiares desses outros países. Já assinamos um termo de cooperação técnica com a Bolívia e a Colômbia e também apresentamos esse trabalho oralmente na VI Conferência Internacional do Algodão, com tudo custeado pela FAO.

(Leandra) Então, foi a FAO que entrou em contato com vocês?

(Vlaminck) Isso. Através da ASBRAER, e aí a ASBRAER, sabendo que temos um trabalho desse tipo, nos contactou.

(Leandra) O Ministério das Relações Exteriores não teve nenhum papel aí nessa articulação?

(Vlaminck) Não o ministério diretamente, apenas a ABC. A FAO nos identificou através da ABC, que identificou a ASBRAER e esta, por fim, nos contactou.

(Leandra) E vocês tem alguma relação com a ABC nesse projeto ou mais com a FAO?

(Vlaminck) Com ambas, porque elas estão ligadas trabalhando juntas.

(Leandra) Em que fase está esse projeto do algodão, Vlaminck?

(Vlaminck) Está em implantação. A primeira missão que faremos é na bolívia ainda esse ano (2016).

(Leandra) E a participação de associações? Como é feita?

(Vlaminck) Esse projeto Algodão Paraíba nos permitirá também reorganizar os agricultores em torno da cultura do algodão. A cultura do algodão na Paraíba é histórica. Fomos um dos maiores produtores do mundo. A cidade de Campina Grande foi o segundo maior entreposto de algodão do mundo, sendo o primeiro em Liverpool. Então, a Paraíba, tradicionalmente e culturalmente, tem uma relação muito forte com o algodão e trabalhar essas famílias é também poder resgatar um pouco da história do estado. Através do projeto estamos também trabalhando a organização dos nossos agricultores em associações e cooperativas, até porque o Brasil ganhou uma ação internacional contra os EUA, em torno de 800 milhões de dólares, devido ao subsídio agrícola praticado na agricultura de lá. Então o Brasil entrou com essa ação, foi vencedor e esse recurso veio pra associação brasileira de plantadores de algodão, a ABRAPA. Esse recurso está lá e deve ser usado com os plantadores de algodão do Brasil, desde que estejam organizados em associações. Então qual é um dos nossos objetivos? Fazer com que a população das zonas rurais se organizem através de associações e, além disso, estamos reativando a associação estadual da Paraíba. Esse ano já vamos ter algo em torno de 160 agricultores reunidos, com seus plantios já iniciados, chegando a 280 hectares de algodão orgânico, nosso diferencial. Portanto, vamos organizar os agricultores nessa associação para em seguida tentarmos captar projetos e os recursos existentes. Assim seremos capazes de montar unidades de beneficiamento de algodão, custear o plantio desse algodão e assim, no segundo ano, pretendemos aumentar de 400 a 300% nossa área plantada.

(Leandra) O algodão colorido tb entra nesse projeto?

(Vlaminck) Sim ele também entra. Um diferencial do nosso projeto é que fomos os primeiros a estudar o mercado e a demanda. Já houveram várias tentativas de revitalizar a cadeia produtiva do algodão e um dos motivos para não ter dado certo foi o fato dos atores não terem garantia

de mercado, nem preço formado justo através de um contrato. Era um mercado informal, sem garantias. Então baseado nessas experiências negativas nós fazemos um levantamento do mercado, garantimos um preço justo e aí levamos para os agricultores e eles decidem se aceitam ou não. Assim fizemos contato com várias empresas e no primeiro ano fechamos contrato com a NÓFio, empresa que faz a fiação e tem uma unidade aqui em João Pessoa, e a Cataguaz de Minas Gerais, que também fazem fiação, tecido e exportam. Conseguimos o bom preço, o mercado e a partir daí montamos alguns polos espalhados na Paraíba para plantação em Patos, Curimataú e no agreste, também planejamos expandir para o sertão no próximo ano. Essa é a diferença desse projeto: garantir mercado. Fomos também buscar as sementes. Não existia semente no mercado e aí a NÓFio tinha essa semente, então articulamos esse fornecimento. Recebemos também um alemão chamado Alexander Grizar, dono da empresa que domina 90% do comércio de redes de dormir de algodão orgânico. Ele soube do nosso projeto e veio nos visitar. Nos reunimos e eles estão interessados em fechar contrato conosco para participar do segundo ano do nosso projeto. Então os atores podem vir, conhecer nossa metodologia para vender o projeto e participar da visita ao campo. Temos toda uma dinâmica para iniciarmos o projeto de negociação.

(Leandra) A cadeia é longa, né?

(Vlaminck) É sim!

(Leandra) E essa parte internacional do projeto, como vai ser essa cooperação com a Bolívia? Quais serão as ações?

(Vlaminck) Iremos propor para FAO a realização de um plano de trabalho, para que pudéssemos usar lá fora a nossa metodologia aplicada de assistência técnica e extensão. E não só a parte de assistência técnica, mas também de associações, cooperativas, a questão de logística, de informação de políticas públicas e programas de governo que podem auxiliar no trabalho deles. Portanto, primeiramente faremos um diagnóstico desses países, fotografamos sua realidade para que possamos traçar nosso plano de atuação e depois iniciarmos com as demais formas de implementação. Está previsto o intercâmbio de agricultores nossos, levando a expertise para lá e trazendo a dos agricultores estrangeiros para cá. Tendemos a levar não só a questão técnica, tendo em vista que existe uma propriedade e confiança maior na comunicação entre agricultores do que se simplesmente só chegássemos com os termos técnicos. Dessa maneira, com o intercâmbio de agricultores, ocorre uma troca de experiências, o que já realizamos aqui internamente.

(Leandra) Esse é o primeiro projeto de cooperação internacional de vocês?

(Vlaminck) Sim.

(Leandra) E esses polos de agricultores que vcs tem no estado são escolhidos para serem implantados de uma forma específica, visto que já têm uma cultura prévia de algodão, ou vcs incentivam novos agricultores a entrar nesse processo?

(Vlaminck) No primeiro ano nós tínhamos alimentação de sementes, com uma quantidade apenas para plantar 300 hectares. Mesmo com todas as dificuldades do início do projeto, decidimos escolher primeiro observando o perfil de cada polo, sua tradição no plantio de algodão e onde teríamos a melhor capacidade de gerenciar no que concerne à localização, para que pudéssemos dar uma maior assistência. Depois disso, e apesar dos baixos índices pluviométricos, decidimos expandir para outras regiões e novos agricultores. Para o ano que vem já temos uma demanda maior para expandir a todas as regiões do estado, atingindo novos agricultores. A nossa maior limitação é a produção de sementes orgânicas, o que só será corrigido a partir do terceiro ou quarto ano de projeto. Para facilitar isso, iremos fazer um banco

de sementes onde na colheita já se reserva uma quantidade suficiente de sementes para o plantio seguinte. Isso também dá uma maior liberdade ao agricultor por não depender apenas das semente de empresas. Então estamos atraindo novos mercados, pondo em prática uma metodologia onde o próprio agricultor possa discutir diretamente com o comprador e participar do processo de tomada de decisão, excluindo intermediários que possam lucrar no meio do processo.

(Leandra) A EMBRAPA-ALGODÃO está participando desse projeto?

(Vlaminck) Sim. Não fazemos nada sem a parceria deles por conta da questão institucional, visto que eles são referência e não poderíamos trabalhar de forma dissociada. E é um grande parceiro nosso.

(Leandra) Apesar de ser uma experiência recente de cooperação internacional, qual o seu balanço geral de pontos positivos e as dificuldades em relação a essa cooperação com um organismo internacional?

(Vlaminck) Eu não costumo encarar como dificuldade, costumo encarar como desafio. Ao colocar na posição de desafio, podemos ter uma perspectiva melhor do que encarar, sejam problemas ou dificuldades. Mas, acho que, por ser uma experiência pioneira no país, eu avalio a relação da gestão unificada com esses órgãos de maneira positiva. Contudo, existem a questão da distância e das burocracias, para que possamos chegar na formalização, porque enviamos o contrato com os termos e existe uma demora para que esses contratos cheguem. São questões burocráticas relativamente normais, mas eu as encaro positivamente e vejo uma grande oportunidade de ampliar isso, de não ficar somente na questão do algodão mas sim que possamos ampliar para todos os nossos outros projetos, inclusive para a questão dos alimentos tendo em visto a sua potencial crise de escassez global. E a produção alimentar da agricultura familiar, mais que a agricultura em larga escala do agronegócio, é um nicho de mercado específico que remunera melhor os agricultores, mas existe um grande desafio ainda que é organizar as cadeias produtivas e os agricultores. Esse é o maior desafio. E para quê? Para que tenhamos escala de produção, periodicidade na oferta de produção e qualidade dos produtos. Esse é um grande desafio nosso. Temos aproveitado essa chance pra tratar com a FAO sobre essas outras áreas, não apenas com o algodão. Recentemente fizemos um contato com um representante de um grupo chinês para tentar exportar outros produtos da agricultura familiar. Atualmente a China tem crescido em projeções geométricas e tem importado muito. Pernambuco já tem dois termos de cooperação com a China e é interessante destacar que a China não faz termos de cooperações com as instituições, mas sim diretamente de estados para estados.

(Leandra) E esse interesse internacional começou com essa parceria com a FAO ou vcs já tinham vontade de se projetarem?

(Vlaminck) Tínhamos grandes interesses e tentamos buscar de várias formas, mas é muito desafiador para uma instituição de um estado relativamente pobre como o nosso, onde os grandes investimentos estão agora sendo feitos por uma condição política e econômica do estado, conseguir se projetar assim. Nós vemos os estados vizinhos das regiões sul e sudeste conseguindo se projetar externamente e a Paraíba não, mas estamos tentando articular e buscar. Acredito que a partir desse contato com a FAO e com a China se abrirão muitas outras possibilidades.

(Leandra) Na sua visão, como é que a Paraíba poderia se internacionalizar mais? Como você acha que isso seria possível? Talvez se uma assessoria internacional ajudasse nesse sentido dentro de algum gabinete do governador ou até separadamente?

(Vlaminck) Ajudaria muito. Uma assessoria que pudesse estar articulando as demais secretarias para que elas montassem seus portfólios e ficassem de forma aberta, organizada, para estar entendendo o desenvolvimento não só do estado, mas mundial, certamente conseguimos atrair muita coisa pra cá. Agora confesso que não sei como esse processo se daria. Mas, assim, pelo o que eu conheço do governador, ele é bem antenado nessa área. Contudo, ninguém faz nada sozinho e é preciso que se monte uma equipe pra fazer isso. Sabemos que ele tem captado alguns investimentos para o estado, temos melhorado muito nessa questão nos últimos anos. Primeiro temos que nos estruturar, e eu acredito que é isso que ele tem feito, capacitando os órgãos para depois implementar. Mas não tem sido fácil, principalmente por conta da crise política e econômica brasileira.

(Leandra) A FAO faz muitas exigências para vocês? Ou vocês têm uma certa autonomia para tocar o projeto?

(Vlaminck) Não. Até então não foram feitas grandes exigências, apenas as burocráticas e legais de qualquer termo de cooperação. Mas, como o plano de trabalho ainda não foi feito, não tivemos tanta demanda. Apenas quando nós atuarmos efetivamente em conjunto é que poderemos avaliar.

(Leandra) Depois de firmada essa parceria com a FAO, o Governo federal teve alguma participação? Interceptou de alguma forma o projeto ou após firmada a parceria virou uma relação entre vocês e a FAO diretamente?

(Vlaminck) Todos os passos feitos têm sido feitos com a ABC e estamos satisfeitos até então em ambos os lados. Tanto é que eles já iniciaram o processo de negociação com a Colômbia e o Peru, que são países que precisam organizar seus setores produtivos e desenvolver políticas públicas, para que levemos nossa expertise para lá. Claro que em determinado momento não será apenas com a EMATER, teremos que envolver mais o estado com questões de legislação, assembleia e etc. A gestão unificada permitiu uma melhor articulação nossa com os três poderes. Hoje nós somos a maior representação do estado nos municípios, a EMATER está em 223 municípios e nós conseguimos fazer bem tudo que nos é solicitado. Somos uma das maiores empresas do estado, por estarmos em todos esses municípios, por consequência, também temos a segunda maior folha de pagamentos do estado. O secretário de finanças percebe isso, mas não olha nosso trabalho. Todos os anos fazemos com que, através das políticas públicas, de crédito rural, seguridade agrícola, e de comercialização, sejam injetados mais de R\$200 milhões do setor privado no estado. Além disso existe o trabalho social que fazemos, nosso lucro é o desenvolvimento social.

(Leandra) E no caso específico dessa cooperação técnica vocês precisaram passar por algum trâmite estadual?

(Vlaminck) Não, foi tudo direto com o ABC e a FAO, através da ASBRAER.

APÊNDICE C - Entrevista com a presidenta da PBTur Ruth Avelino

Tempo de duração: 50 min

Realizada em 26 de abril de 2016

A gravação foi feita com a entrevista em andamento, resultando numa quebra da transcrição.

(Ruth) 98... 97% dos turistas que chegam a PB são turistas nacionais. E não é só aqui não. O grande fluxo de turistas no Brasil é de turistas brasileiros. Inclusive é uma grande falha, né? Um país da dimensão do Brasil, que um país continental, um país gigante, recebe em torno de 6 milhões de turistas estrangeiros por ano, isso é muito pouco. Aí você pega um país como o México, que é mais ou menos o mesmo jeito, tem a violência igualzinha, o tráfico de drogas lá mata mais do que aqui... É uma desorganização, nesse aspecto da segurança pública, mas eles recebem 22 milhões de turistas por ano. Porque eles investem mais. Porque o turista, o mundo é maravilhoso, né? O Brasil é maravilhoso, a Paraíba é maravilhosa, mas o Japão é, a China é, a Iugoslávia, a Austrália, enfim o mundo é maravilhoso. Então quem se promove mais vende mais e recebe um fluxo melhor. Então no Brasil a gente tem esse problema e na Paraíba principalmente, porque a Paraíba é um destino muito jovem. Enquanto Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, nem se fala que é a porta de entrada do Brasil, eles começaram a trabalhar o destino... divulgando há 50, 40 anos, a gente tem o que? Essa empresa tem 40 anos mas fazendo um trabalho consolidado, certo mesmo é 30 anos. Então a gente tem um fluxo pequeno e a gente tem mercados muito prioritários. O que são mercados prioritários? Primeiro aqueles que tem voo direto, ou pra Recife ou pra Natal. Porque hoje você pegar um destino como a China por exemplo, você passa dois dias pra chegar em João Pessoa. A Austrália a mesma coisa. Então a não ser que seja um cara muito aventureiro e queira muito conhecer um destino como esse, faz um sacrifício de passar 48 horas viajando. Então a gente tem os mercados prioritários que são os que tem voos diretos pra Recife e Natal e tem pra Rio ou pra São Paulo com conexões imediatas, ou seja, que o cara vai esperar duas horas no máximo para fazer uma conexão porque aquelas conexões que 9 ou 10 horas também matam a pessoa. Então a gente trabalha muito aqui a América do Sul: Argentina, Chile, Uruguai... A gente tem um trabalho já consolidado na América do Sul e na Europa que são nos países que tem um foco especial que é Portugal, Espanha, agora a gente tá melhorando mais com a Itália até depois dessa Fiat aqui, que foi instalada na fronteira. Então a gente tem um trabalho bacana começando com a Itália, com a França... mas muito é Portugal e Espanha. E estamos começando agora com os Estados Unidos, porque agora também tem voos diretos pra Recife. Esses são os mercados que a gente trabalha. Daí, você pergunta: “Ruth, por que vocês não fazem trabalho com a Rússia?” Porque não interessa. Porque não é estratégico, porque a gente vai jogar dinheiro fora. Então um Estado pobre como o nosso tem que ter muito foco nas suas promoções. A gente tem esses mercados prioritários, que inclusive, não sei se vocês sabem, mas a Embratur, que é o órgão do estado que faz essa promoção internacional, ela tem um mapa de todo o Brasil e ele mesmo determina quais são os países prioritários para aquele estado trabalhar. Quando ele determina isso, é onde ele bota dinheiro. Então a gente vai fazer uma promoção em Portugal e a gente pediu apoio da Embratur, eles nos ajudam com recursos, mas se a gente quiser fazer na Rússia, aí a gente não tem. A não ser que a gente queira gastar dinheiro nosso mesmo. Porque não é na ficha de estado dele um país prioritário pra gente, entendesse?

(Leandra) Era isso que eu ia te perguntar, como era essa promoção dessa imagem, a escolha dos países... e quais são as ações que vocês fazem pra promover a imagem...

(Ruth) A escolha dos países é pela estratégia de acesso. É a facilidade pra ele chegar aqui. Então esse é o primeiro parâmetro. Outra coisa que a gente tem um foco muito grande é no...

(Leandra) Isso é vocês que fazem ou é pela Embratur?

(Ruth) Não, a gente que faz em parceria com eles, né? A gente sempre conversa porque também não adianta ele chegar e dizer “ah, porque você vai trabalhar agora Austrália” e a gente “oxente, mas por quê?” Então é muito combinado isso. Por exemplo, os Estados Unidos não faziam parte da gente. Não era um país prioritário, aí depois que os voos chegaram aqui a gente foi lutar para mostrar pra eles que a gente podia trabalhar. E a gente tá com um fluxo bom aqui, sem a gente fazer quase nada nos Estados Unidos, quase zero, a gente já tá recebendo um fluxo bom. Então pra você ver, né? Que a chegada de um voo... aí já chega lá, chega na rodoviária, num aeroporto, pede uma informação turística, e já diz, “ó, aqui pertinho já tem um estado bacana”, essa coisa da indicação que faz com que eles venham. Então hoje, como a gente tem a fábrica da Fiat, a fábrica da Fiat tem muita gente trabalhando ou morando aqui já. Morando ou em apartamento ou em hotel, com uma casa alugada. Aí já vem a esposa do cara, já vem o pai, a mãe, os irmãos, os amigos... Então você pergunta que tipo de ação a gente faz. Bem, a gente trabalha muito com as operadoras de turismo. Você sabe a diferença da operadora pra agente de viagem? Vou explicar. Faz mal não porque as vezes nem quem trabalha com agência de turismo sabe disso. A operadora é como se ela fosse a mãe da agência. A operadora é aquela que chega no hotel e negocia a tarifa mais em conta, chega com o receptivo que é aquele que te deixa no aeroporto, que faz os passeios, faz uma tarifa legal. Chega na companhia aérea e compra as passagens mais baratas, monta o pacote turístico. O pacote já tá incluído a hospedagem, algumas alimentações até, o passeio, a passagem aérea. Quando a operadora monta o pacote, quem vende é a agência de viagem. Então a operadora organiza o pacote que é vendido pela agência. Então nós trabalhamos muito com as operadoras desses países. Que são elas que já conhecendo o nosso produto, ela monta lá os pacotes para os agentes venderem e o povo chegar aqui. Então a gente faz muita capacitação, mostrando o que é o produto, mostrando o que é o atrativo, levando os hoteleiros pra mostrar o que é que eles têm, quais são os hotéis. Que hotel grande mais barato, tem hotel de luxo, tem resort, tem tudo isso. Então a gente vai pro trabalho e mostra o que a gente tem. Outra coisa que a gente faz é trazê-los pra cá. Porque uma coisa é você ir lá, mostrar um vídeo, mostrar um PowerPoint, bater um papo, outra coisa é quando o cara chega aqui. Quando ele chega aqui ele vê de fato o que é o produto. Aí ele vai, ele come a comida, ele faz o passeio, vai pra areia vermelha, vai pra Picãozinho, toma banho de mar, ele come a comida, enfim. Então a gente investe muito em trazer eles pra cá. Agora mesmo, em maio a gente vai receber vários grupos da Argentina, do Uruguai, de vários países porque vai ter um evento internacional em Porto de Galinhas e a gente vai fazer um pós-tour com eles aqui. Fora esse trabalho que a gente chama com o “público profissional” né, que a gente participa das feiras, que a gente sempre vai com a Embratur, Portugal, Argentina, Chile, Espanha, Alemanha, França, essas feiras que a gente vai com a Embratur. A Embratur compra um stand e distribui para os estados que querem participar e fora essas capacitações que a gente faz, a gente também trabalha com o consumidor final. Como é que trabalha com o consumidor final? É com a mídia direta, então a gente bota anúncios em aeroportos, aqueles painéis gigantes que os aeroportos têm, né? Nesses países estratégicos...

(Leandra) Especificamente da Paraíba?

(Ruth) Especificamente da Paraíba. A gente faz anúncios em revistas tipo Caras, a Veja deles. Essas revistas mais... pra o público que a gente quer. Televisão a gente nunca faz porque TV é muito caro, mas a gente investe nessa mídia, alguns jornais... mas mais revista porque a vida

útil de uma revista é maior que um jornal. E a revista não, você depois leva pra um consultório ou escritório, enfim, ela circula muito mais. Então a gente investe muito nesse tipo de mídia. E agora né? Mais recentemente, a gente tá pegando pesado com as redes sociais porque hoje é o grande filão né? Porque é mais barato e que tem uma penetração muito mais rápida e uma força gigante que a gente nem tem a dimensão. Quando eu assumi a PBTur, eu assumi em 2011, pra você ter uma ideia, a gente tinha 300 seguidores no Twitter, hoje a gente já tem 8 mil e tantos seguidores. A gente fez uma campanha bem grande pra... no Facebook, no Instagram...

(Leandra) Dá pra saber quantos estrangeiros seriam desses 8 mil?

(Ruth) Eu posso pedir pra eles fazerem um levantamento pra depois eles passarem pra vocês direitinho isso. Os acessos de outros países, né? Também porque a gente tem nosso site, inclusive ele foi repaginado agora e a gente também já tem ele na língua inglesa e na língua espanhola. Ele também já tem uma penetração e a gente bota vídeos da paraíba, é bem legal. A gente trabalha muito com isso. Então as redes sociais hoje é um peso muito grande no trabalho que a gente faz. Porque a PBTur é um órgão só de promoção. A gente aqui não faz obra, a gente não faz sinalização, a gente não cria novos roteiros, a gente só faz promover. Mostrar para o Brasil e para o mundo que a Paraíba existe e o que ela tem. Então a gente trabalha nessa área, entendeu? Obras, sinalização, essas coisas mais de infraestrutura, já é mais a secretaria do turismo e desenvolvimento econômico, que é a secretaria da qual a PBTur está ligada.

(Leandra) E o Prodetur?

(Ruth) O Prodetur é um programa que ele não é ligado a PBTur, ele é ligado à secretaria de turismo e desenvolvimento econômico. Quem é o coordenador lá é Fábio Maia. Esse Prodetur, o recurso é todo internacional.

(Leandra) E vocês recebem ou fazem uso disso?

Mulher, a gente recebeu uma vez. O governador era Madrugá, aliás o presidente daqui era Madrugá e o governador era Maranhão. Foi no final dos anos 1990, quando recebeu. Inclusive a gente tá com um no ponto, são 60 e tantos milhões. Não, são em torno de 40 milhões de reais que a gente estava pra receber pra investir em várias coisas né. Não sei em que pé tá. Era bom você procurar Fábio Maia. Ele é o coordenador do Prodetur que é o programa...

(Leandra) Então a maioria do recurso vem da Embratur? Não tem muita verba internacional não?

(Ruth) Não, a verba da gente é muito pouca. A gente investe sim, mas é muito pouco. Agora o peso maior que é a participação das feiras é toda a Embratur que paga. E a gente vai junto. Eu imagino que a promoção dessa imagem que vocês trazerem esse pessoal, levar, participarmos feiras, isso passa pelo governo federal, né? Passa. Quando a gente faz o Fantour, por exemplo, ano passado a gente trouxe 20 uruguaiois, aí foi a Embratur quem arrumou passagem, arrumou tudo e a gente consegue hospedagem com hotelaria, sempre tem essa parceria. Eles arrumam a passagem, a gente arruma hotelaria, alimentação, essas coisas, sabe? Tem outros, por exemplo, a gente vai receber agora os 4 maiores vendedores da Juan Toselli, que é uma super operadora de turismo que tem na Argentina. Aí nós bancamos tudo. Nós bancamos a passagem, estamos vendo a hospedagem. Agora é porque o empresariado daqui é muito parceiro. Então toda vez que a gente traz um grupo desses eles dão a hospedagem, a gente consegue a alimentação com a Abrasel que é a associação de bares e restaurantes. O pessoal do receptivo ajuda a gente com carro pra pegar, porque... é todo mundo precisando ajudar o outro, entendeu? A gente chama de trade turístico e é muito legal pra trabalhar. Aí eles reconhecem mesmo e sempre que eu

trago Caras, agora mesmo eu vou trazer a TV Aparecida, religiosa, que é aquela Claudete Troiano que faz as receitas, é sempre assim a PbTur entra com as passagens aéreas, os restaurantes arrumam a alimentação, o carro às vezes ou eu pego do Estado ou a Luck ou outra empresa nos ajuda. É sempre assim parceria que eu acho o melhor. Porque o poder público tá quebrado, né? Ninguém tem dinheiro não e quem ganha é eles. Eu digo assim o trabalho da PBTur é pra lotar bar, hotel, restaurante, aumentar taxi... agora eles também tem que dar uma força. A gente ganha porque vai e tem a geração de emprego, a geração de impostos, tudo isso que o governo ganha, mas eles são os principais beneficiados. Ninguém tem dificuldade de entender não. Tem um ou outro imbecilóide, um ou outro cara que não entende a história.

(Leandra) Bom eu queria ouvir um pouco a sua experiência, né? A gente vê que você tem muita experiência nessa área, já tá desde 2011, né?

(Ruth) Na verdade eu trabalho aqui desde 1991. Porque eu sou jornalista e entrei em 1991 como assessora de imprensa, né? Sou formada em jornalismo que é a área que eu atuo que é a promoção e divulgação... essa parte assim de mostrar e fazer a imagem da Paraíba. É uma coisa que eu já fazia quando eu era jornalista. Ai trabalhei 12 anos aqui, de 1991 até 2003. Ai quando Cássio Cunha Lima assumiu, eu saí e fui trabalhar com Ricardo na prefeitura de 2005 até... fiquei na secretaria de cultura também, mas na área de marketing... e quando ele ganhou pro governo, ele me chamou e agora estou aqui na presidência. Nem sonhava, nem queria nem nada, mas não é fácil não, é muito difícil.

(Leandra) Mas então... aproveitando agora toda essa sua experiência. O curso é o curso de relações internacionais, então o que a gente tá tentando fazer é mapear um pouco as relações internacionais na Paraíba, então ir atrás dos órgãos, ir atrás do setor público privado...

(Ruth) Pra poder atuar quando vocês se formarem depois.

(Leandra) Então, Ruth... já que você tem uma longa trajetória no governo, o que você avalia que o estado poderia fazer para se internacionalizar mais? Como isso seria possível pra gente também pensar dentro da academia isso? Quais as dificuldades também que vocês enfrentam?

(Ruth) Do ponto de vista do turismo, que é a área que eu atuo, que eu só posso falar dela, não posso falar do mercado, bolsa, agricultara, não posso falar de nada, né? Mas eu acho que o maior problema da gente é recurso. Que é pra trabalhar. Recursos. Recursos. Recursos. Pra promover, ora capacitar o povo aqui, tudo passa por dinheiro.

(Leandra) E se, talvez, buscasse esse dinheiro de fora? Você acha que isso é complicado?

(Ruth) Pra área de turismo, eu acho complicado. Acho que pra outras áreas não. Você deve ter visto que aqui recebe muito dinheiro pra essa área de agricultura familiar, abastecimento d'água, até pra essa parte de recuperação do patrimônio histórico, tem países que ajudam... essa parte social de ajuda aos povos porque tem um povo que vive disso. Tem países que vivem a ajudar os miseráveis, os doentes e os flagelados né... Agora, o turismo não. O turismo ainda é uma atividade muito levada na brincadeira. Aqui no Brasil nem se fala. E no mundo todo, assim.. não é todo mundo que encara o turismo com seriedade, não. Pensa que a gente é "gestor de entretenimento". "Ah, a menina cuida desse passeiozinho, desse barquinho aqui". Deixa que não sabe quando a gente mexe. A gente mexe com agricultura, pecuária, construção civil, a indústria em todos os níveis. De geladeira a cama, lençol, garfo, prato, talher... Meu Deus, é uma indústria fortíssima, mas a gente não é encarada com seriedade.

Então, por exemplo, eu não sei de nenhum recurso interno que vem pro Brasil pro Brasil se promover. Na minha área não tem não. Então é uma coisa que o Brasil vai ter que se virar e os governos brasileiros também pra se promover. Porque se for esperar de recursos internacionais pra isso... pelo contrário, eles estão atrás do dinheiro da gente lá pra poder mandar o povo pra cá. Tem operador lá que a gente faz “ei, vamo trabalhar a Paraíba” e ele faz “você vai dar quanto pra gente fazer esse trabalho aqui?” Então eles não querem mandar dinheiro pra gente não, a gente é que tem que mandar pra lá.

(Leandra) E se tivesse uma área internacional do governo? Uma secretaria internacional, uma assessoria internacional do gabinete?

(Ruth) Eu acho até que já tem. Olhe vocês têm que falar com Hilbor Jácome. Ele é o secretário de desenvolvimento econômico e é um cara que, já foi na primeira gestão de Ricardo, o gestor da Docas e agora ele cuida dessa parte. Não só ele, ele e mais algumas pessoas. Desde a época da prefeitura que existia. Inclusive um cara que tinha estudo isso. Um paraibano que tinha estudado esse curso de relações internacionais e ele veio morar aqui. Na época que Ricardo era prefeito, ele já veio dar um suporte sabe. Mas Wilbor é super legal e é ele que faz a ponto do governo e esses empresários e essas instituições financeiras, sabe... Pra onde ele atua, dá. Porque aí é importação, exportação, minha filha... tu sabe, né? Então eu acho que isso é uma coisa que precisa fortalecer mais. Até porque um governo... enquanto Ricardo for governador, né... porque não é porque eu trabalho pra ele não, mas Ricardo é um gestorzaço. Eu passei por muitos governos, né? Eu entrei com Ronaldo Cunha Lima, aí passei Ronaldo, Cícero, Mariz, Maranhão, Cássio, Maranhão de novo e agora Ricardo. E Ricardo, caramba. Ricardo tem uma visão bacana, sabe?

(Leandra) Isso que eu ia perguntar. Dentre os governadores que você passou qual você identifica que se preocuparam mais com a área internacional?

(Ruth) É... Eu acho que quem tem a visão mais moderna e mais arejada é... talvez tenha sido Cássio também e Ricardo levando a coisa mais a sério. Porque o que acontece com esse povo, mulher, cá pra nós, é que o cara acha que fazer esse tipo de relacionamento internacional é viver viajando pra passear. Esse menino Wilbor, que a gente estava falando aqui, ele passa o tempo todo longe da família dele trabalhando, buscando negócios, levando negócios. Aí o caba vai passear, leva mulher, leva menino, leva tudo. Sabe como é? “Ah, eu vou pro exterior... no Japão pra fazer uma missão”. Aí nessa missão leva todo mundo mistura tudo... não pode ser assim. É uma coisa que nessa gestão tem muito cuidado, sabe? Não pode misturar as coisas. Se o negócio é trabalho, vamos focar no trabalho. E a gente só viaja... depois que eu entrei aqui na PBTur, eu só viajei a trabalho. Acabou minha vida de turista. Eu tenho uma família que mora fora e quando eu vou pra uma feira internacional eu passo dois, três dias com ela. Já agoniada pra voltar porque aqui a cobrança é muito grande. Então é uma coisa muito séria, sabe? É uma gestão muito séria e que realmente busca resultados. Agora Ricardo não dá ponto sem nó. Ele não faz nada que não seja pro estado ganhar. Se for pro Estado só se lascar, ele tá fora. Pode vir o Rei da Arábia Saudita dizendo que vai fazer isso e aquilo aí ele vai a fundo e pesquisa, procura saber como é, onde a gente vai ganhar, onde a gente vai perder, como é que vai ser. Porque se não, você se deixa levar. Porque é muito fácil chegar uns caba fantasiado aqui e dizer que vai investir e que vai fazer... aí Ricardo vai a fundo pra saber que tipo de retorno... E outra coisa, tem gente que pensa em trazer investimentos internacionais pra cá, mas agora, a custo de quê? De acabar com tudo o que a gente tem aqui? Tem tudo isso que tem que pensar, né? Na área que eu atuo, alguns estados fizeram aqueles mega resorts que o turista chega, se soca dentro daquele resort e passa sete dias ali dentro. Não vai pra comunidade, nem olhar o que tem de artesanato, o que tem ali. Acabou com a comunidade, lascou ela todinha, porque às vezes destrói

o rio, destrói a mata, não fica nada. Ai será que é isso que a gente quer? A gente precisa de resort aqui? Será que a gente quer um resort desses que não quer interagir com a comunidade? Que não tem como gerar emprego pra comunidade? Aí ele não aproveita a mão de obra local porque o pessoal é tudo desqualificado, porque ele não tá afim de qualificar as pessoas porque ele vai perder tempo. O hotel tá sempre lotado, porque tem uma rede de comunicação muito grande. Mas sim, não gera um emprego, detona tudo, tudo que compra é de fora. Mulher, aí tudo isso precisa ser pensado, sabe? De vem em quando aparece uns caba de não sei das quantas e pede uma área pro Estado, aí quando a gente vai ver, o cara quer tudo e não quer deixar nada pro Estado, só com a promessa de lotar o negócio dele. Porque quem vai se beneficiar é ele. No máximo o aeroporto quando ele chega e faz um lanche ali no Bob's, entendesse? Pra gente tem vantagem? Então a gente tem que ter visão estratégica e Ricardo cobra muito disso da gente, sabe? Que é chato, mas ai você acredita que vai dar, mas quando vê, não dá em nada, enfim... Mas vocês sabem como é, a luta é muito grande, mas agora escolheram uma área maravilhosa... acho que talvez pra Paraíba, a Paraíba tá engatinhando e tem lugares em que se ganha dinheiro com essa coisa... esse curso de vocês, né? O ideal é que aqui comece, mas vai começar. Quando vocês conversarem com Wilbor, ele vai dizer em que pé está. (...) Já mudou muita coisa na cabeça dele, nas conquistas, nos avanços e retrocessos. Tudo isso pode acrescentar muito pra vocês. E eu aqui só cuido dessa parte no turismo.

(Leandra) Como funciona essa questão do turismo no interior?

(Ruth) Dê uma olhadinha nessa logo aqui. A gente criou essa logo e aonde a gente vai, a gente usa essa logo. Estande e visita. “Muito mais que sol e mar” que é exatamente o que a gente quer pra Paraíba. O que a gente quer dizer? Que a gente tem um litoral fantástico, nosso litoral é maravilhoso, 130 quilômetros de praias lindas, despoluídas, sem pedra, sem tubarão, sem nada, com o maior prazer. Mas a gente tem um Brejo, um Cariri, Curimataú, sertão maravilhoso, aí a gente tem um potencial, viu? Eu digo sempre, o paraibano ele tem uma autoestima lá embaixo. Aí ele acha que nada da gente presta e tudo é uma porcaria... só é bom o que é dos outros. Menina, aqui tem tanto lugar legal, tanto hotel no interior. Bananeiras, Areia, Cabaceiras, o litoral sul e o litoral norte, Campina Grande nem se fala. Aí é muita coisa legal que se tem. O negócio pra ser bom não precisa ser luxuoso não. É isso que a gente tenta mostrar pros empreendedores do interior. Que pra você ter uma pousadinha você não precisa estar com luxo, não. É importante é que a caminha esteja bem cheirosa, com um lençolzinho cheiroso, um chão bem limpo, a comida bem gostosa, o banheiro limpo, agora do jeitinho... com a chita mesmo, com uma coisinha de palha. “Não, mas será que a gente vai ter que investir em louça?” Use a louça que você tem! Mas que esteja bem limpinha, é esse o diferencial, sabe? E já tem. Não sei se vocês sabem, tem um lugar aqui chamado Lajedo do Marinho, fica em Boqueirão. Tem o Lajedo do Matheus que é bem famoso, né? Aí tem o Lajedo do Marinho que não é tão bonito, mas sabe o que a comunidade faz lá? Você acampa em cima da pedra. Ele tem tudo, você só chega com a sua mala e a sua roupa de cama. Aí lá ele monta a barraca com colchão e com tudo. É como se fosse um hotel montado em cima da hora. “É só você e seu marido? É você e quantos filhos?” Aí você dorme olhando pra lua. Menina, é maravilhoso. As estrelas brilham todas porque não tem luz. O banheiro é maravilhoso e tem uma pizzaria de lenha lá. Tu já pensasse que negócio inusitado? Aí os paraibanos não conhecem. Aí o povo vem do Rio Grande do Norte, dos Estados Unidos pra lá. E a gente não vai. O cara tem condições de receber até 50 famílias de uma vez só. Aí tem as crocheteiras que fazem crochê lá, mulher, é maravilhoso. Aí tem tudo, tem tanta coisa bacana, mas que a gente não valoriza. Aí você veja, um cara desses fez investimento em barraca, comprou não sei quantas barracas, e organizou, limpou, botou cordinha, tem o pôr do sol com sax. Muito legal e de vez em quando sai matéria. Eu mesma já fui lá, mas nunca fui pra dormir, eu doida pra ir pra fazer o pernoite. Porque meu marido é uma tragédia. Afe menina, ô homem abusado, só gosta de dormir no ar condicionado. Pra ir pra lá

tem que gostar de aventura, né? Aí você acorda e vai andar por aquele mato, aí tem um riacho, tu vai tomar um banho... menina, é bom demais. Pode procurar na internet.

(Leandra) Você tem o apoio de outros estados?

(Ruth) Não, a gente trabalha em parceria. A gente tem uma parceria muito grande com Rio Grande do Norte e com Pernambuco. Porque a gente é muito próximo, então a gente tem um projeto chamado Centro Nordeste. Que é até de uma operadora do Chile, que o cara quando vem pra cá, pra ele não ficar só em João Pessoa ou em Natal ou em Recife, ele vem pros três estado. Não recebe ajuda financeira, mas a gente se apoia. Um apoiando o outro. Esse grupo de Juan Toselli vai ficar aqui cinco dias aqui, três dias em Porto de Galinhas. Aí quando recebe um operador, recebe uma semana lá e mais uns quatro dias aqui. A gente tá sempre mandando um pro outro que a gente recebe. Porque aproveita a viagem né? Aí a gente se ajuda. Agora somos só nós três mesmo. É porque tem essa BR 101 toda reformada, toda novinha. Mulher, muito rápido. Uma hora e meia você está em Recife, duas horas em Natal, com estrada duplicada, segura. Então a gente faz esse trabalho assim, rota da BR 101 e também o Centro Nordeste. Agora dinheiro mesmo não vem, não. Eles não têm nem pra eles mesmos. Tá difícil. Mas é isso aí.

APÊNDICE D - Entrevista com o Ex-Secretário da Indústria e do Comércio do Estado Marcos Procópio

Órgão: Núcleo de Atração de Investimentos

Tempo de gravação: 1h e 26 seg

Realizada em 29 de abril de 2016

(Leandra) Nosso interesse é mapear um pouco essa trajetória internacional do estado. Estamos identificando pessoas importantes nessa trajetória e você está no topo da lista, então agradeço sua disposição em conversar conosco.

(Marcos) Não existia, de fato, esse papel no estado. Fiquei quatro anos lá na SETDE. Durante esse tempo, recebi vários alunos da graduação e do mestrado tentando abrir espaço para essa área de internacionalização. Tentei dar um enfoque que abrisse um espaço de formação, uma vez que se faz necessário aproveitar uma especialização específica, por isso vi que ali seria um espaço importante para abrir o mercado para especialistas trabalharem. E o estado não tinha uma porta de entrada e, na verdade, até hoje ainda não temos essa porta de entrada, não conseguimos empréstimos. Com a abertura do Brasil começou-se a desvalorizar esse tipo de interação dos estados diretamente com outras ações. Inclusive eu fiz várias viagens para tentar fazer uma interlocução com vários países. Então começamos a receber embaixadores e empresas de prospecção internacional para fazer investimento. Na época o Brasil estava numa trajetória ascendente, com uma vitrine boa, enquanto perdíamos esse rumo. E essa prospecção não ocorre só de dentro pra fora, “Brasil pra fora”, ela também tem que acontecer de dentro do país, porque todo processo de tomada de decisão da grande maioria das empresas está lá fora, mesmo elas existindo aqui, o processo de tomada de decisão é lá fora. Quem dita as regras, diz pra onde vão, como vão, são eles.

(Leandra) E como é que foi esse seu envolvimento com a área internacional?

(Marcos) Eu sempre trabalhei com a área de tecnologia, estou há 20 anos nessa área, e desde 2002 eu já dirigia projetos de cooperação internacional com empresas estrangeiras. De 2002 a 2010 tivemos um projeto de cooperação com a Europa. Tínhamos que enviar constantemente funcionários para Helsinki, tínhamos apartamento lá, ou seja, sempre fazíamos cooperação. É uma coisa que eu percebi nesse segmento é que mesmo fazendo as reuniões aqui, este ano por exemplo foram em Manaus e em São Paulo, com funcionários dessas empresas, a decisão sempre era tomada lá fora. Isso ocorre com várias empresas e em várias rodadas [de negociação], a decisão sempre está lá fora. Eles [os nacionais] não tinham o poder de decisão. Recentemente, aliás, semana passada, para que fosse feito um projeto de instrumentalização de P&D no Brasil vieram os suecos aqui na Paraíba, onde construíram um belo laboratório junto com os chineses. Hoje continuo fazendo esse trabalho na parte de tecnologia com as empresas estrangeiras e tudo é decidido lá fora, seja na China, onde é a matriz da empresa ou na Suécia. É necessário interagir com eles. Portanto, recentemente recebemos material de Taiwan porque é lá onde se localiza o P&D. Então, eu vi essa necessidade porque estávamos agindo localmente sem gerar resultado, e também a base de informações estava totalmente descaracterizada, ou seja, estava fora do padrão exigido pelas empresas para que fosse iniciado um processo de tomada de decisão. A informação contida aqui estava mais caracterizada como notícia do que como informação de fato. Vendendo beleza e não dados para a tomada de decisão de investimentos. Daí, vi que estava tudo errado e que era necessário reprogramar o processo. Mas foi uma briga muito feia conseguir mudar isso. Havia muitos problemas de comunicação, eu tive que refazer todo o processo de convencimento da importância dessa empreitada e de

reeducação das práticas. Porque existia um processo de formação e lá na frente eles queriam fazer diferente do que era aprendido. Eu saí do ideal para o efetivo. Do que era idealizado para o que era preciso ser feito e isso no começo, gerou muita confusão. Foi só depois, com o passar do tempo, que as coisas foram conseguindo caminhar.

(Leandra) A prática realmente acaba incrementando muito, né?

(Marcos) É porque se faz necessário adaptar sua linguagem para cada tipo de situação e circunstância.

(Leandra) E para cada setor em que se atua, porque não se sabe que área será escolhida pelo profissional que está se formando. Então ele precisa se adaptar a área escolhida.

(Marcos) Até para definir a forma de como nos vender, deu trabalho. Tive que fazer várias reuniões na secretaria, o pessoal tinha uma forma muito idealizada de como nos vender. Isso não adiantava, precisávamos nos vender de outra forma. Fizemos até um livrinho.

(Leandra) Eu ia até perguntar, como surgiu esse núcleo de atração de investimentos, essa ideia e esse propósito? Qual a finalidade?

(Marcos) Realizar a atração de investimentos. E fizemos, mas não foi fácil, as resistências internas no modus operandi eram muito grandes.

(Leandra) De forma geral, no governo?

(Marcos) De forma geral. Ou são pessoas muito novas com a mentalidade de pessoas mais velhas ou eram pessoas muito antigas que sempre faziam aquilo do mesmo jeito, funcionando como um balcão de varejo, e não entendiam que ou íamos lá fora, prospectar diretamente com o responsável pela tomada de decisão, ou a coisa não funcionava.

(Leandra) O governador teve algum papel na criação desse núcleo? Ou foi uma atuação mais da secretaria ou uma luta pessoal sua?

(Marcos) O governador sempre me deu abertura para que eu tivesse liberdade de atuação. Tanto é que ele não me demandava, me deixava livre, sabe? Para que eu fizesse o que fosse necessário e da forma que fosse necessária. Então comecei a interagir com os consulados, almoçava com cónsules, embaixadores, recebemos o embaixador da China, o diretor do banco de desenvolvimento chinês, o presidente da maior companhia de eletricidade do mundo, foram vários, ou seja, começamos a ganhar relevância. Só que aí, éramos eu e mais três ou quatro na equipe. Eu não conseguia dar todas as consequências necessárias, pois era um trabalho muito grande. Além do trabalho de deslocamento, porque basicamente quem se deslocava daqui da Paraíba era eu. Só tinha eu pra fazer isso e sair daqui de dentro. Aqui dentro não saía nada, não podia funcionar como um balcão de varejo local esperando alguém por extrapolação, que já bateu em todos os cantos e resolveu bater aqui. Não funciona, tem que ir lá. Com o tempo, comecei a ver que o setor industrial estava meio difícil de obter prospecção. E como no Brasil de hoje a maior parcela do PIB vem sendo por meio do setor de serviços, decidimos criar o núcleo.

(Leandra) E, como você destacou no início, a área internacional entra por várias portas no governo. No caso, na secretaria de indústria e comércio vocês estão com a área de atração de investimentos, agora estamos vendo o caso da secretaria de saúde envolvida em projeto de cooperação com o Japão, Estados Unidos... Então a área internacional vai entrando em várias portas. Você veria isso como uma possibilidade, primeiramente, no sentido de ter uma boa recepção e formar uma assessoria específica para que a área internacional pudesse gerir? E mais, se isso, você enxerga como uma forma de melhorar

essa área, no sentido de expandir e aprofundar sua gestão, ou isso não seria necessário? Porque sabemos que em alguns estados têm uma assessoria internacional no gabinete, uma secretaria internacional ou até uma sub secretaria internacional dentro do gabinete, e no estado da Paraíba isso nunca aconteceu. E, aproveitando a sua experiência, ficamos tentando entender por que não aconteceu e se isso não seria uma possibilidade?

(Marcos) Eu acho que por iniciativa dos governos, é muito difícil. Eu não gostaria da palavra assessoria, porque acaba personificando em uma única pessoa, mas sim em um núcleo. Se você cria um núcleo, existirá um conglomerado de pessoas que serão responsáveis por isso, como se fosse um “mini-Itamaraty”, responsável por esse todo tipo de comunicação. Isso todo estado deveria ter para que essa comunicação fosse feita de modo mais efetivo. Mas, infelizmente, isso é feito de forma totalmente amadora, não existe uma porta de entrada. Se as pessoas a nível nacional tentam entrar aqui e não sabem exatamente em qual porta bater, imagine quem é de fora. Então, eles não sabem quais são os valores que se utilizam ou de que forma faz a prospecção.

(Leandra) Vão apenas respondendo às demandas que aparecem?

(Marcos) Sim, e se responder, porque nem existe um pessoal qualificado para fazer essa resposta. Se vocês [analistas internacionais] souberem se vender melhor, vão conseguir abrir muito espaço no mercado. Porque na minha opinião até as prefeituras deveriam contratar esse tipo de serviço. A prefeitura de João Pessoa não tem nem secretário de desenvolvimento, para você ter ideia. Ou seja, o nível de interação dela com o mundo é zero. Eles ficam tentando resolver questões locais sem olhar para fora, não existe um pessoal qualificado para isso. Não sabem nem o protocolo para resolver as questões, muito menos se posicionar, porque existe um protocolo de posicionamento para receber essas comitivas internacionais. Até na forma de sentar, onde, quando e como [etiqueta, respeito às diferentes culturas etc]. Eles sentavam e deixavam os convidados todos em pé.

(Leandra) Achando que é tudo igual em qualquer lugar do mundo.

(Marcos) Chegava um embaixador para um almoço e eles [a prefeitura] não compareciam, apesar do almoço ter sido marcado com um mês de antecedência. É preciso respeitar a cultura de cada país, então se um governo manda um prefeito a determinada cidade é necessário que ao chegar ele converse com alguém da mesma patente, do mesmo nível de cargo. Não adianta mandar alguém de cargo inferior, pois eles entendem isso como um ato desrespeitoso. E por não conseguir entender a cultura de cada ambiente perdem-se contatos. Teve um senhor italiano que chegou aqui e se sentiu ofendido e destrutado, aí o funcionário dele, representante dele aqui no Brasil, ligou pra mim e eu fui lá reverter a situação. Em cada cultura existe um determinado tipo de cortejo, de ato educado ou não.

(Leandra) Esse núcleo poderia até ficar encarregado de fazer workshops com gestores, né?

(Marcos) O núcleo era pra ser responsável por toda parte de prospecção em todas as situações existentes. Eu coloquei a parte de investimento porque estava trabalhando na SETDE e precisava de uma colocação específica. Se eu usasse a palavra “internacionalização” eles não iriam ter a menor ideia do que era aquilo ou pra que servia. Além disso, se faz necessário dar uma trabalhada no pessoal daqui de dentro. Quando eu estava lá tentei fazer uma espécie de “coach” com o pessoal, se eu os deixassem soltos eles não saberiam o que fazer. Então se treinarmos o pessoal aqui de dentro para que eles saiam com alguma noção do que pode ser feito na prática, com todo esse conhecimento acumulado conseguiríamos entrar nos ambientes e justificar a existência dos núcleos. Consequiríamos nos vender e expandir esse espaço de trabalho.

(Leandra) E qual seria a percepção do governador a respeito da internacionalização?

(Marcos) Ele era mente aberta. Era de interesse dele. Na verdade as coisas para ele depende muito de quem vai vender. Se você vai e vende o projeto bem ele compra a ideia, assim como eu fazia na época. Existia até uma certa resistência quando eu dizia que precisava de uma passagem para fora do Brasil. As pessoas diziam “Nossa, vai fazer o que fora do Brasil? Passear é?” A nossa lógica ainda é muito provinciana em relação a isso, precisamos abrir mais.

(Leandra) Eu não diria que é apenas a nossa, tendo em vista que trabalhamos especificamente com esse tema aqui dentro, já pesquisamos sobre muitos estados, vimos que muitas províncias na Inglaterra agem de forma semelhante, mas tentamos pegar casos mais avançados na tentativa de conversar e tentar implementar aqui. Mas existem muitas dificuldades semelhantes em outros locais.

(Marcos) Você pode abrir espaço dentro do Sebrae, dentro dos governos... eles tem que aprender a fazer isso pois não sabem. Quem faz alguma interação efetiva hoje é a secretaria de ciência e tecnologia, porque a parte de tecnologia precisa de cooperação internacional. Eles tiveram recentemente na Coreia e visitaram o centro de desenvolvimento e inovação do país. Lá [neste centro] não estão trabalhando com o ensino superior e sim com alunos do ensino médio.

(Leandra) Quem são as pessoas [da secretaria] com essa visão?

(Marcos) Francilene e Glauber que foram. Acredito que eu deva visitar também para conhecer mais esse ambiente.

(Leandra) Quem mais no governo do estado você nos indicaria para entrevistar, com a mesma visão sua?

(Marcos) Bom, quem ficou no meu lugar foi o Wilbor. Ele é a pessoa mais aberta, pois trabalha com importação, exportação. É a pessoa mais conectada com esse mundo.

(Leandra) Existia alguma relação com o Governo Federal, MRE, a própria ABC? Eles auxiliaram de alguma forma? Vocês os buscavam ou eles vinham? Como que é que funcionava isso?

(Marcos) Acontecia vice e versa, mas a maioria das vezes, eu que fui à Brasília.

(Leandra) Mas, eles ofereciam algum tipo de cooperação?

(Marcos) Ofereciam. Mas, todas as cooperações que o governo federal ofereciam eram pagas. A gente tentou organizar uma missão pra Alemanha...

(Leandra) Mas o estado deveria arcar com os custos da viagem...

(Marcos) Não só com a viagem, mas como no custo de organização de toda a missão. Sempre nos deparávamos com essa situação. Se a pasta do desenvolvimento não é uma prioridade, e o núcleo de internacionalização não está dentro desse contexto, ele também não caminha. O melhor programa social que existe é aquele que garante emprego. Não adianta termos profissionais educados e formado se não houverem vagas para eles. E aí recaímos de novo na necessidade do Estado em continuar amparado essas bases, e o pessoal não entende muito essa lógica. Quando trouxemos os call-centers para cá foi uma crítica muito grande, enquanto eu via isso como uma oportunidade de diminuir o nível de desemprego de jovens entre 19 a 24 anos, que na época passava dos 25%. Os jovens terminavam o ensino médio e não conseguiam espaço no mercado de trabalho, não tinham competência para entrar num curso superior público e nem dinheiro para fazer o privado, ou seja, eles estagnavam. Aí eles entravam numa maratona de

subemprego até galgar alguma experiência de trabalho que justificasse aumentar seu amparo. Então se fazia necessário uma política que fizesse com que o jovem trabalhasse e conseguisse continuar seus estudos. Portanto o pessoal da área de tecnologia achou esse molde e trouxe para que pudéssemos implementá-lo. Como consequência isso gerou uma proliferação de universidades particulares e agora o jovem consegue dar continuidade ao estudo após 6h de trabalho. Então daqui a 4 ou 5 anos teremos uma massa de pessoas mais qualificadas, uma vez que, durante o período do estudo, o jovem consegue também exercer a experiência profissional. Mas o trabalho de prospecção precisa ser continuado.

(Leandra) Como é que o setor privado (empresas) desenvolviam essas atividades do núcleo? Como eles participavam?

(Marcos) Na verdade, a gente prospectava e respondia às demandas. Tínhamos que estar sempre respondendo às demandas. As empresas nos enviavam uma lista das demandas mais variáveis possíveis, e o núcleo respondia através de diferentes métodos. Frequentemente interagimos com o pessoal do setor privado através de seus escritórios de capacitação e esses escritórios nos orientavam, visto que já tinham pessoal com muito tempo de experiência. Então eles demandavam o núcleo e o núcleo tentava responder da melhor forma. Eles juntavam os dados e o núcleo depurava tudo, filtrando dos dados teóricos o que de fato existia no mundo real.

(Leandra) Tem que checar a informação.

(Marcos) O núcleo verificava a veracidade de cada um dos dados recebidos, e muitos estavam só no papel. Não podíamos repassar essas informações erradas, por isso fazíamos a pesquisa de campo. Para as pesquisas de investimento era extremamente importante que a veracidade dos dados do nosso trabalho fosse confirmada quando questionada. Se eu fornecesse dados não verídicos todo o resto da negociação seria descaracterizado, por isso não podemos fazer de qualquer forma. Precisávamos tomar cuidado e se o cara está inserido em um processo de tomada de decisão é preciso reconhecer isso. Sabe outra coisa que fazíamos? Quando chegavam pessoas de fora, elas começavam a se debater com a burocracia brasileira de forma geral e eles não sabiam como resolver. Então o núcleo fazia essa interface, extrapolando até o que estava ao nosso alcance, porque uma coisa que é você fazer a ação, outra coisa era fazer o acompanhamento. Precisávamos das duas. Então faziam a atração, no segundo momento tínhamos a resposta demandando informação, e no terceiro momento era a fase de acompanhamento, que podia durar anos, e ninguém sabia fazer. Então era necessário que fosse feita a indicação de pessoas que pudessem resolver as demandas. Colocamos pessoas do núcleo para fazer intervenções, participando das reuniões, ou seja, tentando facilitar o processo como se fosse uma instituição de desburocratização. Se não houvesse isso, o pessoal de fora não sabia pra onde ir nem com quem conversar, podendo até encontrar com pessoas mal intencionadas [oportunistas] no meio do caminho.

(Leandra) Imagina as áreas que não tinham um núcleo desse? Tem que ter um núcleo para todas as secretarias, para que pudessem conversar com todas as secretarias.

(Marcos) Isso, imagine. E se saem pessoas do ambiente acadêmico e entram no núcleo sabendo efetivamente o que deve ser feito, ganhamos força. E a maioria desses ambientes, não só o setor público, como também o privado, sentem essa carência de tais profissionais.

(Leandra) Só pra finalizar, Procópio, quais seriam seus conselhos, digamos assim, pra ajudar na internacionalização do estado da Paraíba? Quais ações deveriam ser tomadas?

(Marcos) Não consigo descrever ações específicas, certo? Mas, sempre falo para o grupo de universitários que trabalha comigo sobre a necessidade de tentar sobre o “porquê?” e o “como?”, e eu digo que essas duas indagações começam pelo “quem?”. Precisamos trabalhar

primeiro o “quem?”. É preciso trabalhar no corpo de recursos humanos do estado de maneira efetiva para que se consiga fazer com que, independente que qual seja a ação e a legislação, isso funcione. Foram mais de seis meses tentando trabalhar esse ponto de gestão e metas com o NAI. Reforçando toda a cadeia, toda sua forma de interagir, trabalhando com cronogramas, para que a partir daí a gente conseguisse atingir o “porquê?” e o “como?”. Porque são essas pessoas envolvidas que vão saber abrir espaço e ressaltar a importância e quantidade de coisas que podem ser feitas através da internacionalização. E não se engane, todo esse impasse com a internacionalização não é só do Brasil lá fora, mas dentro das empresas estrangeiras também há esse tipo de dificuldade, ou seja não tem um grupo que faça esse tipo de interface. Precisam ser pessoas de fácil comunicação, que saibam trabalhar com a diversidade cultural, que interajam com várias áreas e que tenham conhecimento de vários idiomas. Temos que trabalhar as pessoas, fazer um descritivo do que essas pessoas poderiam fazer dentro desses espaços, descobrir quais atributos que essa ação desenvolve e proporciona. Na cadeia em geral, não há muita inteligência interna. Cada um fica dentro de suas equações específicas, equações ligadas ao ambiente social, e não conseguem se conectar ou interagir com o ambiente externo. São muitos benefícios que podem surgir a partir da interação entre diferentes áreas. Por exemplo, a área de ecologia tem muito a se beneficiar ao interagir com as Relações Internacionais, trazendo novos métodos e abordagens para o tratamento de água. Aí eu retorno ao “quem?": a especialização do núcleo poderia servir para dividi-lo em vários núcleos temáticos, um com a saúde, outro com o microcrédito, estudando como esses temas funcionam em determinados países, trazendo casos bem sucedidos de erradicação da pobreza aqui pra dentro. Existe muita oportunidade, mas é preciso saber se vender efetivamente. Então se desenvolver o “quem?” direitinho, eles vão saber o que fazer e em qual espaço gerar resultados. Uma coisa que frustra muito as pessoas é trabalhar em projetos de longo prazo, que precisem de maturação. Trabalhar em projetos políticos é complicado, a concretização não é garantida e leva tempo, por isso gera frustração. Existe todo um “*time*” para que a ideia seja apoiada, comprada e absorvida por todo o grupo. O Sebrae, por exemplo, tenta a décadas transformar o agricultor em empresário mas não consegue porque o agricultor não tem esse tipo de formação. Também já tentaram muitas vezes fazer internacionalização de empresa de calçado, tendo em vista do potencial exportador do nosso polo calçadista, mas sem trabalhar o “quem?” não tem jeito de responder o “como?” ou o “porquê?”.

APÊNDICE E - Entrevista com o diretor geral do PROFISCO Jefferson Dantas

Tempo de gravação: 30 min e 40 se

Realizada em 28 de junho de 2016

(Leandra) A gente pode começar falando sobre o surgimento do PROFISCO na Paraíba, como se deu esse processo?

(Jefferson) Esse processo se deu, na verdade ele começou a ser desenhado em 2009, com a participação da equipe técnica, o secretário, o secretário executivo e os gerentes que fazem parte da secretaria no tocante a arrecadação e fiscalização. O projeto foi concebido naquela época juntamente com o de outros estados. Atualmente esse fisco, no âmbito nacional, tem basicamente todos estados com um em execução, com exceção de três estados da região Norte (...) Nós começamos a desenhar isso em 2009, assinamos o contrato em 2012 (...) O projeto contempla, através de contrato, a execução até 2017, ou seja, em maio do próximo ano nós estamos encerrando a execução do projeto. (...) No âmbito geral, o projeto contempla uma modernização na estrutura fazendária do estado, contemplando áreas não só de receita, como também financeira, uma parte também contempla a controladoria geral do estado, a procuradoria do estado e uma pequena parte a secretaria de administração e a secretaria de planejamento, que agora são uma só, secretaria do orçamento, planejamento e finanças. Pensando, evidentemente, na modernização da estrutura do estado, o valor total de 7 milhões, a parte que cabe ao BID (Banco Interamericano de Desarrollo), em torno de 7,5 milhões de dólares e a contrapartida do estado de quase 1,3 milhão de dólares, então temos algo próximo de 9 milhões de dólares de financiamento, todo o projeto em dólar. (...) Já investimos um bom recurso na área tecnológica no início do projeto, quando a secretaria tinha um parque tecnológico bastante deficitário, e com esse investimento de recursos desse projeto, nós conseguimos (...) ações que vão desde a informatização até a capacitação, envolvendo também consultorias. É amplo, envolve as secretaria que frisei, principalmente a Receita, o maior volume de recursos é pra Secretaria da Receita. (...)

(Leandra) Esse é nosso próximo interesse: compreender os resultados desse projeto. Quais as ações que o projeto tem proporcionado, os resultados, até o momento?

(Jefferson) Algumas ações, como citei, começamos a executar o projeto em 2012, nós vislumbramos a seguinte situação: naquele momento, não estava se investindo em capacitação pensando na necessidade imediata nem em consultoria, a ideia era melhorar o que tinha em termos de infraestrutura para daí planejar as demais contratações. E foi assim que nós procedemos, em comum acordo com o banco. (...) Nós investimos muito em tecnologia, equipamentos, (...) máquinas compradas para promover ou fazer com que as ações de fiscalização pudessem acontecer, demandas junto a fiscalização, sistemas que precisariam ser desenvolvidos para melhorar o resultado de arrecadação do estado e essas demandas estavam um pouco paradas no tempo em função da falta de investimento na área tecnológica. (...) Fizemos isso de uma forma exitosa, nós temos hoje um parque tecnológico que melhorou consideravelmente, o que fez com que nós tivéssemos “n” ações voltadas à fiscalização e consequentemente resultados de arrecadação (...) com esse investimento. (...) Não fosse esse programa, PROFISCO, nós teríamos uma dificuldade muito grande de dar vazão as demandas da fiscalização. E vocês sabem, tecnologia e informação, hoje, é o que norteia, basicamente, os investimentos das secretaria de fazenda ou receita do Brasil todo. (...) Se investe muito em tecnologia. Pra quem trabalha com fiscalização é importantíssimo. E naquele momento nós decidimos isso: vamos prover a secretaria de tecnologia, melhorar a tecnologia. Fizemos isso e

estamos fazendo, é um processo que perdura de 2012 até 2017, isso com planejamento, vamos adquirindo a medida da necessidade. Agora já estamos em condições de pensar em algo um pouco mais distante do investimento em equipamentos, partindo agora para treinamento. Temos, agora no mês julho, a capacitação promovida para o pessoal da controladoria geral do estado, que é parte do programa. Temos capacitações que vão acontecer na Secretaria do Planejamento. Temos um planejamento de treinamentos e capacitações que vão acontecer de julho desse ano até março do próximo. (...) Atrelado a isso nós temos três consultorias envolvidas também nesse PROFISCO, duas em fase final de contratação e uma que está sendo desenhado o termo de referência. Tudo isso com objetivo de melhor organizar essas secretarias, do ponto de vista de pessoal, uma das linhas é essa de capacitação, e também de investimento em tecnologia. Indicadores nós temos vários, são 26 indicadores que são montados no projeto (...) Esses indicadores são monitorados, constantemente, nós temos um relatório (...) semestralmente, onde são avaliados esses resultados que temos até então. Nós temos missões, o banco vem com a equipe pra cá, observar e verificar o que realmente já foi feito, a previsão é que terminemos em 2017. Mas estamos com um processo bem complexo, em andamento (...) um projeto de amplitude maior, que é o que chamamos de e-processo, é uma espécie de gerenciamento eletrônico de documentos, que já existe nos tribunais. A gente tá fazendo na receita, o que outros órgãos já tem a nível federal ou até mesmo no estado. É uma coisa que o secretário à época queria nós fizéssemos, com alguma eventual sobre de recursos, que não foi exatamente uma sobra que aconteceu, nosso projeto foi contemplado, à época, a um dólar de 1,70, em 2012. O dólar flutuou bastante, tá flutuando ainda, e hoje nós fizemos um acordo com o banco (...) atualizar esse dólar, fechamos com o banco um dólar de 3,50, isso em dezembro, o dólar naquela época era 4,20, o banco por uma questão prudencial fechou em 3,50. (...) O fruto dessa diferença cambial, conseguimos propor ao banco outros produtos para adquirir. Conseguimos planejar outras aquisições, e uma delas, de grande porte, é esse sistema eletrônico de documento, GED, internamente chamamos de e-processo. A gente vai conseguir visualizar a tramitação dos processos de forma eletrônica. O auditor conseguir mapear o processo eletronicamente. Isso vai minimizar os custo internos da gente, custo operacional nosso, que é grande. É um projeto que está já em execução, que pretendemos finalizar em abril do próximo ano se der tudo certo, mas existe a possibilidade de prorrogar por mais seis meses para concluir as ações. Mas todas elas estão em andamento, a gente pretende chegar ao final de 2016 com 80% executados, ficariam faltando 20%. Uma das ações que também é de significância pra gente é uma consultoria e gestão de resultados na Secretaria de Planejamento. O projeto que eles tão em andamento está um pouco atrasado, mas estamos desenhando essa consultoria para um mapeamento melhor das ações do estado, que é uma coisa que a gente carece no estado da Paraíba. A gente espera que até maio seja concluída. São diversas que vão desde a área de tecnologia até consultorias. Atendendo as secretarias de Planejamento, da Receita, PGE, CGE e administração.

(Leandra) Você fala que por ser tão abrangente, envolve diversos atores, começando com as diversas secretarias mais as consultorias. A gente quer saber exatamente isso: quais são os atores envolvidos nesse projeto, tanto no âmbito do governo estadual, da sociedade e também do governo federal?

(Jefferson) Esse programa tem participação efetiva do Ministério da Fazenda, através de monitoramento, a gente manda relatórios para eles, quando eles pedem. Nós mandamos esses relatórios com alguns resultados que eles querem que a gente apresente. O BID tem uma equipe de especialistas que coordena esses projetos, aqui nós temos um especialista, ele é colombiano, monitora os nossos projetos, como monitora o Rio Grande do Norte e o Amazonas. Eles monitoram isso constantemente conosco. Além disso nós temos os atores internos: o próprio secretário, os secretários das outras secretarias, eles demandam as ações que são necessárias

para eles, porque quem executa efetivamente por contrato com o banco é secretaria da receita, quem contrata é a secretaria da receita. (...) Para executar não é uma tarefa tão fácil, no caso do PROFISCO, (...) em dólar, existe um acordo contratual, que parte dessas contratações sejam feitas pelas regras de contratação do banco, do BID, e outra parte pode ser com a legislação nacional, através de licitações nossas. Mas existe um acordo no contrato que parte são feitas com orientação e com as regras do banco, são as consultorias. Às vezes é um processo mais complexo de lidar. O banco prima muito pela qualidade: para o banco, você contratar um consultor de um milhão de reais, pode ser feito. Mesmo tendo uma consultoria com um valor menor, mas se você prova que uma empresa oferece condições técnicas melhores que a outra, na ótica do banco é melhor contratar a que tem o valor superior. Isso pras procuradorias gerais, pros procuradores do estado, às vezes não é tão fácil de aceitar essas ideias. Então alguns processos desses tem uma discussão maior, um envolvimento maior. (...) Não é o caso no nosso estado mas em outros estados da federação, nosso projeto é um valor razoável mas comparado a outros estados da federação é bem pequeno. (...) A gente sabe que no momento atual, de crise, no Brasil, investimentos com recursos do estado é difícil de imaginar agora, os estados estão preocupados em pagar suas folhas de pagamento. O que os secretários vem pedindo é que tenhamos todo o cuidado, toda a atenção, para conseguir trazer resultados significativo com o que temos. O recurso é pouco, é em dólar, mas é pouco pra demanda que nós temos. Eu diria que, em termos de resultados, o investimento que nós fizemos já trouxe tantos resultados do ponto de vista de fiscalização, arrecadação, que por si só ele já pagou o projeto. (...)

(Leandra) Você fala dessas normas, dessas regras, do BID ou mesmo do Ministério da Fazenda, isso impacta de alguma forma a autonomia da secretaria da receita para gerir esse projeto?

(Jefferson) O BID é muito participante do processo, então qualquer dificuldade que há, num determinado andamento de processo qualquer, eles sempre se colocam a disposição para ajudar. Nós temos uma autonomia considerável na execução do projeto. Agora, é uma execução que é acompanhada pelo Ministério da Fazenda, pelo próprio banco, então os resultados tem que aparecer pra que o banco análise e também o Ministério da Fazenda. (...)

(Leandra) O nosso interesse é conhecer exatamente como esses projetos chegam até o estado da Paraíba. De que forma essas instituições buscam ou isso vem do governo federal?

(Jefferson) Eu não participei do início do procedimento, depois a gente se inteirou do que foi mas no início a equipe de colegas que estava a frente à época planejaram isso conjuntamente com outros estados. Nesse período entre 2001 e 2009, o banco entrou em entendimento com o próprio Ministério da Fazenda, com as secretarias de fazenda dos estados da possibilidade de viabilizar essa linha de crédito, uma linha de crédito específica, que atendesse as áreas de fazenda, principalmente. O banco desenhou esse cenário de financiamento, aprovado pelo Ministério da Fazenda e aí se abriu essa linha. Os estados fizeram seus projetos, encaminharam, o Ministério da Fazenda avaliou, o BID avaliou e começou a desenhar esse casamento. O banco entra numa parceria nesse sentido, oferece a linha de crédito como outros bancos também. (...) Existe a possibilidade do PROFISCO II, novamente financiado pelo BID, mas vai se desenhar um pouco diferente a linha de financiamento, talvez pra atender um pouco mais a área financeira do estado. Aqui no estado nós temos a secretaria de receita, separada da secretaria de finanças. Uma cuida da receita e a outra, finanças, a parte de despesa do estado. Outras secretarias de estados espalhadas pelo Brasil se trata como secretaria de fazenda, uma só. Essa secretaria trabalha com as duas partes ao mesmo tempo. Aqui, por uma questão de governo, separou-se as secretarias. Já existe um pensamento do PROFISCO II que deve ser efetivada em 2017. (...)

(Leandra) Não houve então nenhum trâmite interno para aprovação do programa no estado da Paraíba?

(Jefferson) Internamente há os pareceres internos, Procuradoria do Estado, a Controladoria Geral do Estado é participante no processo porque isso gera uma despesa futura pro estado, ela tem que ter a noção de como isso vai ser pago. Tramita pela Secretaria da Receita, tramita pelo gabinete do governador. Mas eu diria que o fluxo mais doloroso é fora. O Ministério da Fazenda, se o estado estiver com um probleminha de execução em ação qualquer, para o processo. Tem estado que começou isso mais ou menos no mesmo período e ainda não assinou. Irregularidade fiscal, o estado está com uma pendência aqui ou acolá, pra assinar, pra que o Senado e Ministério da Fazenda aprovem, o Senado Federal entra também porque é uma linha de crédito externa, tem que aprovação do Senado Federal. O trâmite externo é muito grande até chegar a fase de assinar.

(Leandra) A Assembleia Legislativa Estadual participa?

(Jefferson) Não... Me parece que houve sim uma autorização da Assembleia, não posso te afirmar com certeza porque foi lá atrás mas o mais importante é a autorização do Ministério da Fazenda, que é bastante rigoroso na hora de assinar ou de fazer qualquer mudança de contrato. O banco recomenda fugir de mudanças no contrato, porque o trâmite é absurdo. (...) O grau de execução é doloroso, difícil. E é em dólar, tem que estar o tempo todo ligado na questão cambial, para mitigar essa questão, porque você ganha mas também pode perder.

APÊNDICE F - Entrevista com o presidente do Programa Eixos Integrados de Desenvolvimento Luiz Carlos Rangel Soares

Tempo de duração: 1h, 50min, e 92 seg

Realizada em 29 de junho de 2016

(Leandra) Pode começar contando um pouco da sua trajetória profissional e de que forma se envolveu e está envolvido com essa temática internacional?

(Luiz Carlos) Eu sou egresso da Universidade Federal da Paraíba, sou engenheiro civil, me graduei 1967 e aí fui fazer um mestrado na UFRJ, no COPPE, na Coordenação dos Programas de Pós-Graduados em Engenharia, na área de estrutura, para voltar a ensinar na UFPB, na qual eu era monitor da cadeira de estabilidade. Em 1968 houve um fato inusitado no Brasil, que foi o famigerado AI-5, e eu como líder estudantil que tinha sido aqui na Paraíba, fui degolado e proibido de frequentar qualquer universidade. Isso eu conto aos meus netos, eu não era perigoso, eu não sabia nem atirar num revólver. E isso é o que foi a minha geração. Depois eu fui processado pela sétima região militar, constitui um advogado e, enfim, depois de muito tempo, fui absolvido mas a ficha estava negra, como um elemento muito perigoso que não era nada disso, eu era muito idealista. Na Paraíba a gente tem uns certos conhecimentos e eu consegui, depois de estar fora já há algum tempo, em 1969, voltar a Paraíba e fui pra CAGEPA, que estava se formando. Eu que era um engenheiro estrutural de uma hora pra outra virei um engenheiro sanitarista, coisa que eu não era. Mas então nós começamos e um pouco com minha sensibilidade, vamos dizer, social, fizemos um estudo do por que as pessoas em algumas cidades do sertão da Paraíba não se ligavam na água potável que tinha. Fizemos todo um estudo inclusive coprológico, com a grande ajuda de uma assistente social que existia na Cagepa, Aldenira, nós fizemos esse trabalho analisando o perfil das pessoas que não estavam ligadas ao sistema, por que não estavam ligados, e qual era o reflexo disso na saúde de cada um. Exame de sangue, exame de fezes, com amostras significativas. E a questão técnica, conseguimos montar o sistema de cadastro de usuários que foi, sem falsa modéstia, um dos primeiros do Brasil que tinham consumidores reais, ativos, factíveis, porque eram aqueles que a rede de serviço passava e eles, mas por alguma razão financeira ou porque tinham água do vizinho através de mangueira, não tinham água, e os potenciais, que eram aqueles que não tinham o serviço porque não passava a rede. Publicamos esse trabalho e, naquela época, o órgão nacional de saneamento no Brasil era o Banco Nacional da Habitação e, em uma das missões a Paraíba eles viram esse trabalho, fizemos um curso de divulgação dessa metodologia, todas as empresas de saneamento vieram aqui à Paraíba. Depois desse curso eu recebi um convite da Organização Mundial da Saúde. Primeiramente fui pro Rio, passei seis anos trabalhando no Banco Nacional da Habitação, onde era referência nessa área, na área comercial, na área social, na área de micromedição, e depois, aceitando o convite da organização, fui pra fora do país. Porque para ser um consultor brasileiro, uma regra não escrita dizia que eu tinha que sair do Brasil. [...] Primeiramente, para República Dominicana, eu dirigi um projeto de cooperação, que era financiado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento, para o governo da República Dominicana, e depois recebi um convite da própria organização [OMS] para me filiar permanentemente, porque [até então] eram postos que eu tinha com tempo determinado, terminou o projeto, terminavam os vínculos empregatícios. Então fui para o México, coordenar uma cooperação técnica, um projeto sobre o uso eficiente de água em cidades. Fiquei no México seis anos e depois fui para Washington, para a sede da OMS das américas e lá fiquei até 2005. Rejeitei, já no final, uma transferência para Genebra [...] e em 2005 eu voltei ao Brasil, já na época de me aposentar, a idade de aposentadoria era 60 anos, me aposentei e voltei pro Brasil e passei muito tempo com consultorias fora do Brasil, com o Banco Mundial, com o Banco

Interamericano, com a Cooperação Suíça, com várias cooperações bilaterais eu comecei a ir a lugares do mundo, fui à Índia, fui à África, enfim, fui a vários países como consultor independente, sem um perfil institucional, porque eu já estava aposentado. [...] Em 2013 decidi me mudar pro Rio de Janeiro, já no Rio de Janeiro, recebi um convite pra ajudar na secretaria de planejamento, entrei pra secretaria e tive a sorte de coordenar um planejamento estratégico para o estado da Paraíba, que é um dos eixos integrados de desenvolvimento, que em 2014 foi lançado. Lamentavelmente, esse plano estratégico não foi institucionalizado, ou seja, ele não foi validado institucionalmente. Deveria ter ido para a Assembleia, ter sido aprovado, ter sido apresentado, e todas as instituições do governo adotassem como estratégia de longo prazo. É uma beleza de plano, no nível do governo de estado talvez um dos melhores do Brasil. Ele foi executado com recursos da Sudene, do Ministério da Integração, se não me falha a memória, e durante um ano e meio nós tivemos isso, uma coisa que entusiasmou a todos e teve um lançamento desse plano, muito promissor. É um plano que analisa a vertente de desenvolvimento em cinco eixos: o eixo do transporte de cargas, que analisa a questão rodoviária, a questão ferroviária, os portos, os aeroportos; a questão da energia, o estado é dependente, não produz energia, recebe do sistema brasileiro hidrelétrico, da chesf, mas as experiências de produção de energia, tanto energia solar como eólica, isso não estão muito desenvolvidas no nosso estado, então o plano apontava como solução para isso; tínhamos também uma vertente de desenvolvimento industrial, que era provisionar naquilo que o estado tem de responsabilidade, os investimentos privados que poderiam ser instalados na Paraíba vendo o que teríamos que fazer não só a nível de isenção mas a instrumentação de distritos industriais; a última vertente é a questão dos recursos humanos, que por surpresa pra mim, a Paraíba tem a maior densidade de PhD do Brasil, que é um nível de conhecimento que resulta das universidades, não só da Federal da Paraíba, como a Federal de Campina Grande. Então nós temos uma excelência técnica e muitas vezes não existe uma contribuição institucional ao estado e ela fica no campo da pesquisa, tá entendendo? Sem nenhuma má intenção, no academicismo. Sem aquela conotação prática, realista. Mas esse plano todo pontua uma das coisas mais importantes: que nada é perfeito. Eu, durante a proposta, fui voto vencido, no que era a vertente mais importante pro nosso estado: os recursos hídricos e a segurança hídrica. Estávamos vivendo um processo de integração de bacias, com a bacia do São Francisco vindo integrar, no caso específico da Paraíba, o Piranhas-Açu, a bacia do Rio Paraíba, com três vertentes de água e que, de uma maneira geral, viabiliza muito os insumos necessários ao nosso desenvolvimento. Mas essa vertente faltou e eu lutei para, mesmo depois de terminado, conseguir recursos para desenvolver um novo componente da segurança hídrica, ajustando algumas atividades dos outros componentes. Infelizmente, em seguida veio a crise e a falta de recursos, principalmente recursos que viabilizam obras de inauguração. Enfim, esses são estudos importantes pra vida e esse plano foi uma das minhas melhores experiências profissionais. E eu tive a oportunidade de conhecer meu estado e suas potencialidades. Depois de 30 anos fora do meu estado e do meu país, eu tenho essa oportunidade.

(Leandra) E como esse projeto foi idealizado? Essas experiências internacionais de alguma forma foram utilizadas para compor o projeto, pensar o projeto? Há parcerias internacionais também?

(Luiz Carlos) Em princípio, a CNI, no afã de ajudar o desenvolvimento do Brasil, promoveu vários planos regionais. Uma no Sul, uma no Nordeste, no Sudeste, no Norte, que eram planos de caráter estratégico que davam uma maior condição de análise das regiões. Isso foi feito em muitas regiões através da CNI, com recursos da iniciativa privada e terminado esses planos, ou com esses planos em andamento, o governo atual da Paraíba aterrissa nesta coisa no nordeste, no estado da Paraíba, com a mesma metodologia, a metodologia consistia na: identificação das cadeias produtivas, de todos os produtos importantes do estado e à partir dessas cadeias

produtivas, que não necessariamente são atividades agrícolas ou pecuárias, mas industriais também, e através dessa identificação, verter isso pra eixos que possam viabilizar mais ainda a exportação, o consumo, o transporte desses produtos. Só para exemplificar, a Paraíba, dentro de algum tempo, será o segundo polo cimenteiro do Brasil. Como viabilizar uma atividade industrial, a fabricação de pré-moldados, não só o próprio cimento, isso o plano cuidava. Foi uma experiência magnífica que eu tive a sorte de coordenar tecnicamente, mas com a consultora e com muitos recursos. Agora sobre a questão internacional: evidentemente que essas metodologias vêm de experiências internacionais, então se no Brasil, por exemplo, o Nordeste Competitivo, como se chamavam esses planos regionais, através da CNI, elas baseavam-se em algumas metodologias que tiveram êxito. No caso específico, eu acho que é um pouco de uma metodologia francesa. (...) A Paraíba com essa proposta estratégica, de alguma maneira, despertou interesse técnico de algumas agências internacionais com as quais eu, coincidentemente, já tinha trabalhado, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano a CAF, Corporación Andina de Fomento, que é uma instituição de cooperação técnica financeira para américa do sul que já tinha o financiamento na Paraíba na área de estradas e aí começamos a ver essa perspectiva. Primeiro um ponto muito importante: o excelente grau de endividamento que a Paraíba tem, a Paraíba pode se endividar. Normalmente eu não sou um defensor dos empréstimos internacionais, nem da internacionalização da economia, não é por aí. Mas em muitas das comissões de empréstimo, os bancos multinacionais, como o Banco Interamericano e o Banco Mundial, eles têm juros mais baixos e têm condições de pagamento melhor, com um período mais longo até o início dos pagamentos. Esses bancos normalmente têm essas facilidades. São bancos que apoiam o desenvolvimento do país e nós não estamos vendo que esses bancos são formados pelo capital internacional, que castiga, não. São bancos onde o Brasil é participante, é interessado, de uma maneira geral. Então essa cooperação técnica, de alguma maneira, se interessou ou se interessa ainda pela Paraíba, por quê? Primeiro esses aspectos de facilidade no crédito, e por outra, a Paraíba é hoje, apesar do desenvolvimento que nós tivemos nos últimos seis anos, antes disso eu não conheço os níveis de crescimento, apesar dos resultados positivos no crescimento do PIB, redução da pobreza, da miséria, a Paraíba ainda é um estado onde 50% da sua população está abaixo da linha da pobreza e mais de 10% abaixo da linha de pobreza extrema. Mas houve um progresso. A Paraíba, dentro do nordeste brasileiro, foi o estado que mais cresceu, que mais reduziu a pobreza. Não é nada competitivo que estou falando, é conferencial, a gente tem que ter referências dos outros estados na mesma situação. (...) Como eu já tinha trabalhado em projetos com o Banco Mundial, na América Central, apesar de hoje não conhecer [as pessoas], já que os meus contemporâneos na OMS e no Banco Mundial já estão aposentados, como eu, de qualquer maneira eu conheço os procedimentos. Por exemplo, o Banco Mundial é muito restrito nos projetos. Nas licitações, obriga que sejam licitações internacionais, obriga critérios de projeto, enfim, são muito rígidos em alguns aspectos técnicos. Dificilmente a gente vê aditivos em contratos de obras financiadas pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano, é uma coisa muito responsável. Como a CAF também. O que tá havendo hoje com a crise, apesar de toda essa capacidade de endividamento que o estado tem, são algumas dificuldades sérias, como por exemplo, o projeto com a CAF, a Corporación Andina de Fomento, já se encontra aprovado no SEAIN, a secretaria de assuntos internacionais, todo o projeto; a segunda fase que é caminhos da Paraíba II, já foi aprovado, desde setembro de 2014 e por uma questão de ajuste fiscal no estado ele não passou na COFIEIX, que manda para o senado para o senado autorizar o Governo Federal a validar um empréstimo externo. Então desde dezembro de 2014 estamos com esse empréstimo, que são 250 milhões de dólares, e uma contrapartida de 105 milhões de dólares do tesouro do estado, e estamos encalacrados com isso. E qualquer outro projeto, por exemplo, de segurança hídrica que estamos concluindo a carta consulta, para submeter ao SEAIN, seguramente também vai ter esse mesmo percalço com dois indicadores, um é a receita do estado frente aos gastos de pessoal

direto, que não pode ser superior a, acho que, 49%. Apesar de enxugar, de ter atividades para diminuir esse gasto, a crise reduziu a receita, então se você aperta num lado, tratando de reduzir os cargos de comissão, incentivar mais a aposentadoria, todas as medidas que você tem do lado da redução das despesas, você tem uma diminuição da receita do estado crescente. Nós estamos nesse percalço, e não se vê, na minha modesta opinião, no curto prazo, uma perspectiva. Os organismos internacionais tem uma facilidade (...) e apesar de toda essa perspectiva boa, a gente não tem conseguido furar esse bloqueio. Que é um bloqueio, vamos dizer, de ajustes, mas os organismos internacionais tem algumas ferramentas que a gente utiliza. Por exemplo, enquanto não reprovado o projeto de segurança hídrica que são 325 milhões de dólares sem contrapartida do estado, dividido entre o banco mundial (USD 125 milhões) e o banco europeu (USD 200 milhões). Não há um endividamento imediato do estado, o endividamento vai ser com o empréstimo para pagar a juros muito baixos. E nenhuma agência, nem o BNDES, tem esse sistema. Volto a dizer: não é uma apologia ao crédito internacional público, digamos assim. Porque esses bancos eles vivem de créditos dos países, não é uma coisa privada. Mas eles tem alguns instrumentos que facilitam, por exemplo: são recursos não reembolsáveis. Na preparação do projeto o Banco Mundial viabilizou quase 300 mil dólares para preparar tudo: ver a questão das barragens, pois estamos falando de segurança hídrica, a viabilidade, os estudos de impacto ambiental, e isso antigamente se dizia “a fundo perdido”, hoje eu corrijo sempre, não é a fundo “perdido”, é fundo sem retorno. E tem algumas coisas curiosas que vale a pena salientar: dos 250 milhões de dólares já aprovados para um empréstimo caminhos da Paraíba II, a parcela de contrapartida do estado, que são 105 milhões de dólares, o Banco Europeu, que tem sede em Luxemburgo, manifestou o interesse de ser contrapartida da CAF e livrar o estado de um comprometimento orçamentário. Mas o projeto já está aprovado e esperávamos ao sair do COFIEIX mudar isso e permitir a entrada do banco europeu que trata de segurança hídrica. Infelizmente não foi aprovado e já entrou em sessão no COFIEIX quatro vezes e todas vezes sai da pauta porque o PAF (Programa de Ajuste Fiscal) do estado não permite. Não é que o estado não tenha feito, é que a situação não permite. Se a receita diminuiu você não vai controlar despesa demitindo funcionários. (...). Com a experiência que eu tenho em projetos similares fora do Brasil, que eu passei mais de 30 anos, 26 anos institucionalmente, e depois com meu retorno ao Brasil, já aposentado, eu me transformei em consultor independente, passava 8 meses em projetos fora do Brasil. Eu acho que é um bom momento, infelizmente a gente vive uma crise com desdobramento político muito forte e fiscal, nem se fala. Eu não sei, honestamente, meu conhecimento chega até aqui, eu não sei o que vai acontecer, lamentavelmente. Agora, tenho certeza que a Paraíba tem essas ferramentas, partimos na frente de muitos estados, e temos algumas características, como essa dos recursos humanos, que eu falei, mas, por exemplo, a infraestrutura rodoviária da Paraíba é a melhor do estrada estadual do nordeste e a quarta do Brasil. Você tem 223 municípios, todas as sedes municipais estão ligadas por uma rodovia pavimentada. Isso foi feito nesse programa, caminhos da Paraíba I, e o II seria ter uma perspectiva maior, de não só ligar as sedes municipais como também os polos de desenvolvimento. Nesse planejamento a gente verificou que muitos dos produtos da Paraíba que tem relevância nacional não incorpora-se nada para o estado da Paraíba. Por exemplo, o coco da Paraíba, lá de Sousa: a água de coco é uma das melhores do Brasil. Se vocês vão no Rio de Janeiro e tentam comprar uma água de coco lá, você pode tomar que é muito boa, é da Paraíba. (...) O valor agregado dessa potencialidade é mínima. A água de coco que sai da Paraíba não é engarrafada na Paraíba, e hoje o Brasil tem uma exportação significativa de água de coco para os Estados Unidos, mas não há valor agregado. Por isso eu valorizo muito o planejamento nesse sistema dos eixos integrados, porque a gente pôde perceber isso. É uma pena que não tenhamos conseguido, evidentemente por causa da crise, institucionalizar isso, mas é uma perspectiva importante a ser visualizada: não existe valor agregado em alguns produtos. A Paraíba importa muito milho e o custo desses produtos tanto da exportação quanto da

importação são onerados porque não temos o sistema ferroviário, que seria o mais recomendado. Então nesse projeto dos eixos integrados, a grande prioridade na questão do transporte de carga é recuperar a malha ferroviária da Paraíba. Antes de vocês nascerem, você ia de João Pessoa até quase o final do estado, o trem era um Maria Fumaça, eu tô falando uns 40, 50 anos atrás. E toda essa infraestrutura ainda existe, mas péssima, a gente teria que reabilitar. Tem certas coisas que o estado sofre no nível de justificar ao governo federal alguns investimentos, por exemplo: tá sendo feita uma ferrovia, que une o porto de SUAPE em Pernambuco ao porto de TECER no Ceará. Essa ferrovia margeia o estado da Paraíba, sem entrar; deixa de fora todo o estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. E vejam que coisa: em São Gonçalo do Amarante está se instalando o maior terminal de cargas aéreas do Brasil, que é um transporte caro, mas é uma realidade. Essas cargas aéreas que vem, inclusive, transpondo o canal do Panamá, porque é o ponto mais próximo, nós estamos na PB e no RN e não somos viabilizados. Primeiro: não há ferrovia. O porto de Cabedelo necessitaria de investimento muito grande. No projeto dos eixos integrados se aponta qual investimentos seriam necessários pra transformar o porto que tem problemas, por exemplo o calado, que teria que ter de 12 metros, mas não tem, e outras coisas que existem que teriam que ser modificados. Mas o governo da Paraíba, só, é impotente no sentido de instrumentar todos esses investimentos e será impotente daqui a muito tempo, se não houver uma prioridade definida pelo Governo Federal. O que nós estamos vendo hoje é que essas prioridades estão se esvaindo do contexto nacional. Se Deus quiser, as obras da integração do Rio São Francisco vão terminar no próximo ano, mas fica faltando um eixo, que teria que ser desenvolvido isso, ainda tá no papel. (...)

(Leandra) Sobre essa área internacional no governo do estado, como o senhor avalia? Quais são os desafios, o que é possível fazer para que a Paraíba se internacionalize mais?

(Luiz Carlos) Primeiro eu acho que pra que aconteça uma cadeia nesse segmento a Paraíba tem que estar presente em eventos que ocorrem no mundo, agora me vem a lembrança, por exemplo, na Espanha (...) tem um fórum de negócios, os espanhóis são, hoje, um dos maiores investidores no Brasil. Investem porque querem lucro, querem valorizar o capital deles. E esses fóruns são permanentes, há uma junta de negócios, Brasil-Espanha e a Paraíba tem que estar presente, na verdade tinha que estar constantemente presente, como SP, como PR etc. (...) E volto a dizer, não que a pobreza chame atenção mas o mundo hoje, apesar de tanta coisa que estamos passando, a progressão social chama muito atenção no mundo e o Brasil, hoje, pra ser bem coerente politicamente, depois do governo FHC, passando pelo governo Lula e pelo governo Dilma Rousseff, o Brasil é outro na perspectiva internacional. O Brasil tinha, não sei se com a atual crise ainda tem, mas tinha credibilidade. E eu fui beneficiado por isso, porque no meu trabalho, quando eu chegava em um país com algum projeto, não só do banco mundial, mas da cooperação sueca, da inglesa, diziam “ah, você é brasileiro?” e não era só o futebol que chamava atenção (...) era essa perspectiva de presença internacional. Hoje eu não sei como é que está. Nós, inclusive, não administramos bem a informação lá fora. Ninguém sabe que a organização dos Estados Americanos deu uma nota de repúdio a algumas medidas que estavam sendo desenvolvidas a nível interno no Brasil. Não se tinha interesse em divulgar isso porque contrariava o interesse não sei de quem. Eu não sou analista político, infelizmente, mas vejo isso, a sensibilidade aponta isso. Voltando, o Brasil tem que retomar uma postura agressiva, no bom sentido, divulgar as potencialidades nossas. Você imagina num país como a França, por exemplo, saber que no estado da Paraíba tem universidade tão boa como outras boas universidades nos Estados Unidos. Não que não precisem melhorar, precisam. Mas boas, com credibilidade. Nós já tivemos um convênio de cooperação com a universidade de Leeds, uma das universidade mais conceituadas na minha área, a área de engenharia sanitária, engenharia hidráulica, a gente teve um convênio com a Universidade Federal de Campina Grande, e muitos dos doutorandos da universidade de Leeds vieram à Paraíba para fazer as suas teses de

doutorado, de PhD, e em contrapartida davam aulas na universidade, não só na UFCG como na UFPB e em outras experiências também, por exemplo a questão da energia solar. Isso chama atenção, como chama atenção também um momento de um recrutamento massivo de jovens formados em engenharia de sistemas de Pernambuco. Há quase 20 anos, jovens eram recrutados na UFPE para ir trabalhar em empresas nos EUA, inclusive eu convivi com alguns desses jovens quando morava em Washington. (...) Por que isso? Porque alguma coisa mostramos. Alguma coisa levamos pra fora, e isso foi visto. Isso eu digo que é importante. Se você analisar, quantos anos tem o curso de vocês hoje, na Paraíba?

(Leandra) É de final de 2009 na federal e na estadual é 2005, por aí.

(Luiz Carlos) Estamos falando de coisas contemporâneas, a geração de vocês e da minha também, quando a necessidade deveria ter sido enxergada muito tempo antes. A formação em termos dessa perspectiva internacional no Brasil também é recente. Mas se você vê isso na universidade de Brown, em Rhode Island, é do século antepassado (...) Tem essa perspectiva que nós temos que mudar. Na minha opinião, temos que mudar, não pode ficar nessa improvisação, que vez por outra vamos a um evento em Nova Iorque mostrar algo. É bom, não tô dizendo que não seja, mas isso tem que ser constante, permanente, tem que ter objetivos, metas. Marcar presença.

(Leandra) O que a Paraíba poderia fazer para ter maior participação e ser mais ativa internacionalmente?

(Luiz Carlos) Primeiro procurar essas cooperações que existem hoje.

(Leandra) O governador, um indivíduo ou montar uma assessoria internacional?

(Luiz Carlos) Claro, montar uma assessoria internacional que se preocupe com isso. Nós tivemos isso no porto de Cabedelo alguns anos atrás, quando tivemos um superintendente que tinha essa visão de fora, um moço formado fora, ele tinha essa perspectiva. Inclusive trabalhamos juntos. Mas não pode ser com a primeira pedra que role sobre nossas cabeças que se desista. Tem que ter insistência, ainda mais hoje com essas cooperações bilaterais que existem, como a da Espanha. No final dos anos 90, quando as Nações Unidas estavam definindo os Millennium Development Goals, convocaram uma avaliação de todos os serviços de água potável e esgotos sanitários do mundo. Porque esse serviço, apesar de que em muitos países é uma atividade puramente econômica que fica a cargo de grupos privados, ressalta como o componente de saúde é vital num país em desenvolvimento. Eu tive a sorte de coordenar isso para toda a América. E nós tínhamos uma escola de hidráulica como referência, a escola de Delft, na Holanda. E foi lá que, em 1998, tivemos uma reunião onde se apresentava o projeto da OMS, do Banco Mundial, do secretariado das Nações Unidas, o projeto de como a gente ia caminhar nessa avaliação. Eu fui pra reunião representando o elemento de referência para as Américas, outro colega da OMS para Europa etc. Num dado momento, um professor de tratamento de esgoto chegou a mim e perguntou “você é brasileiro?” eu disse “sou” ele disse “ah, que prazer (...) que bom ter um brasileiro [aqui]. Você é de onde?” eu respondi “(...) de João Pessoa.” Ele me levou ao seu gabinete e pegou suas notas de aula, e uma das notas de aula, de tratamento de esgoto, se referia ao sistema de esgoto de João Pessoa, concluído em 1923 pelo escritório Saturnino Brito. Eu conhecia o projeto, não em detalhes, trabalhei na Cagepa, sabia que eram os tanques fluxíveis, despejava ali no Roger: o esgoto vinha, era depositado nesses tanques em forma de “S”, que aproveitava os movimentos das marés, vinha a maré alta, inundava o tanque e carregava pro Rio Paraíba o esgoto. Isso não tinha modelo reduzido, não tinha algoritmos de computador, que seria fácil de calcular hoje, estamos falando de antes de 1923. Ele disse (...) “Luiz Carlos, você não conhece isso?” e eu tive vergonha de dizer que não conhecia muito bem. (...) Você já pensou o que é numa reunião dessa, um paraibano saber

disso? Eu acho (...) que devemos ter já uma atividade de busca de relacionamento internacional na Paraíba. Principalmente agora, com essa crise que nós estamos vivendo. O projeto de financiamento da CAF ainda tá no COFIEIX e não vai sair tão cedo enquanto não resolvam isso. O de segurança hídrica, que é a construção da adutora da Borborema que viabiliza água de melhor qualidade pra um montão de sistemas na Paraíba, dá uma responsabilidade maior na gestão dos recursos hídricos. (...) Procurando evitar o desperdício, minimizando o consumo para irrigação, que é o maior consumo de água na Paraíba hoje, mas a gente não tem a irrigação gota a gota como regra geral, a gente tem por inserção. (...) Nesse campo a participação internacional é ótima. Existem possibilidade de recursos fora dessa linha que eu tô falando dos bancos de desenvolvimento, de interesses privados. Tem que criar uma coisa, mas não pode ser nada improvisado, tem que ser uma coisa séria. Sem jeitinho brasileiro, difícil, mas tem que ser, não pode ser diferente. E eu acho que o nascedouro disso tem que ser a academia, a universidade, com a formação ter como objetivo isso. Não tô propondo construir algo para resolver o problema do empréstimo da CAF, tô propondo uma coisa para atividades que possam vir daqui a 5, 6 ou 7 anos, enfim. A gente tem que ter uma base, uma base intelectual, de análise (...).

APÊNDICE G - Entrevista com a diretora do PROCASE Ana Patrícia Almeida

Tempo de duração: 30 min

Realizada em 06 de julho de 2017

(Leandra) Qual a origem do programa? Como ele surgiu?

(Ana Patrícia) É um projeto de desenvolvimento sustentável... um projeto de desenvolvimento rural e a proposta dele é com os aportes do FIDA – Fundo das Nações Unidas de Desenvolvimento Agrário – se propõe a desenvolver a zona rural semiárida da Paraíba. Atua em 25 territórios, que são os chamados “Territórios da Cidadania”, são territórios do Cariris (Oriental, Ocidental, Seridó, Curimataú e Médio Sertão). É uma faixa semiárida dentro do Estado onde se concentra a maior parte da zona rural e a proposta do Procase é, em espaço temporal de 6 anos, diminuir a pobreza rural nesses territórios. É uma proposta que começou a ser negociada ainda em 2009... eu não me encontrava, o Governador João também não se encontrava nesse processo. Começou a ser negociada e em 2009 e a proposta original era de criar uma indústria de leite em pó de cabra para aproveitar a produção da bacia leiteira do semiárido. Mas essa proposta foi redesenhada e reformulada e o que está em execução hoje é essa proposta que visa diminuir a pobreza e desenvolver a faixa de território paraibano onde as condições climáticas interferem de forma direta na vida das pessoas. O aporte do FIDA é nesse sentido de conceder um empréstimo e também em oferecer as condições técnicas, o monitoramento, a supervisão e oferecer suporte para que esse projeto de desenvolva e cumpra com os seus objetivos. Ele foi formulado em 2012 enquanto proposta oficial, foi assinado em fins de 2012, colocado em execução em 2013 e entre 2013 e janeiro de 2015 ficou num processo de estruturação interna bastante demorado [...] de construção da equipe, estruturação física, criação de escritórios em cada território [...] entre 2013 e 2014, lançou editais, porque o apoio é para estruturas coletivas. Não é um apoio individualizado, ele apoia associações e cooperativas que atuam nessas regiões. Em 2013 lançou um primeiro edital aprovando cinco projetos apenas. Em 2014, um segundo edital se dispôs a apoiar 30 projetos e em 2015 um novo edital foi lançado e estão sendo apoiadas 57 propostas. O projeto passa a ser plenamente executado a partir de janeiro de 2015 e está em plena execução agora.

(Leandra) Como é a relação com o FIDA? Nós sabemos que o Banco Mundial ou mesmo o BID tem alguns procedimentos. Há procedimentos também no FIDA? Como funciona esse fundo?

(Ana Patrícia) Os procedimentos são muito similares ao que a gente pode observar no Banco Mundial, os aportes são condicionados ao cumprimento de regras internas de financiamento do FIDA. O FIDA faz monitoramento rigoroso das ações que nós desenvolvemos. Esse monitoramento é feito através de visitas de acompanhamento e também de supervisão. Nas visitas de acompanhamento, são dadas orientações. Eles têm manuais que devem ser seguidos, manuais de aporte de recurso porque ele aporta o recurso pro governo do Estado, o governo do Estado repassa para as organizações e esse processo todo obedece regras que são da própria estrutura governamental, do estado marco legal brasileiro, e também o marco legal que rege as ações do FIDA. Nas visitas de acompanhamento, eles fazem orientações, nas visitas de supervisão, eles fazem um trabalho de fiscalização – se estamos cumprindo as regras e normas do FIDA. Internamente, nós também seguimos as regras da administração pública, também sofremos o monitoramento e a fiscalização dos órgãos de controle, como PGE, Tribunal de Contas Estadual e Federal [...] Nós recebemos recursos internacionais e esses recursos

receberam a aprovação do Senado, então passamos pelo crivo do Governo Federal e dos órgãos de controle.

(Leandra) Sobre essas relação de uma equipe brasileira com uma equipe estrangeira por meio desse fundo internacional... Vocês sentiram alguma dificuldade, Ana?

(Ana Patrícia) Bom, as dificuldades existem e veja que nem mesmo é uma equipe estrangeira, porque são brasileiros que fazem esse trabalho. Eles tem um escritório em Salvador e tem um responsável pelos projetos em execução aqui no Brasil, um responsável geral, tem pessoas responsáveis pelo tema financeiro, pelo monitoramento e avaliação da execução dos projetos, pelos aspectos produtivos, sociais, de gênero, de geração, de etnia. E são todos brasileiros, raros são os profissionais que são estrangeiros. Agora, por exemplo, em setembro. Nós vamos receber uma menção internacional. O diretor para a América Latina e Caribe é italiano. Ele vem de Roma e também nos visita periodicamente. Fez uma visita inclusive no início deste ano. Quando vem missões de supervisão, vem equipes com consultores autônomos de várias nacionalidades. Nessa interação, por vezes acontece dificuldade de compreensão como o trabalho é desenvolvido, das singularidades da região, da população, da cultura e por vezes é necessário fazer uma conversa mais... eu diria “austera”. Para que as pessoas compreendam que o trabalho que desenvolvemos aqui não é o mesmo que é desenvolvido no norte da África, que não é o mesmo que é desenvolvido no sul da Itália. Às vezes os profissionais de outros países têm dificuldade de entender determinados procedimentos até legais. Têm dificuldade de entender a legislação brasileira, a legislação local, para alguns aspectos e tem que haver sempre uma interação no sentido de que a gente explique como funciona aqui, eles entendam como funcional, para que a gente consiga desenvolver o trabalho. Às vezes a gente percebe um certo autoritarismo, que as regras do FIDA se sobrepõem as regras do governo brasileiro. Porque é um organismo internacional que tem autonomia e às vezes a gente tem que discutir sobre soberania... às vezes eles entendem que podem se sobrepor.

(Leandra) E o Governo Federal, ministérios seja das relações exteriores, seja o ministério agrário... De alguma forma, o governo federal auxilia vocês? Ou vocês têm uma completa autonomia, uma relação direta com o FIDA?

(Ana Patrícia) É uma relação direta com o FIDA. O FIDA tenta buscar interagir com essas estruturas nacionais, têm buscado realizar, por exemplo, seminários de gestores, que é cultura dos estados, reunir gestores voltados para o desenvolvimento da agricultura em eventos como seminários, workshops... tem buscado interagir, mas é uma iniciativa da parte do FIDA. No caso aqui do Governo da Paraíba também existe uma intenção da coordenação inclusive do Procase e que esses projetos interajam. São 6 projetos aqui na região Nordeste do Brasil. Nós já tivemos a oportunidade de nos reunirmos. O Procase é o que tá mais adiantado da produção, outros estão em fase de implantação, outros em fase de renegociação – que já desenvolveram propostas e agora estão em outra fase. Nós temos buscado essa interação, mas não existe nenhuma intencionalidade do governo federal para que haja essa interação. Existe uma intencionalidade do FIDA Brasil e do governo da Paraíba para agir com os demais projetos, trocar experiências e pensar de forma mais estratégica essa intervenção do FIDA na região.

(Leandra) A gente sempre costuma perguntar e indagar sobre essa participação do ministério das relações exteriores especialmente nesse caso, em razão do envolvimento de um fundo internacional. Então fica essa impressão de que o ministério das relações exteriores teria esse controle e não é o que ocorre. Pelo que você tem dito, há uma total autonomia de fato, essa relação mais direta.

(Ana Patrícia) Isso, é uma relação direta. Quando o responsável pela América Latina vem ao Brasil, pede audiência com o governador, senta com o secretário de planejamento, com o

secretário de cultura... sempre há essa intencionalidade de interagir com o governo local. Essa é uma prática que eles tem em todos os estados. Com a Embrapa, inclusive, sempre que estão aqui pedem audiência com a EMBRAPA-Algodão... mas da parte do ministério das relações exteriores, desde que eu estou no Procace, desde março de 2015, nunca houve nenhum tipo de contato. Ou com outros projetos que eu estava.

(Leandra) Que outros órgãos do governo do Estado estão envolvidos nesse projeto?

(Ana Patrícia) Como existe uma intencionalidade do governo do estado com esse projeto e outros que eles atuem de forma concatenada. Então, o Procace está locado hoje na secretaria de agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, já esteve ligado, até o final de 2015, a secretaria de agricultura e pesca (SEDAP) e sempre existe a necessidade de interagir com outras secretarias. Secretaria da diversidade humana é com a qual a gente mais interage, existe uma interação com a secretaria de economia solidária, dentro da secretaria de desenvolvimento humano. Existe uma interação muito forte com a secretaria de planejamento, que nós executamos parte do orçamento do estado então há necessidade que estejamos muito próximos da secretaria de planejamento de finanças. Quando as ações que estão dentro do projeto tendem a interagir com ações que estão dentro de outras políticas públicas que o governo do Estado está desenvolvendo, como o Empreender, as ações da secretaria da diversidade humana, então essas são as secretarias mais próximas com as quais interagimos de forma muito intensa. Mas a depender da ação que nós tenhamos que desenvolver, todas as secretarias devem ser acionadas no âmbito do governo do Estado.

(Leandra) Para finalizar, nós estamos colocando uma pergunta para os gestores do estado, levando em consideração a experiência deles e as impressões pessoais, a seguinte questão: o que falta para o governo do estado da Paraíba se internacionalizar mais na sua visão?

(Ana Patrícia) Talvez essa intencionalidade de interagir mais com organismos internacionais. A minha visão muito pessoal é de que essa interação acontece em alguns aspectos de forma isolada: através do Procace e desconheço ação de outras secretarias...

(Leandra) Seria mais uma demanda desses órgãos estrangeiros e não a Paraíba indo em busca dessas ações?

(Ana Patrícia) A Paraíba tem ido, inclusive a execução do Procace é fruto dessa busca. Inclusive a mudança do foco que antes era para grandes empreendedores e se voltou para a diminuição da pobreza. Existe uma intencionalidade do governo de visitar Roma e conversar com o FIDA sobre outros aportes em outras áreas. Existe a interação mas eu não vejo como uma coisa estratégica do governo. É como se fosse setorializado. Existe essa intencionalidade na área da agricultura e desenvolvimento rural. Não sei como estão nas outras áreas. Se eu desconheço é porque não existe uma atuação mais estratégica.

(Leandra) Quem seriam esses atores que estariam buscando essas ações no estrangeiro? O governador, algum secretário? Há uma demanda de cada secretário? Como funciona?

(Ana Patrícia) Até onde eu tenho informação, é uma demanda do governador. Essa ida até Roma para uma conversa com o escritório geral é uma intenção do próprio governador e está centrada numa secretaria.

(Leandra) Como você avaliaria uma criação de uma assessoria internacional? Por exemplo, no caso do Procace ou de outros projetos, você avalia que uma assessoria ou uma secretaria específica daria um salto nessa internacionalização ou até o momento não faria muito impacto?

(Leandra) Eu creio que seria extremamente válido, inclusive em outros espaços mais próximos de integração regional como a Merco-cidades... Nós não temos nenhuma cidade na Paraíba envolvida nas Mercocidades, essa interação com as cidades do Mercosul seria uma coisa factível e teria que ser via uma estrutura específica para estabelecer esse tipo de relação com blocos regionais e com outros países. Sendo que deveria haver um espaço específico para tanto.